

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ENSAIO SOBRE MARX E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO AVANÇO
TECNOLÓGICO**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia

Autor: Eduardo Freiburger Zandavali

Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Área de Pesquisa: Economia Política

Palavras-chave: 1. Valor 2. Trabalho
 3. Capital 4. Tecnologia

Florianópolis, agosto de 2000.


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA


CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota.....^{9,0}.....ao aluno Eduardo Freiberger Zandavali na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques
Presidente


Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued
Membro


Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Membro

À meu pai

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio que me foi dado e que permitiram a realização de meus estudos.

À todos os meus professores, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica.

Aos meus amigos pelos momentos de alegria e companheirismo.

À Daniela pela ajuda prestada na elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1.INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Objetivos.....	2
1.1.1 Objetivo Geral.....	2
1.1.2 Objetivo Específico.....	2
1.2 Metodologia.....	2
1.3 Marco Teórico Preliminar.....	3

CAPÍTULO 2

2. MERCADORIA E DINHEIRO.....	9
2.1 O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo.....	16
2.2 O processo de troca.....	19
2.3 O dinheiro ou a circulação de valores.....	21
2.3.1 Medida de valores.....	21
2.3.2 Meio de circulação.....	22
2.3.3 Dinheiro.....	24

CAPÍTULO 3

3. O CAPITAL.....	26
3.1 A transformação do dinheiro em capital.....	26
3.2 A produção da mais-valia.....	31
3.2.1 Mais-valia absoluta e relativa.....	32
3.3 Da reprodução simples à ampliada.....	33
3.4 A lei da queda tendencial da taxa de lucro.....	37
3.5 Os limites da produção capitalista.....	41

CAPÍTULO 4

4. O CRÉDITO E AS CRISES.....	49
--------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 5

5. A RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO.....	57
5.1 Trabalho produtivo e improdutivo. Produtividade do capital.....	63

CAPÍTULO 6

6. CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO AVANÇO TECNOLÓGICO.....	68
--	-----------

CAPÍTULO 7

7. TRABALHO E PROPRIEDADE.....	84
---------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 8

8. OBJETO E MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA.....	91
8.1 Objeto da Economia Política.....	91
8.2 O Método da Economia Política.....	93

CAPÍTULO 9

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
-------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 10

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
--	-----------

RESUMO

Marx, partindo de sua concepção materialista da história, vê nas relações econômicas, ou ainda, nas relações sociais de produção, a anatomia da sociedade humana. Estas relações sociais, por sua vez, correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. As relações sociais de produção determinam não só a estrutura da sociedade, formam também a base sob a qual ergue-se sua superestrutura política e jurídica e as formas sociais determinadas de consciência correspondentes.

Estas relações sociais, porém, ao chegar a um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas, de incentivo ao desenvolvimento da mesma, tornam-se em uma barreira. Sobrevêm então períodos de revolução social que acabam por transformar as relações sociais, colocando-as sob uma base diferente da anterior, a qual corresponde ao novo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Assim é que no capítulo introdutório buscamos mostrar não só a importância do trabalho para a formação do ser humano enquanto indivíduo bem como o ser humano enquanto ser social, que como tal produz e reproduz as condições para sua própria existência e, ao se transformarem as condições sob as quais produzem e intercambiam os produtos, transformam-se também as relações sociais de produção. Segue-se, no Capítulo 2, determinando o duplo aspecto das mercadorias (como valores de uso e de troca) e a transformação de uma mercadoria específica em equivalente geral, isto é, em dinheiro. No Capítulo 3 procura-se mostrar como o capital refere-se à circulação ampliada e os limites à essa expansão. No Capítulo 4 analisamos o papel do crédito e as crises. No Capítulo 5 procura-se determinar a relação capital e trabalho. No Capítulo 6 procuramos analisar os efeitos da diminuição progressiva do trabalho vivo, com a utilização da maquinaria, para a produção capitalista, efeitos estes que decorrem da propriedade privada dos meios de produção que enfrenta ao trabalhador como propriedade alheia (Capítulo 7). No Capítulo 8 procura-se mostrar o método utilizado por Marx para análise da estrutura econômica da sociedade.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

“Consequências Sociais do Avanço Tecnológico”, este é originalmente o título de um pequeno livro de Marx que contém uma passagem dos chamados *Grundrisse*¹. Ele trata principalmente do surgimento de um sistema automático de máquinas, que se move como um autômato, isto é, como uma força motriz que põe a si própria em movimento. Mas não se trata de analisar o desenvolvimento tecnológico em si, e sim de se extrair as consequências sociais e econômicas da introdução desse sistema.

O processo crescente de automação da produção leva a diminuição progressiva do trabalho humano direto empregado no processo produtivo, até o ponto em que de produtor direto o homem passa a simples controlador do processo produtivo. Isto é, esse desenvolvimento da produtividade do trabalho alcança tamanha magnitude que torna o homem liberto da necessidade de por sua força de trabalho no processo direto de produção. O homem consoma, assim, seu domínio da natureza e de suas leis. Para chegar a esse estágio do desenvolvimento das forças produtivas foi preciso um longo processo histórico, no qual o homem não só aprendeu a produzir os mais variados produtos como aprendeu a produzir em sociedade. Desde as comunidades primitivas até a formação do mercado mundial o homem teve de aprender a se relacionar com outros homens, estabelecendo entre si um intercâmbio de produtos. Durante toda sua história, portanto, a humanidade vem desenvolvendo as forças produtivas materiais e relações sociais para produção e o intercâmbio de produtos. Nesse processo, podemos observar uma clara correlação entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e a forma em que se estabelece as relações sociais de produção, ou seja, a forma em que aparece o trabalho na sociedade: trabalho familiar, comunal, escravo, servil, assalariado, etc. Em suma, estas relações sociais de produção estão elas mesmas em correspondência com o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade; porém, ao se alcançar um grau mais alto de desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais de produção que antes lhe correspondiam e, portanto, lhe serviam de base de sustentação, já não mais

¹ Os *Grundrisse* constituem-se em uma série de apontamentos deixados por Marx na forma de manuscritos e que serviram em grande parte para a redação d' *O Capital*, mas que não se destinavam originariamente à publicação. Mesmo assim, contém um rico material que muitas vezes não são encontrados com o mesmo grau de desenvolvimento em nenhuma outra de suas obras. Os *Grundrisse* não possuem ainda versão em português, por isso utilizamos a versão em espanhol (veja-se MARX, 1985, vol. I e II). A passagem dos *Grundrisse* que compõem o livro “Consequências Sociais do Avanço Tecnológico” (ver MARX, 1980) a que nos referimos acima encontram-se em: MARX, 1985, II: 105-122).

lhe correspondem e de incentivo que eram ao desenvolvimento das forças produtivas tornam-se agora em uma trava à mesma, razão pela qual são abolidas, dando lugar a uma nova forma de relação social.

Ao se desenvolver a maquinaria desenvolveu-se também o que se convencionou chamar de desemprego tecnológico. Qual será, então, a razão para que um desenvolvimento das forças produtivas da sociedade que é o mesmo que o desenvolvimento da riqueza da mesma redundem ao mesmo tempo em aumento do desemprego e, é claro, da pobreza dos membros da sociedade. O que se pretende, nesse trabalho, é examinar de que forma o avanço tecnológico influi nas relações sociais de produção capitalistas, ou seja, determinar as consequências sociais do avanço tecnológico na sociedade em que vivemos.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender o papel das relações econômicas na história da humanidade e, assim, o papel dessas relações em nosso tempo. Em última análise, trata-se de compreender o presente como história.

1.1.2 Objetivo Específico

Estabelecer a relação social de produção que estabelece a base sobre que se desenvolve a nossa sociedade, relacioná-la com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais e se analisar as consequências sociais desse avanço tecnológico.

1.2 Metodologia

É de Marx e Engels essa concepção da história da humanidade como um desenvolvimento das forças produtivas sociais e das relações sociais de produção que lhe são correspondentes e que formam, portanto, a estrutura da sociedade. Para se

compreender essa concepção materialista da história e, posteriormente, para que se possa aceitar ou não as conclusões derivadas dessa concepção só há um caminho possível: o estudo da obra destes autores. O autor a que é dedicado a maior parte do estudo é Marx, Engels, assim, aparece aqui muito mais como complemento dos pontos levantados por Marx. Por último, cabe ressaltar desde já que não se pretende aqui fazer qualquer julgamento quanto ao que possa ser bom ou ruim, justo ou injusto; pretende-se apenas fazer notar o que é.

1.3 Marco Teórico Preliminar

É quando o ser humano, de seu estado primitivo como caçador e coletor, passa a exercer a agricultura como um meio de vida que se inicia a produção como forma determinada e diferenciada da simples apropriação. Dá-se início também à dominação do homem sobre a natureza. Desenvolve-se as comunidades e com ela a divisão social do trabalho. O trabalho humano representa para o homem o meio pelo qual realiza seu metabolismo com a natureza e com a comunidade. Enquanto ser social o homem cria um sistema (com a divisão do trabalho) em que uma parcela da sociedade se encarrega da obtenção do alimento, outra da confecção de vestuário, outra de abrigo, etc. A sociedade ergue-se assim como uma superestrutura acima da natureza, dominando e sendo dominado em maior ou menor grau por suas leis, criando simultaneamente “leis” sociais que estabelecem, em certa medida, limites de comportamento e de atuação para cada ser humano em relação à sociedade e a própria natureza mesma. A superioridade do ser humano frente aos demais *bios* fundamenta-se no uso da técnica, ou ainda, no desenvolvimento de sua habilidade não só de obter alimentos diretamente, bem como na utilização de instrumentos que tornam muito mais eficaz e produtivo este ato. O passo seguinte refere-se à passagem do nomadismo para o sedentarismo, para o cultivo da terra e o desenvolvimento da agricultura. Com a agricultura segue a possibilidade de se renovar constantemente a produção, possibilitando um controle maior sobre a natureza, surgindo assim a noção de produção, de criação de produtos, já que esta transformação de elementos se faz de forma coordenada, planejada e constantemente repetida. Formam-se então, entre os homens relações sociais de produção. A técnica refere-se, portanto, desde o princípio a uma capacidade de domínio. Pode-se dizer assim que às relações sociais de produção em

correspondência com o estágio das forças produtivas formam, então, a estrutura da sociedade. Assim, quando determinadas relações sociais passam a entravar o desenvolvimento das forças produtivas, as contradições essenciais que se formam na base destas relações se fazem sentir, e o surgimento de uma nova organização social se torna inevitável.

O trabalho humano é fonte de tudo o que é produzido pelo homem. Assim, todo o *produto* aparece como fruto do trabalho humano. Embora esteja presente em todas as formas de organização social o trabalho, é claro, vem sofrendo modificações no curso da história, modificações estas que dizem respeito principalmente em relação à sua produtividade, à sua divisão na sociedade (ou seja, à divisão do trabalho na sociedade), bem como em relação à distribuição dos produtos do trabalho na sociedade. Estas modificações estão condicionadas pelas relações sociais de produção e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

→ O trabalho representa a condição da troca de substâncias entre o homem e a natureza. Representa o elemento comum de todos os estádios da produção social. É o elo de ligação na relação entre o homem e a natureza e os homens entre si. O trabalho é a fonte de toda a riqueza.

“Lo es, en efecto a la par que la naturaleza, provedora de los materiales que él convierte en riqueza. Pero el trabajo es muchísimo mas que isso, es la condición básica y fundamental de toda la vida humana. Y los es en tal grado que, hasta cierto punto, debemos decir que el trabajo há creado al próprio hombre.”²

O trabalho ao desenvolver-se permite a cada indivíduo observar as vantagens de se realizar atividades conjuntas; com o que tinha que contribuir forçosamente a agrupar ainda mais os membros da sociedade. Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão. E assim, a linguagem. Neste desenvolvimento surge o homem acabado e, com ele, a sociedade. Vimos anteriormente que com o trabalho na agricultura forma-se mais claramente o sentido da produção, ao contrário da simples apropriação de que vivem a maioria das espécies animais.

O trabalho começa com a elaboração de instrumentos empregados primeiramente na caça e na pesca, em seguida na domesticação de animais, na agricultura,

depois na confecção de roupas, no trabalho com os metais, no desenvolvimento da navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e o Estado. Se desenvolveram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas humanas na mente do homem: a religião.

“Los hombres se acostumbraron a explicar sus actos por sus pensamientos, en lugar de buscar ésta explicación en sus necesidades (reflejadas, naturalmente, en la cabeza del hombre, que así cobra conciencia de ellas). Así fue como, con el transcurso del tiempo, surgió esa concepción idealista del mundo que ha dominado el cerebro de los hombres” (ENGELS, op. cit.).

Os animais podem utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga assim a servir-lhe, a domina. E esta é, em última instância, a diferença essencial que existe entre o homem e os demais animais, diferença que, uma vez mais, vem a ser efeito do trabalho. O trabalho representa um ato de vontade do homem sobre a natureza. Porém, estes atos de vontade do homem sobre a natureza, este domínio, não é absoluto, ou seja, a natureza mesma reage sobre estes atos, o que implica cada vez mais na necessidade de se conhecer suas leis e de aplicá-las adequadamente.

Mas, se há sido preciso milhares de anos para que o homem aprendesse em certo grau a prever as remotas conseqüências *naturais* de seus atos dirigidos à produção, muito mais lhe custou aprender a calcular as remotas conseqüências *sociais* desses mesmos atos. A primitiva propriedade comunal da terra correspondia, por um lado, a um estado de desenvolvimento dos homens em que o horizonte destes quedava limitado, pelo geral, às coisas mais imediatas, e pressupunha, por outro lado, certo excedente de terras livres, que oferecia certa margem para neutralizar os possíveis resultados adversos desta economia primitiva. Ao esgotar-se o excedente de terras livres, começou a decadência da propriedade comunal. Todas as formas mais elevadas de produção que vieram depois conduziram à divisão da população em classes diferentes e, portanto, ao antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas. Em conseqüência, os interesses da classe dominante se converteram no elemento propulsor da produção. Onde este acha sua expressão mais acabada é no modo de produção capitalista. Os capitalistas individuais, que dominam a produção e a troca, só podem ocupar-se da utilidade mais imediata de seus atos. Mais

² ENGELS, F. *El papel del trabajo en la transformación del mono en hombre*. (Este texto foi retirado da internet, o endereço é: www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/oes/mrxoe308.htm).

ainda, inclusive esta mesma utilidade – porquanto se trata da utilidade da mercadoria produzida ou trocada – passa por completo a segundo plano, aparecendo como único incentivo o lucro obtido na venda (ENGELS, op. cit.).

Com a evolução da técnica evolui o homem e a sociedade da qual faz parte, da mesma maneira que com a evolução do homem desenvolve-se a técnica, as forças produtivas. Assim, determinadas relações sociais pressupõe um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, estas por sua vez, pressupõem determinados avanços da sociedade e de suas relações. Ambos se condicionam e se engendram reciprocamente. O fato de existir apenas uma parcela da sociedade encarregada da produção direta de alimentos já demonstra que esta dispõe de um tempo livre para desenvolver as forças produtivas e, assim, criar mais tempo livre.

A própria evolução da sociedade humana acima do nível do selvagismo animal começou no dia em que o trabalho da família criou mais produtos dos que eram necessários para seu sustento, no dia, isto é, em que uma parte do trabalho pode aplicar-se não já na produção de meros meios de vida, e sim na de meios de produção. O fundamento de todo progresso social, político e intelectual foi e segue sendo a existência de um excedente do produto do trabalho em relação aos custos de sustentação do trabalho, e a formação e o incremento de um fundo social de produção e reserva procedente daqueles excedentes. (ENGELS, op. cit.).

Em todas as épocas da história da humanidade, o trabalho, o despreendimento de energia física e mental, constituiu-se no meio criador dos produtos de que ela se utilizou para seu sustento e desenvolvimento³. O trabalho humano é, portanto, o elo de ligação entre o homem e a natureza, entre o homem e os objetos externos dos quais se apropria e consome, dos quais tira o seu sustento e seu desenvolvimento; através dele que se cria os mais variados produtos com os mais variados usos. Ao se desprender trabalho na criação de produtos pretende-se que esse tenha uma utilidade, ou seja, que venha a satisfazer necessidades humanas de qualquer espécie; o produtor pretende, assim, ao desprender seu trabalho sobre o produto, ao materializar sua energia vital nele, dar-lhe um valor de uso, ou ainda aumentar-lhe seu valor de uso, sua utilidade. O trabalho humano é, portanto, criador

³ A guerra, é claro, não pode ser entendida como ato de criação de produtos, como ato de produção, e sim de apropriação, de denominação pela força, apropriando-se de toda a espécie de produtos (ouro, alimentos, obras de arte, etc.). Para tanto é necessário que esse produtos tenham já sido criados, é necessário, portanto, que haja produção. Isto não impede que a distribuição dos produtos seja determinada aprioristicamente à produção. Na sociedade capitalista a distribuição é, antes de tudo, distribuição dos meios de produção.

de valores de uso. Os diferentes valores de uso produzidos pelo trabalho podem ser obtidos diretamente pelo produtor, ou seja, através de seu trabalho direto no produto mesmo, ou ainda indiretamente, através da troca, de onde o produtor troca parte (ou todo) seu produto por parte (ou todo) produto de outro produtor possuidor de um valor de uso diferente. Assim, em vez de cada um produzir diretamente todos os produtos que consome, pode-se estipular tarefas para cada indivíduo (ou grupo de indivíduos), com o que, por exemplo, um grupo ficaria encarregado da produção de alimentos, outro de vestuário, outros de moradias, e assim por diante, criando assim uma divisão social do trabalho. Além da divisão de tarefas, ter-se-á que dividir os produtos do trabalho entre os membros da sociedade. Nas antigas comunidades primitivas, essa divisão realizava-se de maneira mais ou menos comunista. Assim, cada indivíduo era reconhecido como membro da comunidade e todos os produtos como pertencentes à comunidade. Ao produzir seu produto o indivíduo não dizia: “isso é meu e com isso posso obter outros produtos”. A produção era vista como função de toda a comunidade e também seus produtos. A comunidade funcionava (e era vista) como se fosse um organismo só. Ao entrar em contato com outras comunidades é que passam a realizar a troca dos excedentes da produção. Daí é que se começa a determinar o valor de troca dos produtos.

Sob o modo capitalista de produção, a produção é antes de tudo produção de mercadorias, produção tendo em vista a troca dos produtos. Assim, a produção só pode ser entendida como produção de valores de troca. A dificuldade reside em se compreender como que se forma, que se determina o valor dos produtos na sociedade capitalista. O que em uma sociedade produtora de mercadorias é o mesmo que se tentar compreender a célula do corpo. Sob a determinação do valor das mercadorias é que se estrutura a sociedade capitalista. Assim dizia Marx no prefácio à primeira edição de *O Capital*:

“Porque o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo. Além disso, na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos. Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma mercadoria-do-produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria. (...) O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e circulação. (...) Mesmo quando uma sociedade descobriu a pista da lei natural de seu desenvolvimento - e a finalidade última desta obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna -, ela não pode saltar nem suprimir por decreto as suas

*fases naturais de desenvolvimento. Mas ela pode abreviar e
minorar as dores do parto” (MARX, 1996: 130-131).*

CAPÍTULO 2

MERCADORIA E DINHEIRO

2. MERCADORIA E DINHEIRO

Como produto, todo valor de uso é trabalho humano materializado em um objeto com finalidade de transformá-lo em um fim adequado à satisfação de uma (ou várias) necessidade(s) humana(s). Como mercadoria o produto, além do valor de uso, adquire valor de troca. Assim, o produto do trabalho que não se destina à satisfação de uma necessidade direta do produtor, ao consumo deste, que se destina então à troca por outros produtos transforma-se em mercadoria. A mercadoria carrega consigo uma dupla determinação: como valor de uso e como valor de troca. Das diferentes qualidades de mercadorias surgem seus valores de uso distintos e determinados. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho (MARX, Karl. 1996: 166). O valor de troca por sua vez estabelece a proporção em que se trocam determinadas quantidades de mercadorias por outra. *“O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo”* (MARX, 1996: 166). Que se diga que o dobro de quantidade de uma mesma mercadoria possua o dobro de valor de troca pode-se aceitar perfeitamente. Mas como determinar as proporções em que se irão trocar determinadas quantidades de mercadorias diferentes, como estabelecer essa relação, ou seja, como determinar seus valores de troca. Pois bem, quando se troca, continua e repetidamente a mesma quantidade de uma mercadoria pela mesma quantidade de outra, pode-se dizer que se estabeleça uma relação de igualdade entre as duas, que, portanto, embora sejam mercadorias de forma e conteúdo diferentes, sejam mercadorias de diferentes valores de uso, possuem o mesmo valor de troca. O valor de troca de uma mercadoria só pode ser o elemento comum que se faz presente em todas elas e que, com ele, se possa quantificá-lo, reduzi-lo a mesma medida e, assim, determinar a sua substância e a sua grandeza. Quando digo que o valor de troca de açúcar em relação ao café é de 3kg de açúcar por 1kg de café. Estou dizendo que 3kg de açúcar = 1 kg de café. Assim expresso nessa relação, fica claro que algo em comum há entre essas duas mercadorias, do contrário essa equação ver-se-ia reduzida a uma

incongruência⁴, e que esse algo em comum não pode ser simplesmente 3kg de açúcar ou 1kg de café.

“Ambos são, portanto, iguais a uma terceira, que em si não é uma nem outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira (...) Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias (...) Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso. Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho.” (MARX, 1996: 167).

Mas os próprios produtos do trabalho só se diferenciam porque o trabalho se realiza sobre diferentes objetos e porque o próprio trabalho mesmo assume diferentes caráter úteis. Para se comparar os diferentes produtos de diferentes trabalhos tem-se de abstrair o caráter útil não só dos produtos mas também dos trabalhos neles representados. *“Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, 1996: 168).* Todo o trabalho humano pode ser resumido a dispêndio de energia humana física e mental, assim todo ser humano possuidor de habilidade e capacidade física e mental médias é capaz de produzir a mesma quantidade média de produtos no mesmo tempo de trabalho⁵ e, assim, embora seus produtos possuam valores de uso diferentes, seus valores de troca podem ser comparados e quantificados. O valor de troca é, portanto, antes de mais nada, fruto de uma relação social. De uma relação social de produção e de troca dos produtos do trabalho. Para se quantificar o valor de troca, ou ainda, para se medir a grandeza de valor de um produto, portanto, para se medir a quantidade de trabalho realizada num produto utiliza-se como medida o tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo como hora, dia, etc. (MARX, 1996: 168). Assim, o tempo social médio, ou o tempo socialmente

⁴ Assim também como o processo de troca.

⁵ Supondo dados os demais fatores de produção e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

necessário para produção de determinadas mercadorias é o que determina a grandeza de seu valor.⁶

Nas comunidades primitivas a divisão do trabalho e a distribuição dos produtos era feita de maneira mais ou menos comunista, ou seja, de acordo com a capacidade e a necessidade de cada membro da comunidade, ou ainda, da comunidade como um todo. Esta formava, portanto, um organismo social, um sistema social. No interior da comunidade não se via o trabalho incorporado em cada produto como um valor de troca, é claro que o trabalho se fazia presente, e quantificava-se-o, mas procedia-se, assim, a fim de melhor distribuir os membros da comunidade nas diferentes tarefas com vistas nos produtos que ela desejava consumir, nos valores de uso. É no contato entre comunidades diferentes, na troca entre excedentes da produção entre as comunidades que se começa a estabelecer a relação de troca entre os produtos com base no tempo médio do trabalho gasto na sua produção. Na sociedade capitalista, ao contrário, a maior parte dos produtores realiza a produção com vistas ao valor de troca, com vistas a trocar seu produto com outros membros da sociedade e obter deles os meios de que necessita para seu consumo; e não para produção de produtos, ou seja de valores de uso para seu consumo direto, assim, na troca dos produtos de seu trabalho pelo produto de outros indivíduos transformam seu produto em mercadoria. A mercadoria carrega consigo uma dupla determinação: como valor de uso e como valor de troca. Como objeto útil ela possui valor de uso, como resultado de determinado *quantum* de trabalho humano possui valor de troca. Os objetos dispostos naturalmente, ou seja, sem ação direta alguma do homem possuem é claro, valor de uso, mas só possuirão valor de troca na medida em que sua apropriação exige trabalho humano e a quantidade deste determinará, então, a grandeza de seu valor. Só assim pode-se entender como coisas extremamente úteis como o ar, por exemplo, não possuem valor de troca algum, enquanto diamantes que são, de qualquer maneira muito menos indispensáveis que o ar, possuam um alto valor de troca. A raridade do diamante faz com que sua produção exija grande quantidade de trabalho, daí seu alto valor de troca. Ao contrário, o ar que cada um respira se encontra a disposição de todos, na quantidade que cada um desejar, não há razão portanto, de ser dar algo em troca por ele, sempre e quando este se encontre a livre disposição de todos que dele fazem uso.

⁶ “É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor.” (MARX, 1996: 169).

“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho por isso, uma existência do homem, independente de todas as formas da sociedade⁷, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (...) Os valores de uso, casaco, linho, etc., enfim, os corpos das mercadorias, são ligações de dois elementos, matéria fornecida pela natureza e trabalho. (...) Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias” (MARX, 1996: 172).

Em cada sociedade particular verifica-se que os homens gastam mais ou menos tempo na produção de determinados valores de uso. Dentro de cada sociedade pode-se supor que os produtos continuamente trocados o são com base no valor de trocas destes. Daí o valor de troca ser eminentemente fruto de relações sociais, relações sociais de produção e troca dos produtos do trabalho.⁸

Na sociedade capitalista, em que os produtores se relacionam uns aos outros de forma autônoma e independente, em que só com a troca de seus produtos podem obter a parcela dos produtos postos para a troca por toda a sociedade, uma sociedade, portanto, produtora de mercadorias, o valor de troca aparece como o dominante sobre o valor de uso.⁹ Para ilustrar este ponto vamos supor que dois indivíduos A e F possuam o mesmo lote de terras, a mesma capacidade de trabalho, bem como os mesmos instrumentos de produção. O indivíduo A só produz arroz e o F feijão, e que a proporção em que eles gostariam de consumir estes produtos era de 1,5kg de feijão por 1kg de arroz. Ao final de um ano de trabalho cada um produziu 100kg de cada produto. Como eles iriam trocar o resultado de sua produção? Sabemos que o valor de troca é o mesmo, porém F não estará disposto a dar metade de seu produto pela metade do produto de A já que, supondo-se, eles desejem consumir cada um 100kg durante o ano, 66kg de feijão e 34kg de arroz. Faltará, portanto, feijão e sobráá arroz. No ano seguinte porém, os dois, visando maximizar sua satisfação, produziram um total de 132kg de feijão e 68kg de arroz, sendo que F produziu

⁷ “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1996: 165).

⁸ “Até agora nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes. Os descobridores econômicos dessa substância química, que se pretendem particularmente profundos na crítica, acham, porém, que o valor de uso das coisas é independente de suas propriedades enquanto coisas, que seu valor, ao contrário, lhes é atribuído enquanto coisas. O que lhes confirma isso é a estranha circunstância que o valor de uso das coisas se realiza para o homem sem troca, portanto, na relação direta entre coisa e homem, mas seu valor, ao contrário, se realiza apenas na troca, isto é, num processo social” (MARX, 1996: 208).

⁹ “O valor de troca é o *condottiere* do valor de uso.” Debord, Guy. A Sociedade do Espetáculo, www.geocities.com/Paris/Rue/5214/debord.htm.

os mesmos 100kg de feijão, A porém produziu 68kg de arroz e o restante (32kg) de feijão. Assim F, que desejava dos 100kg, 66kg de feijão e 34kg de arroz, trocou os 34kg de feijão a mais pelo arroz excedente de A. A, por sua vez, que produziu 68kg de arroz e 32kg de feijão, desejava então obter na troca os 34kg de feijão de F dando em troca 34kg de arroz, com o que cada um obteve a quantia que desejava, 66kg de feijão e 34kg de arroz. Pode parecer que F saiu em desvantagem por trocar por arroz a mesma quantidade de feijão, já que este tem uma utilidade bem maior, um valor de uso maior. Na verdade trocou-se um produto de mesmo valor por outro, pois não se pode esquecer que com o mesmo trabalho, com as mesmas condições de produção, produz-se a mesma quantidade de um e de outro (os 100kg ao ano); as diferenças de valor de uso determinam a forma em que a massa global de trabalho irá adquirir. Ou seja, dentro da massa global de trabalho humano abstrato desprendido por A e F ele determinará o quanto de tempo deve-se dedicar à produção de um e de outro. Os casos em que se produza valores de uso acima ou abaixo do desejado pela sociedade representam um excesso de oferta por um lado, e falta da mesma por outro. Esse é o mecanismo regulador conhecido como oferta e procura. Estes agem como forças contrárias, assim sendo, quando oferta e procura coincidem, deixam de atuar¹⁰. E assim nunca poderão explicar como duas mercadorias de valores de uso diferentes possuam o mesmo valor de troca.

Vamos supor agora que uma comunidade constituída por dez indivíduos e que estes produzam cada um uma mercadoria diferente e que troquem os excedentes entre si. Do que é produzido por cada um 10% fica para consumo próprio, e o restante é trocado entre os demais, ou seja, os 90% vão, à proporção de 10% para cada, aos nove restantes. Vimos anteriormente que mesmo com valores de uso diferentes as mercadorias podem ser (e são) medidas pelo tempo de trabalho socialmente necessário gasto na sua produção. Assim podemos supor que todos os produtos tenham o mesmo valor de uso para todos os membros da comunidade. Vamos supor agora que um dos membros da sociedade, o qual é responsável pela produção de roupas, desenvolva uma nova técnica para confecção das vestimentas, com o que em vez de 10 peças em um ano ele produzirá o dobro, ou seja, 20 peças. Assim, o mesmo valor de troca agora valeria o dobro de valor de uso. A comunidade

¹⁰ “Quando procura e oferta coincidem, deixam de atuar, e justamente por isso a mercadoria é vendida por seu valor de mercado. Quando duas forças atuam igualmente em sentidos opostos, elas se anulam, não atuam exteriormente, e fenômenos que ocorrem nessas condições têm de ser explicados por outras causas e não pela intervenção dessas forças. Quando procura e oferta se anulam reciprocamente, deixam de explicar qualquer coisa, não atuam sobre o valor de mercado e nos deixam no escuro quanto ao motivo de o valor de mercado se expressar justamente nessa soma de dinheiro e em nenhuma outra” (MARX, 1988: 139).

poderia escolher entre dobrar o consumo desse valor de uso ou este trabalhador teria a sua disposição meio ano para criar outros valores de uso. O avanço da técnica, ou melhor, das forças produtivas permitem, assim um incremento nos valores de uso produzidos, e uma maior divisão social do trabalho.¹¹

Quanto mais avançam as forças produtivas de uma sociedade, mais pode ela criar novos valores de uso, mais pode realizar trocas com outras sociedades, mais ela cresce e se desenvolve, bem como mais se vêem aumentada as capacidades e necessidades dos indivíduos. Nesses processos de troca comparam-se várias quantidades de diferentes mercadorias, por exemplo, x de trigo = y casaco = j ferro, etc. Na expressão simples de valor x trigo = y ferro, o casaco não está expressando seu valor, e sim está emprestando seu corpo para que o trigo expresse seu valor, o ferro funciona aqui como um equivalente, dá a medida de valor do trigo. Pois, se digo que x trigo = x trigo, não estou esclarecendo nada quanto ao valor do trigo. Para que uma mercadoria possa expressar seu valor deve se relacionar com outra mercadoria. A mercadoria equivalente, para expressar seu valor tem de inverter os lados da equação, assim y ferro = x trigo, e o trigo funciona como forma equivalente, empresta seu corpo para que o ferro possa expressar seu valor.¹²

Quando todas as mercadorias passam a expressar seu valor na mesma forma equivalente, ou seja, na mesma mercadoria, de forma equivalente esta se transforma na forma geral de valor, ou ainda, na forma equivalente geral. Ela é escolhida por todas as demais mercadorias para ser equivalente geral.

“A forma valor geral relativa do mundo das mercadorias imprime à mercadoria equivalente, excluída dele... o caráter de equivalente geral.(...) Sua forma corpórea passa pela encarnação visível, pela crisálida social geral de todo trabalho humano (...) Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias não se representa apenas de um modo negativo, como trabalho em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídos. Sua própria natureza positiva é expressamente ressaltada. Ele é a redução de todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano, ao dispêndio de força de trabalho do homem.

¹¹ Poder-se-ia supor que este indivíduo em vez de um ano, trabalhasse somente meio, e trocasse o produto de meio ano pelo produto de um ano inteiro dos demais, obtendo assim uma vantagem. Isso pode, é claro, ocorrer, mas a partir do momento em que esta técnica, seu uso e aplicação, se generaliza, os indivíduos tomam consciência do real tempo de trabalho necessário, e não aceitariam continuar trocando o produto de um ano inteiro por meio.

¹² “Se uma mercadoria encontra-se sob a forma relativa de valor ou sob a forma oposta, a forma equivalente, depende exclusivamente da posição que essa mercadoria ocupe na expressão de valor, em cada momento, ou seja, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou aquela na qual é expresso o valor” (MARX, 1996: 178).

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social” (MARX, 1996: 194).

A forma equivalente geral, a mercadoria que figura como equivalente geral “é excluída da forma valor relativa unitária e, portanto, geral do mundo das mercadorias... seu valor se expressa relativamente na série infinita de todos os outros corpos de mercadorias” (MARX, 1996: 195). A mercadoria que funciona como equivalente geral não pode expressar seu valor como equivalente de si mesma, senão teríamos por exemplo $x \text{ trigo} = x \text{ trigo}$, uma tautologia, em que não se expressa nem valor nem grandeza de valor (MARX, 1996: 195). Vê-se como o processo social de troca das mercadorias, dos produtos de trabalho humano, no seu desenvolvimento exclui uma mercadoria da forma valor relativa para se tornar forma equivalente geral, onde todas as mercadorias expressam seus valores. Ela se torna o corpo para expressão de valor de todas as mercadorias, e para expressar seu valor deve expressá-lo na série infinita de todos os outros corpos de mercadorias. Ela se torna, portanto, a encarnação do trabalho humano contido nas mercadorias, e expressão e o elo de ligação de todo trabalho humano social geral. Na medida em que uma determinada mercadoria é excluída pelas demais mercadorias como equivalente encontra-se na forma de equivalente geral.

“E só a partir do momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um gênero específico de mercadorias, a forma valor relativa unitária do mundo das mercadorias adquire consistência objetiva e validade social geral.

Então, o gênero específico de mercadoria, cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. Torna-se sua função especificamente social e, portanto, seu monopólio social, desempenhar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias.” (MARX, 1996: 196).

Em diferentes épocas e formações sociais, diferentes mercadorias desempenharam o papel de equivalente geral, como por exemplo o sal, o boi, o cobre, a prata, etc. Mas foi o ouro que constituiu-se como o equivalente geral por excelência, através do hábito social fundiu-se a forma equivalente geral com a forma natural específica da mercadoria ouro. O ouro como dinheiro, como equivalente geral, o é depois de

sucessivas confrontações a outras mercadorias como mercadoria, “...tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria dinheiro” (MARX, 1996: 196). A forma equivalente geral, o dinheiro, vela o duplo caráter da mercadoria, o seu valor de uso e de troca, bem como a substância do valor, a grandeza do valor. Assim, a expressão relativa simples de valor de uma mercadoria na mercadoria que funciona como equivalente geral, como mercadoria dinheiro, é a forma preço. É da forma simples de expressão do valor, portanto, que se origina a forma dinheiro.¹³ O ouro, que é uma mercadoria determinada, portanto, fruto de trabalho humano, é deslocado pelas demais mercadorias, através do hábito social, para a função de equivalente geral, como meio de expressão do valor de todas as outras mercadorias, para exercer a função de dinheiro.

2.1 O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo

Um produtor isolado, que produz tudo o que consome, não vê (e não pode ver) seu produto como uma mercadoria, não vê seu produto como um valor de troca, somente como um valor de uso. Não vê, portanto, seu produto como um meio para adquirir outros produtos, não vê seu produto possuidor da capacidade de se relacionar, de se trocar por outros produtos, como uma capacidade própria e natural do próprio objeto. O produtor isolado vê, nos diversos valores de uso que produz, pura e simplesmente, formas de manifestação de seu trabalho, de sua capacidade e habilidade de desprender trabalho humano como forma de metabolismo entre ele, o produtor, e a natureza. Da mesma maneira o fazia as comunidades primitivas em estado de isolamento, que viam a comunidade como um todo, como um organismo, onde cada indivíduo, com seu trabalho, desempenhava uma função; viam, assim o trabalho de todos como a base da comunidade, bem como de seu sustento e desenvolvimento, o trabalho lhes representava a fonte de suas relações sociais.

Tanto os produtos (para autoconsumo) como as mercadorias são objetos de uso; possuem valor de uso. Não pode ser no valor de uso, portanto, das mercadorias onde se esconde seu caráter enigmático. Tanto os produtos como as mercadorias são

¹³ “A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro” (MARX, 1996: 197).

encarnações¹⁴ de trabalho humano. O segredo só pode estar então na diferença específica entre produto e mercadoria. A mercadoria é produzida com fim à troca, é produzida como um valor de troca. Na troca por outros produtos é que se faz útil ao produtor, sua utilidade para o produtor está em ser um valor de troca, em meio para se obter valores de uso. Na troca de mercadorias entre produtores independentes, um e outro, vêm do outro lado da relação, uma mercadoria pela qual darão a sua em troca. Assim, segundo Marx:

“De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma de grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativados, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho.¹⁵ Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para a outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, no qual ele se representa, não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos

¹⁴ A transubstanciação da energia humana, de seu corpo (do produtor) no corpo da mercadoria.

¹⁵ Aqui, uma crítica ao ponto de vista de que parte Hegel, segundo o qual espírito, o pensamento, a idéia é o originário e o mundo real, só uma cópia da idéia. Serve também como uma crítica à Economia Política burguesa (Smith, Ricardo, etc.) como dizia Marx, que parte já dos conceitos que precisamente devem ser explicados, partem da abstração da realidade real, concreta.

de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 1996:198-199).

O trabalho produtor de mercadorias é o trabalho produtor de valores de troca, criador de valores de troca, deve estar subordinado à divisão do trabalho dentro da sociedade, ou seja, cada indivíduo da sociedade, para sobreviver tem de fazer parte da cadeia de trocas dos produtos do trabalho de cada produtor da sociedade.¹⁶

O dinheiro vela (em vez de revelar) o caráter social dos trabalhos privados, o caráter da interdependência entre os produtores, entre os produtos de seu trabalho. Em vez de se ver o organismo social como um todo, como uma sociedade de trocas, de permeabilidade, dos diversos trabalhos, de troca de energia vital entre seus indivíduos;¹⁷ sendo esta o fundamento da estrutura social, de sua organização, das relações sociais entre os indivíduos. Vê-se apenas, portanto, o movimento das mercadorias. O fetichismo consiste em não se tomar consciência das verdadeiras relações sociais por trás das mercadorias, estas se movem como que independentes da vontade dos indivíduos, pelas costas destes, o movimento das mercadorias afigura-se-lhes anterior e, portanto, como natural e originário.¹⁸ Atribuímos às coisas características humanas, e nos deixamos dominar por elas.

“Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações

¹⁶ “Mas, para produzir uma mercadoria, não só tem de criar um antigo que satisfaça a uma necessidade social qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem de estar subordinado à *divisão de trabalho dentro da sociedade*. Não é nada sem os demais setores do trabalho, e, por sua vez, é chamado a integrá-los” (MARX, 1974: 80).

¹⁷ E entre estes e a natureza.

¹⁸ O fetichismo é um fenômeno da consciência, ou da falta dela.

reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisa.”
(MARX, 1996:199).

O duplo caráter da mercadoria, como valor de uso e valor de troca, implica no duplo caráter social dos trabalhos privados dos produtores.

“Por um lado, eles tem de satisfazer determinada necessidade social, como determinados trabalhos úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades desses próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equívale. A igualdade de trabalho toto coelo diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato”
(MARX, 1996:199).

O fetichismo da mercadoria e o seu segredo velam exatamente um dos aspectos essenciais e característico em uma sociedade de produtores de mercadorias. Daí que ao analisarmos outras formas de produção *“todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem”* (MARX, 1996:201-202). Vimos como as primitivas comunidades viam a comunidade como um todo, e o trabalho de toda a comunidade como base do metabolismo entre esta e a natureza e como seus produtos lhes apareciam como decorrentes do trabalho de todos da comunidade, não se relacionavam, assim, entre si como mercadorias. Em todas as formas de produção, o trabalho humano aparece como cavilha entre a natureza e o produto, assim também no modo de produção capitalista.¹⁹ Portanto, ao se comparar e trocar seus produtos de trabalho como valores (ou seja, como mercadorias) equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. *“não o sabem, mas o fazem”* (MARX, 1996:200).

2.2 O processo de troca

¹⁹ O avanço das forças produtivas realizadas sob o modo de produção capitalista tornará falsa esta afirmação, de cavilha entre o produto e a natureza, o homem e sua força de trabalho aparecerão como controlador desta gigantesca força produtiva, que funcionará praticamente sem intervenção direta de força de trabalho humano. Seus efeitos sobre a comunidade no sistema capitalista serão discutidos mais adiante, pois ainda é preciso desenvolver outros pontos.

A mercadoria como tal deve ser na mão de seu produtor um valor de troca e não um valor de uso direto, mais ainda, como mercadoria deve se confrontar com outras mercadorias para que se possa efetivamente realizar a troca tornando-se, assim, na mão de seu possuidor, um valor de uso direto. Quanto mais se desenvolve a produção de mercadorias, ou seja, dos produtos do trabalho feitos intencionalmente para a troca, mais se dissocia o valor de uso da mercadoria de seu valor de troca. Na medida em que se desenvolve a troca entre diferentes comunidades rompe-se seus laços locais e, mais ainda, a troca passa a ocorrer no interior da comunidade mesma. Ao se utilizar de uma determinada mercadoria como equivalente geral, possibilita-se a superação do escambo.

“O problema surge simultaneamente com os meios para sua solução. Uma circulação em que possuidores de mercadorias trocam e comparam seus artigos com outros artigos diferentes jamais se realiza sem que diferentes mercadorias de diferentes possuidores de mercadorias em sua circulação sejam trocadas e comparadas como valores a uma terceira mercadoria, sempre a mesma” (MARX, 1996:213).

Assim é que, através do processo social de troca constantemente repetido que uma determinada mercadoria é excluída pelas demais para desempenhar a função de equivalente geral. A mercadoria que serve de comparação de valores e de meio de troca, ou seja, de meio de circulação de mercadorias, torna-se dinheiro. Os metais preciosos que são por natureza adequados para a função de equivalente geral tornam-se a forma dinheiro; e adquirem, além de seus valores de uso originais, o valor de uso de ser o equivalente geral de todas as demais mercadorias, ou seja, adquire a função social de dinheiro. Seu valor mesmo é determinado pelo tempo de trabalho que custa a sua produção e só pode ser expresso comparando-o relativamente à outras mercadorias.

“Observou-se anteriormente que a forma equivalente de uma mercadoria não implica a determinação quantitativa de sua grandeza de valor. Sabe-se que o ouro é dinheiro, sendo, portanto, diretamente permutável com todas as mercadorias. Mas nem por isso sabe-se quanto valem, por exemplo, 10 libras de ouro. Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro pode expressar sua própria grandeza de valor apenas relativamente em outras mercadorias. Seu próprio valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e se expressa naquele quantum de qualquer outra mercadoria em que está cristalizado o mesmo tempo de trabalho. Essa constatação de sua grandeza relativa de valor ocorre em sua

fonte de produção, por meio da troca direta. Quando entra em circulação, como dinheiro, seu valor já está dado” (MARX, 1996:215-216).

E assim também o valor das mercadorias, com o que, após entrar em circulação, o dinheiro apaga todos os vestígios atrás de si, escondendo assim o seu segredo.²⁰

2.3 O dinheiro ou a circulação de mercadorias

2.3.1 Medida de valores

Viu-se como através da forma simples de valor se origina a forma dinheiro. O outro, que é também uma mercadoria e, assim, fruto de trabalho humano, ao se tornar expressão dos valores de todas as outras mercadorias passa a ser então a forma equivalente geral dentro do mundo das mercadorias.²¹ Ao se utilizarem as mercadorias do ouro como material para suas expressões de valor permite-lhes representar seus valores como grandezas de mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. *“Assim, ele funciona como medida geral do valores e é apenas por meio dessa função que o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna inicialmente dinheiro” (MARX, 1996:219).* Quando todas as mercadorias medem seus valores de troca em outro, por exemplo, este se torna medida dos valores; e é devido a esta função que o ouro se torna inicialmente equivalente geral ou dinheiro. O preço é a forma sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias no interior do processo de circulação. Deve-se lembrar que é porque são comensuráveis, enquanto tempo de trabalho materializado, e que as mercadorias transformam o ouro (que contém também tempo de trabalho materializado)

²⁰ “As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independentemente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (MARX, 1996:216-217).

²¹ “Então, o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro” (MARX, 1996:196).

em dinheiro (e não o contrário).²² O preço das mercadorias como forma de expressão de seu valor de troca revela seu modo de existência ideal, em oposição, ao seu caráter real, tangível, como valor de uso.

“Não se relacionando mais as mercadorias entre si como valores de troca pelo tempo de trabalho, mas sim como grandezas com a mesma denominação medidas pelo ouro, este, de medida de valores que era, torna-se padrão de preços (...) O ouro é medida de valores quando tempo de trabalho materializado, e é padrão de preços quando peso determinado de metal” (MARX, 1983a:76-77).

2.3.2 Meio de circulação

Na medida em que se acentua a divisão social do trabalho intensifica-se a necessidade da troca entre os diversos produtores. Em uma sociedade produtora de mercadorias, em que reina a produção para troca (e não para autoconsumo), é imperativo aos produtores trocarem os produtos de seus trabalhos entre si, tanto mais quanto aumenta o número de produtores independentes. A troca de mercadorias é, portanto, um metabolismo social. A sociedade forma-se como um conjunto de indivíduos que, embora produzam de maneira independente uns dos outros, se interrelacionam, trocando entre si seus produtos do trabalho. As dificuldades em se efetuar esse processo de troca de mercadorias entre seus diversos possuidores, transferindo-as das mãos onde são não-valores de uso para as mãos onde são valores de uso, surgem juntamente com a possibilidade de se contorná-las.²³ Para isso basta apenas não só expressar o valor das mercadorias no dinheiro, e sim utilizá-lo como meio de troca, ou seja, trocar primeiramente a mercadoria por dinheiro (que é o valor de troca por excelência) e este pelas mercadorias, pelos valores de uso de que se necessita. O processo aparece, então, como M-D-M. M-D: troca entre possuidor da mercadoria e o possuidor do dinheiro, venda da mercadoria. Do outro lado, o processo D-M representa a compra, a troca do dinheiro pela mercadoria. O dinheiro como meio de circulação facilita consideravelmente o metabolismo social, ou

²² “Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente ao valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (MARX, 1996: 219).

seja, a troca de mercadorias entre os produtos privados. E o processo em seu conjunto forma um ciclo, apresenta-se, portanto, como circulação de mercadorias.

“As duas metamorfoses que formam o ciclo de uma mercadoria constituem, ao mesmo tempo, as metamorfoses parciais inversas de duas outras mercadorias (...) O ciclo descrito pela série de metamorfoses de cada mercadoria entrelaça-se, portanto, inextricavelmente, como os ciclos de outras mercadorias. O processo em seu conjunto apresenta-se como circulação de mercadorias” (MARX, 1996:234).²⁴

Em M-D-M o dinheiro aparece como intermediário, como um meio de troca, caracterizado pelo processo de circulação, isto é, como um meio de circulação. Nesse processo o dinheiro muda constantemente de mãos, sem abandonar porém a circulação. Ele sempre passa das mãos do comprador para as do vendedor, e assim sucessivamente. Seu movimento aparece como um afastamento constante do ponto de vista de partida. *“Essa forma de movimento diretamente conferida ao dinheiro pela circulação das mercadorias é, portanto, seu afastamento constante do ponto de partida, seu percurso das mãos de um possuidor de mercadoria para as de outro ou seu curso (currency, cours de la monnaie)” (MARX, 1996:237).*

O dinheiro como mediador da circulação de mercadorias assume a função de meio circulante, dessa função do dinheiro surge sua figura de moeda, forma de existência do ouro dissociada radicalmente de sua substância de valor, e assim funcionam meramente como signos de valor. Da moeda metálica à moeda de papel somente o primeiro passo é que custa.²⁵ Dado que para fazer circular uma determinada quantidade de mercadorias necessita-se de uma quantidade de ouro determinada, este pode ser substituído por meros signos de valor por moedas metálicas ou simplesmente de papel.²⁶ O signo de valor é signo de preço, logo signo de ouro, *“...e só por um subterfúgio é signo do valor da mercadoria.*

²³ “Viu-se que o processo de troca das mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. Esse é, em geral, o método com o qual contradições reais se resolvem” (MARX, 1996:227).

²⁴ A circulação de mercadorias distingue-se do intercâmbio direto de produtos sob um duplo aspecto. “Por uma lado, vê-se aqui como o intercâmbio de mercadorias rompe as limitações individuais e locais do intercâmbio direto de produtos e desenvolve o metabolismo do trabalho humano. Por outro lado, desenvolve-se todo um círculo de vínculos naturais de caráter social, incontroláveis pelas pessoas atuantes.” (MARX, 1996:235)

²⁵ “A moeda papel é o signo de ouro ou o signo de dinheiro. Sua relação com os valores mercantis consiste apenas em que estes estão expressos idealmente nas mesmas quantidades de ouro que são representadas simbólica e sensivelmente pelo papel” (MARX, 1996: 248-249).

²⁶ A quantidade de dinheiro em circulação varia também com a sua velocidade de circulação, quando esta aumenta, diminui a quantidade necessária, e vice-versa.

O ouro não vendeu a sua sombra... mas compra com sua sombra. O signo só atua quando representa, no interior do processo, o preço de uma mercadoria em presença de outra, ou quando representa ouro em presença de cada proprietário de mercadoria” (MARX, 1983a:115). O papel moeda do Estado de curso forçado é a forma acabada do signo de valor, e nasce da circulação simples das mercadorias;²⁷ representa assim, um processo natural, que se origina na circulação mesma.

“A quantidade de notas é, portanto, determinada pela quantidade de moeda de ouro que representam na circulação e como só são signos de valor na medida em que representam, o seu valor é determinado simplesmente pela sua quantidade. Ainda que a quantidade de ouro em circulação dependa do preço das mercadorias, o valor das notas em circulação, pelo contrário, depende exclusivamente da sua própria quantidade” (MARX, 1983a:116-117).

Se o Estado emitir dinheiro acima da quantidade de ouro que representam as notas, o dobro por exemplo, o valor das notas cai pela metade do que era antes, alterando-se apenas a denominação do padrão de preços. *“O ouro circula porque tem valor, o papel tem valor porque circula” (MARX, 1983a:119).*

2.3.3 Dinheiro

Na forma M-D-M o dinheiro aparece como simples meio de circulação, como um facilitador das trocas entre mercadorias, entre diferentes valores de uso. Aqui, ele aparece como um meio. Diferentemente em D-M-D. De meio o dinheiro transforma-se em fim em si mesmo. Essa troca de dinheiro por dinheiro, o mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso seria totalmente vazia de sentido a não ser que a diferença obtida na troca não fosse qualitativa (ou seja, diferentes qualidades de valor de uso, como M-D-M) e sim quantitativa, diferentes quantidades de valores de troca. Supõe portanto, a troca de não equivalentes. O objetivo da troca é o dinheiro mesmo, fixa-se na forma do equivalente geral. O dinheiro é a forma material da riqueza abstrata e é o representante concreto da riqueza material. Desenvolve-se assim, a paixão pelo dinheiro, troca-se com o fim de obter

²⁷ Diferentemente da moeda fiduciária, que corresponde muito mais à circulação ampliada (conforme MARX, 1983a:115).

cada vez mais valores na forma da riqueza abstrata, na forma de dinheiro. O dinheiro aparece, portanto, com a função de reserva de valor, de entesouramento.

Com o desenvolvimento das trocas desenvolve-se também o sistema de crédito, ou seja, a separação no tempo entre compra e a venda da mercadoria. No lugar de dinheiro entrega-se uma promessa de pagamento. No dia do vencimento desta, o comprador da mercadoria deve saldar sua dívida, pagando ao vendedor em dinheiro o valor estipulado na promessa de pagamento. O dinheiro aparece aqui como meio de pagamento, ou seja, na liquidação de contratos entre credor e devedor. O dinheiro, como meio de pagamento, forma a base natural do crédito.

O desenvolvimento das trocas rompe as barreiras locais, as trocas passam a se desenvolver não só no interior de toda a nação, e sim entre nações. Esta troca só pode ser mediada por um equivalente geral de aceitação universal, portanto, por um dinheiro mundial. Esta função de dinheiro universal foi²⁸ desempenhada primordialmente pelo ouro. Funcionava como um meio de troca universal, especialmente como meio de pagamento para o saldo dos balanços internacionais.

“Ao sair da esfera interna de circulação, o dinheiro desprende-se das formas locais do padrão de preços, moeda, moeda divisionária e signo de valor e reassume a forma originária de barras dos metais preciosos. No comércio mundial as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Sua figura autônoma de valor se defronta, portanto, aqui também com elas sob a forma de dinheiro mundial. É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito” (MARX, 1996:261).

²⁸ “Foi”, pois com o fim do acordo de Bretton Woods e com o fim da conversibilidade do dólar em ouro decretada pelo Presidente dos EUA R. Nixon, em 1974, o dólar passou a exercer a função de dinheiro universal; já que, embora não seja a única moeda (marco e yen são expressivas também), é a dominante.

CAPÍTULO 3

O CAPITAL

3. O CAPITAL

Na circulação simples de mercadorias o dinheiro aparece como mediador da troca (M-D-M) e esta aparece sempre como troca entre equivalentes. A circulação de mercadorias ocorre sempre sobre a mesma esfera de circulação. Ano após ano as mercadorias trocam-se entre si, não deixando para trás nenhum vestígio, ficando apenas determinada quantidade de dinheiro (ou seja, o dinheiro como meio circulante, sua quantidade é determinada pela soma dos preços das mercadorias). Para haver acumulação, em algum ponto tem de ter havido desacumulação em outro, ou seja, deve-se supor que em algum ponto, houve troca de não equivalentes, mas de qualquer maneira a soma global dos valores permanece a mesma. O detalhe porém consiste, em que, neste caso, o dinheiro fixa-se em determinado ponto da circulação, aparece como que entesourado, e não meramente como meio circulante. Para haver circulação ampliada, este dinheiro tem de ser usado na subsunção de novo trabalho vivo, ou ainda, na troca por mercadorias fora da esfera de circulação original. É claro que se esta troca de não-equivalentes ocorreu de modo apenas acidental, esta ampliação da esfera da circulação também o será; por outro lado, se se cria condições para que se realize continuamente a troca entre não-equivalentes esta ampliação da esfera de circulação se mantém, e aumenta, portanto, na medida em que se aumentem os pontos de troca entre não-equivalentes. A questão passa a ser agora analisar quais as condições necessárias para que se estabeleçam as trocas entre não-equivalentes, mais ainda, analisar as condições para que se amplie continuamente a esfera de circulação, trata-se, portanto, de se estabelecer o processo pelo qual a reprodução ampliada do processo social de produção dos meios de vida não só surge no seio da reprodução simples bem como a domina, torna-se, portanto, processo dominante.

3.1 A transformação do dinheiro em capital

Com o avanço da divisão social do trabalho, ou seja, com o avanço do caráter social da produção, avançam a necessidade da troca e da transformação da mercadoria em dinheiro. Desenvolve-se, portanto, a produção para troca e, com isso, o valor de troca das mercadorias, até o ponto em que o valor de troca adquire uma existência materialmente

separada da mercadoria. O valor de troca é sua relação social, sua qualidade econômica.²⁹ Ao se desenvolver a produção para a troca (ou seja, a produção de mercadorias) desenvolve-se também, o poder do dinheiro.³⁰ Este de meio que era transforma-se em fim em si mesmo.³¹ Ao avançar a produção de mercadorias, todas as relações que se apresentavam antes como prestações pessoais, aparecem agora como prestações em dinheiro, mediadas por este.³² Assim, a produção para a troca, a produção de mercadorias torna-se dominante e a produção perde seu caráter individual e para o autoconsumo.

“Como el dinero se introduce en el cambio, me veo obligado a cambiar mi producto por el valor de cambio general o por el objeto dotado de la capacidad universal de cambio; de este modo, mi producto cae bajo la dependencia del comercio general y se ve arrancado de sus límites locales, naturales e individuales” (MARX, 1985, I:55).

Ou seja, transforma-se em mercadoria. O dinheiro, que originariamente era uma mercadoria como as outras, ao mesmo tempo não é uma mercadoria como as demais. O dinheiro aparece como um valor de troca universal e ao mesmo tempo como um valor de troca em particular.³³ O dinheiro assume a forma de uma contradição em processo, ou seja, de contradições que se manifestam na prática.

A dependência recíproca entre os produtores expressa-se na constante necessidade da troca e no valor de troca como mediador universal. O interesse particular é transformado já em interesse socialmente determinado e sob suas condições impostas é que pode realizar-se e com os meios que ela propõe, acha-se, portanto, vinculado à reprodução destas condições e destes meios. *“La dependencia universal y recíproca de los individuos,*

²⁹ MARX, 1985, I: 47.

³⁰ “Pero a medida que éste se desarrolla se desarrolla también el poder del dinero, es decir, la relación de cambio se establece como independiente frente a los productores y como un poder independiente a ellos” (MARX, 1985:51). O “éste” aqui refere-se ao caráter social da produção.

³¹ “Lo que originariamente se manifestaba como medio para fomentar la producción se convierte ahora en una relación ajena al productor” (MARX, 1985, I: 51).

³² Cumpre papel importante neste processo a transformação do imposto em espécie em imposto em dinheiro da renda em espécie em renda em dinheiro, da organização de exércitos com tropas sob saldo e, “en general, de todas las prestaciones en prestaciones en dinero y del trabajo patriarcal, esclavo, servil y gremial en trabajo puramente asalariado” (MARX, 1985, I: 52). Esse processo encerra, portanto, a passagem dos antigos modos de produção ao modo de produção capitalista. Assim, o dinheiro não cria estas contradições e antíteses, senão que é o desenvolvimento destas contradições e antíteses que faz surgir o poder transcendental do dinheiro.

³³ Desde já: a contradição entre o caráter público (como meio de troca, meio circulante) e privado da moeda (como meio de pagamento, e também como capital em potencial).

indiferentes los unos a los otros, constituye su nexo social. Este nexo social se expresa en el valor de cambio” (MARX, 1985, I:61).

O valor de troca das mercadorias, sabemos, é determinado pelo *quantum* de trabalho humano contido nelas, este *quantum* por sua vez, é medido pelo tempo de sua duração, ou seja, pelo tempo de trabalho humano abstrato gasto em sua produção.³⁴ Assim, toda determinação do valor de troca das mercadorias traz consigo não só a sua determinação de valor atual, bem como as anteriores, as quais ela está presa no sentido em que aparece como um desenvolvimento destas; espelham em última análise o avanço das forças produtivas e a conseqüente diminuição do tempo de trabalho para a produção das mesmas. E assim também em relação à sua expressão monetária de valor, à sua forma preço.

Na circulação simples de mercadoria impera a troca de equivalentes; com o que a troca de mercadorias se realiza pelos seus valores. No processo M-D-M, o mesmo valor de troca que aparece no início e no final. Sabemos que a criação dos valores se dá no processo de produção de mercadorias, que é onde o trabalho do produtor se materializa na mercadoria, à circulação cabe a função de realização do seu valor. Supondo-se, por exemplo, dez produtores, cada um trocando seus produtos entre si e o valor de troca de cada um deles seja de 10 expressos em uma unidade monetária qualquer, se cada um vende seu produto 10% mais caro, perderia esse mesmo ganho ao comprar os produtos dos demais. Vimos anteriormente que a possibilidade de ganho passa pela troca de não equivalentes. Em algum ponto do processo de troca alguém tem de ter recebido um valor de troca menor em relação ao qual deu em troca. Vimos também como este ganho fixado na forma dinheiro necessita de um novo valor de troca pelo qual permutar.

Ao lado da forma de circulação simples surge, portanto, uma forma diferenciada, a forma D-M-D, troca de dinheiro por mercadoria, e desta por dinheiro. Esta é a forma adequada ao capital, e o dinheiro “...*que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital*” (MARX, 1996: 268). Dinheiro como capital realiza primeiro a compra, D-M, troca de dinheiro por mercadoria; para depois trocar sua mercadoria por dinheiro. Esse processo seria desprovido de sentido caso não houvesse ao final do mesmo uma quantidade

³⁴ Trabalho humano este reduzido à sua forma simples. Trabalho complexo aparece como trabalho humano simples potencializado, como uma multiplicação deste.

maior de dinheiro do que a inicial.³⁵ “A forma completa desse processo é portanto. $D-M-D'$, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de mais-valia (*surplus value*)” (MARX, 1996:271). O valor não só se mantém como aumenta na circulação, torna-se, por isso, capital. Consuma-se a transformação do dinheiro como um fim em si, no processo $D-M-D'$ transforma-se num movimento sem fim.³⁶ A circulação de mercadorias, porém, viu-se, não pode ela mesma criar mais valores do que nela foi lançado; por outro lado, não pode o capital realizar sua mais-valia sem lançar de volta à circulação sua mercadoria e extrair dela seu *surplus value*. “Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela” (MARX, 1996:284).

A modificação do valor do dinheiro não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois ele apenas realiza o preço da mercadoria pelo qual se troca. Tampouco no seu ato inverso, ao se transformar novamente a mercadoria em dinheiro.

*“A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato $D-M$, mas não com seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera de circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou a força de trabalho” (MARX, 1996: 285).*³⁷

Faz falta agora determinar as condições específicas para que a força de trabalho se apresente ao possuidor do dinheiro como mercadoria. A primeira delas é que o possuidor da força de trabalho apareça frente ao possuidor de dinheiro como vendedor, ou seja, como livre possuidor de sua capacidade de trabalho. Assim, deve alienar esta capacidade por um

³⁵ Em $M-D-M$ a troca tem por fim um diferente valor de uso (diferença qualitativa), em $D-M-D$, ao contrário, o mesmo valor de uso aparece no início e no fim, a diferença, portanto, só pode ser quantitativa, ou seja, em relação ao valor de troca.

³⁶ “A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1996:212).

determinado tempo, caso contrário, caso a venda para sempre, torna-se de pessoa livre em escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria. A segunda condição consiste em dispor o vendedor da força de trabalho unicamente de sua própria força de trabalho, como mercadoria, para oferecer em troca, em lugar de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado. Deve-se encontrar, portanto, o vendedor da força de trabalho separado, “livre” dos meios de produção.

“Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (MARX, 1996:287).

É por demais evidente que, com base nesta definição, as condições necessárias para se encontrar a força de trabalho humana como uma mercadoria são tudo menos naturais e universais, e correspondem é claro ao resultado de um desenvolvimento histórico anterior. Vimos anteriormente como os produtos do trabalho se transformam em mercadoria e como, através desse processo, se desenvolvem contradições e antíteses, especialmente no que se refere ao dinheiro. A força de trabalho reduzida à condição de mercadoria, é portanto, uma condição específica e determinada própria do modo de produção capitalista e é este seu caráter essencial e sua diferença específica frente aos demais modos de produção.

Na relação com o capitalista o possuidor de força de trabalho, o trabalhador, não vende o valor de seu trabalho e sim o valor de sua força de trabalho. O valor desta consiste exatamente no valor dos produtos necessários à sua produção, ou seja, no trabalho necessário para produzi-la. *“O valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção” (MARX, 1996:289).* O trabalhador vende (e recebe) o que lhe pertence, a sua força de trabalho. O valor do seu trabalho, materializado nas mercadorias sob as quais este se realizou, é de propriedade do capitalista bem como a mercadoria sob a qual o trabalho foi realizado. O capitalista no processo de produção, adianta os meios de produção

³⁷ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1996 :285).

(instrumentos e matérias-primas) e os consome juntamente com a força de trabalho. O consumo dos fatores de produção é feito sob o comando do capitalista, e a ele cabe os frutos desse consumo.

3.2 A produção de mais-valia

Vamos supor que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade exija 6 horas de trabalho médio para sua produção; e que estas 6 horas representem 6 unidades monetárias qualquer. Como trabalhador assalariado necessita o trabalhador vender sua força de trabalho ao capitalista. Caso trabalhe para este seis horas diárias, acrescentaria ao capital adiantado deste exatamente os valores recebidos em troca de seu salário. E o capitalista não receberia mais-valia alguma. Vimos que no processo D-M-D, ele só é constituído de sentido caso produza um *surplus value*, uma mais-valia. Assim, o capitalista ver-se-ia desmotivado à produção. O detalhe, porém, consiste em que:

“...o valor, a força de trabalho se determina pela quantidade de trabalho necessário para a sua conservação, ou reprodução, mas o uso desta força só é limitado pela energia vital e a força física do operário. (...) A quantidade de trabalho que serve de limite ao valor da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar” (MARX, 1974:88-89).

É exatamente nesse fato que reside a possibilidade de criação de mais-valia para o capitalista. Se em vez de fazer o operário trabalhar 6 horas, põ-lo para trabalhar 12, essas 6 horas adicionais, incorporados na mercadoria, lhe pertencem. Assim, por exemplo, caso tenha o capitalista adiantado em meios de produção o equivalente a 6 horas de trabalho representados pelo preço de 6 unidades monetárias, e gaste em salários também 6 unidades monetárias fazendo, porém, com que o trabalhador despenda sob seu comando, 12 horas, fará com que, além das 6 horas necessárias para repor o seu salário, o trabalhador terá de trabalhar outras 6 horas, que se traduzem em um sobreproduto ou em uma mais-valia. O valor do produto será, medido em horas de trabalho, igual a 18 horas, ou ainda, 18 unidades monetárias, que corresponde à soma dos valores dos meios de produção, do

salário e do mais-valia extraída do trabalhador.³⁸ “*O valor de uma mercadoria se determina pela quantidade total de trabalho que encerra*” (MARX, 1974:91). Vimos anteriormente como para haver acumulação em algum ponto da troca tem de haver desacumulação em outro, tem de haver, portanto, troca de não-equivalentes. Assim, ao consumir o capitalista a força de trabalho do trabalhador além do tempo necessário para reprodução desta (fixada no seu salário) o capitalista recebe um equivalente, pelo qual não paga equivalente algum. Recebe-o, portanto, de graça e assim a troca entre o capitalista e o trabalhador assalariado passa a ser troca entre não-equivalentes.³⁹ E o capitalista, mesmo vendendo a mercadoria por seu valor, obtém um lucro.⁴⁰

3.2.1 Mais-valia absoluta e relativa

A taxa de mais-valia (mv/cv) nos mostra a proporção em que se divide o trabalho necessário para reposição do valor de sua força de trabalho e o sobretrabalho. Pode-se aumentar a taxa de mais-valia de duas maneiras. A primeira delas consiste simplesmente no aumento do tempo de sobretrabalho, ou seja, através do prolongamento da jornada de trabalho, ou seja, através da mais-valia absoluta.⁴¹ A segunda maneira pela qual pode-se aumentar a taxa de mais-valia decorre da redução do tempo necessário para produção do valor correspondente à reposição da força de trabalho. Corresponde, portanto, a uma diminuição proporcional do capital variável em relação à mais-valia (ao

³⁸ Chamaremos os meios de produção de capital constante (cc), os salários de capital variável (cv) e o sobreproduto ou sobretrabalho de mais-valia (mv). A taxa de mais-valia é calculada dividindo-se mv por cv ; no exemplo 6 horas/6 horas = 1 ou 100%. A taxa de lucro por sua vez deve, é claro, ser calculada sobre o capital global (C) que é igual a soma da cc e cv . Assim a taxa de lucro é $l' = mv/c$ ou $= mv/cc + cv$. Outra determinação importante é a da composição orgânica do capital (COC) a qual “é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários” (MARX, 1996:245). Isto é $COC = cc/cv$.

³⁹ “Como a produção de mais-valia é o objetivo determinante da produção capitalista, não é a grandeza absoluta do produto mas a grandeza relativa do mais-produto que mede o grau de riqueza. A soma do trabalho necessário e do mais-produto, dos períodos em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho e a mais-valia, forma e grandeza absoluta de seu tempo de trabalho – a jornada de trabalho” (MARX, 1996:343).

⁴⁰ E é dessa mais-valia extraída do trabalhador no processo de produção que se deduz a renda da terra e o juro. “*A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa, e todos provêm por igual desta fonte e só desta fonte. Não provém do solo, como tal, nem do capital em si; mas o solo e o capital permitem a seus possuidores obter a sua parte correspondente na mais-valia que o empregador capitalista extorpe do operário*” (MARX, 1974:92).

sobretreinamento). Isto implica em um avanço nas forças produtivas para que possa haver diminuição no valor das mercadorias nas quais se compõem o capital variável. Permitindo-se, com isso, apropriar-se desse tempo de trabalho na forma de mais-valia. Assim, seguindo nosso exemplo anterior, supondo-se que o tempo de trabalho necessário para produção dos artigos de subsistência caia agora para 3 horas, mantendo-se a mesma jornada de 12 horas, a mais-valia passa agora a ser de 9 horas e a taxa de mais-valia (mv/cv) = $9/3 = 3$, ou 300%, aumentando em 200% em relação à taxa de mais-valia anterior. Daí o tempo de trabalho economizado por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho não se destinar à redução da jornada de trabalho, e sim ao aumento da mais-valia.

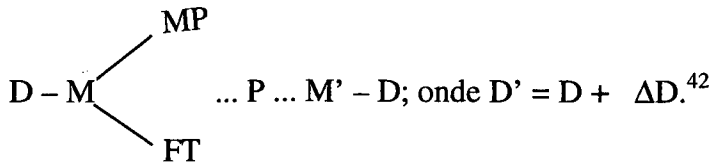
“Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos-nos diante destas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança de grandeza de suas partes integrantes, trabalho e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho” (MARX, 1996:140).

A mais-valia relativa está relacionada, portanto, à utilização de novas técnicas de produção; especialmente no uso das máquinas.

3.3 Da reprodução simples à ampliada

Vimos como, com base na circulação simples de mercadorias, o capital consegue realizar a troca de não-equivalentes entre ele o trabalhador, obter, portanto, uma mais-valia sobre o capital originariamente adiantado bastando agora simplesmente realizar a troca dessa mercadoria (sob a qual consumiu-se a força de trabalho comprado do trabalhador) por dinheiro. Assim o processo pode ser descrito como:

⁴¹ O prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital – isso é a produção da mais-valia absoluta” (MARX, 1996:138).



Ao se trocar a mercadoria produzida no processo produtivo realiza-se a mais-valia nela contida, com o que o processo, expresso resumidamente em $\text{D} - \text{M} - \text{D}'$, aparece não mais como simples troca de valores de mesma grandeza. Pelo contrário, o dinheiro aplicado como capital não só se mantém como valor como seu valor é acrescido (no montante exato da mais-valia produzida). Ao se utilizar esse novo valor no processo de produção, utilizando-o na compra de nova força de trabalho, a produção passa agora a ocorrer não mais sob a mesma esfera de circulação, senão que vê continuamente sua base ser ampliada. O capital, em sua essência, expande continuamente a sua esfera de produção e de reprodução.

O dinheiro, por sua vez, aparece em relação consigo mesmo. O dinheiro como forma e conteúdo da riqueza, dispõe é claro da possibilidade de comprar no mercado força de trabalho como mercadoria e meios de produção e obter, assim, lucro. Dinheiro torna-se, portanto, capital em potencial. Ao ser aplicado na compra de trabalho vivo para extração da mais-valia torna-se capital real, efetivo.

“El dinero en cuanto finalidad se convierte aquí en medio de la laboriosidad general. La riqueza general es producida para apoderarse de su representante. Así, se abren las fuentes reales de la riqueza. (...) El valor de cambio en cuanto producto direto del trabajo es dinero como su producto inmediato. El trabajo inmediato, que produce al valor de cambio en cuanto tal es, por tanto, trabajo asalariado” (MARX, 1985, I:117).

Ao se transformar em capital o dinheiro deixa de servir apenas de troca de equivalentes, trata-se agora de multiplicação do valor. O dinheiro perde sua rigidez, transforma-se em capital, deixa de ser uma coisa tangível e se converte em processo. A circulação do capital apresenta forma de uma espiral, de uma curva que se alarga (e não de um simples círculo).⁴³ No processo de acumulação em que a mais-valia é toda ou em parte

⁴² MP = meios de produção; FT = força de trabalho; P = é o processo de produção, ou seja, é onde o capitalista, ao fazer o trabalhador produzir além do trabalho necessário para reposição de sua força de trabalho, cria a mais-valia. Assim, no conjunto de mercadorias produzidas, cada uma leva consigo uma parte da mais-valia extraída no processo de produção.

⁴³ “El cambio entre capital y trabajo, resumiendo, difere del cambio simple (circulación) en cuanto al contenido, y no responde a una simple comparación externa: en el conjunto de aquel proceso, la segunda fase se diferencia por sí misma de la primera, pues la segunda consiste en el proceso específico de apropiación

reinvestida no processo de produção, transforma-se o sobretrabalho dos trabalhadores em capital. Os trabalhadores vêm crescer, portanto, com a continuidade do processo de produção, o capital. Vêm aumentar assim, o capital de um lado e sua desposseção de outro, ou seja, vêm reforçar a sua condição de trabalhador, que não dispõe de nada além dessa força de trabalho, inerente à sua corporalidade mesma.⁴⁴ Da mesma maneira em que o aumento da produtividade do trabalho se traduz em aumento da produtividade do capital, em aumento da mais-valia relativa. A natureza do capital leva consigo a tendência à consumir todo sobretrabalho disponível, precisamente porque o capital é por definição criação de sobretrabalho.⁴⁵

O processo de acumulação e de reprodução ampliada do capital envolve além da transformação do trabalho em capital, a transformação desse capital obtido pela apropriação de trabalho alheio, em novo trabalho para que, assim, possa valorizar-se. O lucro, ao ser reinvestido na produção implica na necessidade de se ter novo trabalho, para que se possa extrair deste a mais-valia. Supondo-se, por exemplo, um capital de 100 dividido em 80 de capital constante (cc) e 20 de variável (cv) com taxa de mais-valia (mv) de 100%, ou seja, $mv = 20$. No segundo momento o capital inicial passaria a ser de $C = 96c + 24v = 120$ (já que a mv de 20, deverá ser empregada na proporção de 80% de capital constante (ou seja, $cc=16$), e 20% como capital variável ($cv=4$)). O capital variável ver-se-ia aumentado em 20% e assim também o trabalho vivo empregado, para que se possa extrair deste a mais-valia.

O capital precisa encontrar em proporção crescente a força de trabalho como mercadoria. A separação dos meios de produção dos trabalhadores e o fim do trabalho escravo e servil é condição, portanto, para própria expansão do capital. Aparece para ele como uma barreira a ser superada. Daí a necessidade do capital separar os meios de produção dos trabalhadores e transformar todo trabalho em trabalho assalariado. “*Este divorcio es el que sirve de base a la existencia del capital y del trabajo asalariado*” (MARX, 1985, I:236). O capital traz em sua essência o gérmen da dissolução de todos os sistemas antigos de produção. Transforma todas as relações de produção em capitalistas. Transforma todo o mundo a sua imagem e semelhança. O capital cria e recria, portanto,

del trabajo [ajeno] por el capital, y es exactly donde se cifra la diferencia [esencial] entre el cambio de capital y trabajo y en que el dinero sirve de mediador entre [las] mercancías” (MARX, 1985, I:162-163).

⁴⁴ A transformação do trabalho em capital é o resultado direto da troca entre capital e trabalho, porém esta transformação se leva a cabo somente no processo de produção mesmo.

⁴⁵ Marx, 1985, I:217.

constantemente, as condições para sua expansão. *“Una condición de la producción capitalista es ... la creación de una órbita de circulación cada vez más amplia (...) Por tanto, a la vez que el capital tiende, de una parte, a crear cada vez más plusbajo, de otra parte, y como complemento de esto, tiende a crear más y más puntos de cambio. (...) La tendencia a crear un mercado mundial se halla, por tanto, directamente implícita en el concepto mismo del capital”* (MARX, 1985, I:276).

O capital transforma toda a produção em produção de valores de troca (e não valores de uso diretos); transforma assim todas as relações em relações monetárias. O comércio que antes era muito mais interposto para produtos excedentes transforma-se em momento fundamental da circulação do capital, do seu processo geral de produção. Cabe a ele a realização de toda a produção, já que esta se apresenta predominantemente como produção de mercadorias, como produção para a troca.⁴⁶

“De otra parte, la producción de plusvalía relativa, es decir, de plusvalía basada en el aumento y desarrollo de las fuerzas productivas, requiere a creación de nuevo consumo, [requiere] que la órbita de los consumidores, dentro de la circulación, se amplíe, como antes se amplió la órbita de la producción (...) Dicho en otras palabras, [es necesario] que el plusbajo obtenido no sea un excedente puramente cuantitativo, sino que, al mismo tiempo, aumenten, se diversifiquen y se multipliquen sin cesar las diferencias cualitativas del trabajo (y, por tanto, las del plusbajo)” (MARX, 1985, I:277).

Isto implicará na exploração de toda a natureza para descobrir novas propriedades úteis nas coisas, fomento de troca universal dos produtos de todos os climas e países; submeter os objetos naturais à tratamentos artificiais com o fim de imprimir-lhes novos valores de uso; desenvolvimento da ciência ao máximo; descobrimento, criação e satisfação de novas necessidade que brotem no seio da sociedade; criação do homem como produto universal mais total e universal que possa conceber-se. Se trata de fomentar um sistema de tipos de trabalho de produção que se ampliem e se desenvolvam constantemente e que corresponda a um sistema cada vez mais vasto e rico em necessidades. A produção baseada no capital cria a indústria universal e um sistema de exploração geral das qualidades naturais e humanas. Deste modo, é o capital o que cria desde o primeiro

⁴⁶ Vêm-se reforçados o poder transcendental do dinheiro, ou seja, o caráter fetichista da produção capitalista. Ainda mais que o dinheiro, como capital em potencial, possui agora um valor de uso adicional, o de produzir lucro. Dinheiro representa direito sobre um novo trabalho, sobre trabalho futuro (daí o juro cobrado sobre o empréstimos de dinheiro – sobre isso ver Marx, K. “O Capital”. Livro 3º, Cap. XXI e seguintes)

momento a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, como uma conexão social que engloba a todos os membros da sociedade. Esta é a sua influência civilizatória.

3.4 A lei da queda tendencial da taxa de lucro

A taxa de lucro (l'), diferentemente da taxa de mais-valia (m')⁴⁷, é calculada sobre o capital total adiantado. Assim $l' = mv/C = mv/cc + cv$. Supondo-se uma taxa de mais-valia constante, de 100%, por exemplo, e as seguintes composições orgânicas do capital:

I. $C=100c + 100v$, $m=100$ e a taxa de lucro é $l' = m/c+v = 100/200=50\%$

II. $C=400c + 100v$, $m=100$ e a taxa de lucro é $l' = 100/500 = 20\%$

III. $C=900c + 100v$, $m=100$; $l' = 100/1000 = 10\%$

IV. $C=9.900c + 100v$, $m=100$; $l' = 100/10.000 = 1\%$

Com o aumento constante do volume material e, assim, do valor do capital constante em relação ao número de trabalhadores e, portanto, à massa de salários, tem de cair inevitavelmente a taxa de lucro, já que esta é calculada como proporção ao capital global. Mesmo permanecendo constante a massa de mais-valia (e, portanto, a de lucro) a taxa de lucro, com a crescente acumulação do capital e o conseqüente aumento da produtividade social do trabalho (o que implica em uma massa cada vez maior de capital sendo posta em movimento por uma massa cada vez menor de trabalhadores) apresentará tendência decrescente. Assim, segundo o exemplo, “...a mesma taxa de mais-valia com grau constante de exploração do trabalho expressar-se-ia assim em uma taxa decrescente de lucro, com seu volume material cresce também, ainda que não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, com isso o do capital global” (MARX, 1988: 154). Aumenta a composição técnica do capital (o volume material cresce em relação ao número de trabalhadores) e aumenta sua composição orgânica (o valor do capital constante em relação ao valor do capital variável) fruto do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho e do processo de acumulação do capital. O desenvolvimento mesmo das forças produtivas, ou seja, da produtividade do trabalho é condição necessária para o aumento do valor e da valorização do capital. E como o aumento da produtividade

do trabalho aparece como aumento da produtividade do capital, já que este leva consigo a tendência a consumir o sobretrabalho disponível e o novo criado, a crescente produtividade, na forma de consumo produtivo do sobretrabalho apresenta-se como aumento da mais-valia relativa e, assim, em crescente aumento do capital.

“Supondo-se agora, além disso, que essa mudança gradual na composição do capital não ocorra meramente em esferas isoladas da produção, mas mais ou menos em todas ou então nas esferas da produção decisivas, que ela implique, portanto, modificações na composição orgânica média do capital global pertencente a determinada sociedade, então esse crescimento paulatino do capital constante precisa, em relação ao capital variável, ter necessariamente por resultado uma queda gradual na taxas de lucro geral, com taxa constante de mais-valia ou grau constante de exploração do trabalho pelo capital” (MARX, 1988:154).

A essa crescente composição orgânica do capital corresponde uma diminuição crescente do valor individual dos produtos. Cada produto expressa na sua composição uma parcela cada vez maior de capital constante e, ao contrário, uma parcela sempre decrescente de trabalho vivo. Assim, dado *quantum* de trabalho é representado agora em uma massa maior de mercadorias.

Com a crescente composição orgânica do capital cai, em proporção ao capital constante, o capital variável empregado. O número de trabalhadores empregados ou do valor da massa de salários pode não só permanecer constante como aumentar em valores absolutos. A questão aqui não é o número absoluto de trabalhadores ou do valor do capital variável, ela se refere à proporção entre o valor do capital constante e o valor do capital variável. Mesmo havendo crescimento do capital variável e da taxa de mais-valia a taxa de lucro pode – e deve – cair, já que esta é calculada em relação ao capital global ($C = cc + cv$) e este, dado o aumento constante da produtividade, tende a crescer sempre em maiores proporções na forma de capital constante. Os efeitos, portanto, em relação à população trabalhadora, da crescente composição do capital e conseqüente tendência à queda da taxa de lucro, são de que se tenha uma superpopulação de trabalhadores. Este ponto é importante. Uma superpopulação de trabalhadores implica em se ter uma parte destes sem poder vender sua força de trabalho. Sem ter, portanto, de onde tirar seu sustento. Essa superpopulação pode, é claro, aumentar ou diminuir de acordo com o ritmo dos negócios, exercendo, assim, maior ou menor pressão sobre a massa de trabalhadores empregados.

⁴⁷ $m' = m/v$

Este ponto é importante pois mostra como o capital em seu processo de acumulação cuida para que os salários mantenham-se, na média, à seus valores (ou seja, aos meios de subsistência); ilustra, em parte, o processo pelo qual o capital aparece e mantém seu domínio sobre a sociedade em geral, e sobre a classe trabalhadora em particular. Reflete, em última instância, o processo pelo qual o capital cria e recria as condições para extrair uma massa sempre crescente de mais-valia da classe trabalhadora.

“A própria acumulação, e a concentração de capital que ela implica é, porém, em si mesma, um meio material de elevação da força produtiva. Nesse crescimento nos meios de produção está, porém, implícito o crescimento da população trabalhadora, a criação de uma população correspondente no capital excedente e que em linhas gerais sempre sobrepasse suas necessidades, portanto uma superpopulação de trabalhadores. Um excedente momentâneo de capital excedente em relação à população trabalhadora por ele comandada teria duplo efeito. Por um lado, por meio da elevação de salário, atenuando por conseguinte as influências dizimadoras, aniquiladoras da descendência dos trabalhadores e facilitando os casamentos, ele iria aumentar paulatinamente a população trabalhadora; por outro lado, porém por meio da aplicação dos métodos que geram a mais-valia relativa (introdução e aperfeiçoamento na maquinaria) ele geraria ainda muito mais rapidamente uma superpopulação relativa artificial, que, por sua vez – já que na produção capitalista a miséria gera população – seria de novo a incubadeira de um aumento realmente rápido do tamanho da população. Da natureza do processo capitalista de acumulação – que é apenas um momento do processo de produção capitalista – segue, portanto, por si, que a massa aumentada de meios de produção destinada a ser transformada em capital encontra sempre à mão uma população trabalhadora, correspondentemente elevada e mesmo excedente, explorável. Com o progresso do processo de produção e de acumulação a massa de mais trabalho apropriável e apropriado tem de crescer e portanto, a massa absoluta de lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis da produção e da acumulação elevam, com a massa, o valor do capital constante em progressão crescente de modo mais rápido do que o dá parte de capital variável convertida em trabalho vivo. As mesmas leis produzem, portanto, para o capital social uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro” (MARX, 1988:158-159).

A introdução e o aperfeiçoamento na maquinaria, ou o avanço das forças produtivas em geral, representam, sob o modo capitalista de produção, um aumento da mais-valia relativa, ou seja, numa diminuição relativa do trabalho necessário e no aumento

correspondente do sobretrabalho, ou seja, da mais-valia, do lucro.⁴⁸ Na medida em que o lucro é incorporado ao capital, ao processo de produção, se conserva a si mesmo como capital e o capital original passa a atuar como capital de maior valor. Ao reiniciar de novo o processo o faz em maiores dimensões, ampliando o circuito de sua reprodução.⁴⁹

Para que o aumento do valor da parte constante do capital global não implique em decréscimo da taxa de lucro a parte constituída pelo capital variável tem de aumentar na mesma proporção. Assim, por exemplo, um capital com $C = 50c + 50v$ e $m' = 100\%$ a $l'será = 50/100 = 50\%$; se dobrarmos o valor do capital constante e o valor do capital variável aumente, portanto, na mesma proporção, a taxa de lucro permanecerá inalterada: $C = 100c + 100v$, com $m' = 100\%$ a $será = 100/200 = 50\%$.

“Pero esta igualdad de ritmo presupone el aumento del capital sin que crezca ni se desarrolle la productividad del trabajo. Uno de estos dos supuestos cancela el outro. Esto contradice a la ley del desarrollo del capital, y especialmente al desarrollo del capital fijo” (MARX, 1985, II:151).

Com o aumento da produtividade do trabalho, um capital de 100 por exemplo, que antes necessitava de 100 em capital variável para pô-lo em movimento, pode agora ser posto por uma quantidade menor de trabalho vivo, diminuindo, por exemplo, o valor do cv para 80. Assim, a taxa de lucro será agora de $l'=80/180 = 44,45\%$.⁵⁰ Não obstante a taxa de lucro mais baixa, um capital maior pode produzir uma massa de mais-valia maior. Um capital de 100 com taxa de lucro de 10% produzirá uma massa de mais-valia, ou ainda, um lucro bruto de 10; um capital de 1000 com taxa de lucro de 2% produz um lucro bruto de 20.

“Lo que, en términos generales, puede expresarse así: si la tasa de ganancia descende com respecto al capital mayor, pero no en proporción a su magnitud, aumentará el gross profit a pesar de haver descendido la tasa de ganancia. Si la tasa de ganancia descende en proporción a su magnitud, el gross profit se mantendrá igual a la del capital menor; permanecerá estacionaria. Si la tasa de ganancia descende en mayor proporción que su magnitud, el gross profit del capital mayor descenderá, com respecto al capital menor, exactamente lo mismo que la tasa de

⁴⁸ Daí o capital ser produtivo e ser, portanto, uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. O produto do capital é o lucro (MARX, 1985, II:150).

⁴⁹ “Recorriendo en circuito, se amplia a si mesmo como sujeto de este y describe así um círculo que se extiende, una espiral” (MARX, 1985, II:150).

⁵⁰ Supondo-se, é claro, taxa constante de mais-valia, no nosso caso $m' = 100\%$. Para que se tenha a mesma taxa de lucro de 50%, a taxa de mais-valia teria de aumentar 12,5%, teria de ser, portanto, 112,5%.

ganancia. Es ésta, desde todos los puntos de vista, la ley más importante de la economía política moderna y la más esencial para comprender los problemas más difíciles. Es la ley más importante desde el punto de vista histórico” (MARX, 1985, II:152).

Até o ponto em que o capital não consiga mais postular sua autovalorização, suprimindo-a. E isto pelos seus próprios meios, através de seu próprio desenvolvimento e de acordo com a sua essência mesma.

3.5 Os limites da produção capitalista

Em seu processo de valorização o capital não só mantém seu valor como o aumenta ao incorporar a mais-valia criada no processo produtivo. A unidade do processo de valorização constitui-se agora na produção e circulação dos valores criados, do capital. O capital deve constantemente transformar o resultado da produção em dinheiro, e extrair, assim, da circulação não só um equivalente mas também a mais-valia gerada no processo produtivo. A unidade do processo de valorização aparece como constante passagem do processo de produção à circulação e desta ao primeiro. Para que a mercadoria produzida possa ser trocada por dinheiro ela deve representar para o possuidor deste um valor de uso, objeto de uma necessidade, um objeto de consumo. Isto em um duplo sentido: primeiramente deve ser valor de uso em si mesma, capaz de satisfazer uma necessidade qualquer; independente do limite posto pela demanda solvente por este produto; em segundo lugar deve exatamente atender a quantidade, ao limite imposto pela demanda, à necessidade que os consumidores tem desse produto, em se passando esse limite deixa de ser valor de uso.⁵¹ A quantidade de um determinado valor de uso só é indiferente até um determinado limite, isto é, em certa medida. E esta medida vem dada, por uma parte, por sua qualidade de valor de uso – por sua utilidade específica – e, de outra parte, pelo número de sujeitos de troca que sentem necessidade deste determinado consumo. Outro limite refere-se aos valores de troca disponíveis, ainda mais que a mais-valia requer um valor

⁵¹ “Ali donde termina a la necesidad de um determinado valor de uso, éste deja de serlo” (MARX, 1985, I:274).

adicional para que possa realizar-se enquanto tal (enquanto valor excedente), para que possa transformar-se em dinheiro.⁵²

A circulação monetária, sob o modo de produção baseado no capital, pressupõe uma forma de troca também determinada. Originariamente o dinheiro (como a riqueza, enquanto tal, expressão do trabalho humano objetivado) servia muito mais como meio de troca por outra mercadoria (ou seja, por trabalho alheio objetivado) se identificava com este entretanto que não se trocava por trabalho vivo alheio, ou o que é o mesmo, enquanto não entrava no processo de produção.⁵³ Como agora com o capital, com produção baseada no trabalho assalariado, todas as relações apresentam-se como relações monetárias mediadas pelo dinheiro, a renovação do processo implica na transformação de todo o produto em dinheiro, toda a produção agora o é como produção de valores de troca, como produção para a troca. Assim toda a produção aparece agora sujeita e determinada, na sua maior parte pela produção de toda a sociedade. Diferentemente das fases anteriores da produção, em que a produção de valores de troca, de mercadorias, recaía somente sobre a produção excedente e os produtos supérfluos, porém não sobre a produção em sua totalidade.

Todos os limites à produção capitalista aparecem como barreiras que tem de ser superadas. O capital atua derrubando todas as limitações que se interponham ante o seu processo de valorização e, assim, ante a expansão das forças produtivas. O capital, porém, nunca chega a superá-las de todo.

“Tales son, en efecto, las contradicciones, claramente evidenciadas ante quien las considere de un modo objetivo e imparcial. Cuestión distinta es cómo [estas contradicciones] van superándose constantemente de nuevo, hasta que son superadas violentamente (aunque esta superación, hasta cierto punto, aparece meramente como una inerte nivelación)” (MARX, 1985, I:275).⁵⁴

⁵² “Pero, en cuanto nuevo valor y valor en general, encuentra un límite en la magnitud de los equivalentes disponibles, en primero lugar el dinero, pero no como medio de circulación, sino como tal dinero. La plusvalía ... reclama también [como valor excedente] un equivalente adicional. Y en esto consiste el segundo límite” (MARX, 1985, I:274).

⁵³ Ou seja no seu consumo não só de manter o valor do dinheiro (do valor de troca) bem como aumentá-lo. Daí que, ao se transformar a força de trabalho em uma mercadoria (livre – nos dois sentidos apontados anteriormente) o dinheiro transforma-se em capital potencial, como direito sobre o trabalho alheio. A forma de produção sob o capital, por um lado, sob o trabalho assalariado de outro, representa sempre a redução da força de trabalho a uma mercadoria e separada dos meios para sua objetivação, os quais, é claro pertencem ao capitalista. Daí a necessidade de se enfrentar ao capital, de se vender a força de trabalho ao capitalista, de se tornar, portanto, um trabalhador assalariado.

⁵⁴ O termo superadas aqui, é de extrema importância para compreensão do modo pelo qual Marx pretende analisar o fenômeno. Este termo, de procedência hegeliana, diz respeito à dialética e a sua forma de movimento. O modo como este termo é posto na análise marxista traz, em sua essência, sua ruptura com Hegel bem como o que deste é preservado. Segundo o tradutor para a edição em espanhol: se trata aqui,

A produção baseada sobre o capital cria, de um lado, a indústria universal; de outro, um sistema de exploração de todas as qualidades naturais e humanas. Em seu percurso ele há de revolver toda a superfície da terra, e o que mais estiver a seu alcance,⁵⁵ em busca de tudo que possa ter alguma utilidade, criando, assim, um sistema de utilidade geral⁵⁶, cujo expoente é a própria ciência.

“Fuera de esta órbita de la producción y cambio sociales, no puede subsistir nada por su propia grandeza o por sus propias virtudes, como algo superior en sí y realmente existente para-mí. De este modo, es el capital el que crea desde el primer momento la sociedad burguesa y la apropiación universal de la naturaleza, como una conexión social que engloba a todos os miembros de la sociedad. (...) Pero del hecho que el capital se rebele contra cada una de estas limitaciones en cuanto barreras y, por tanto, se sobreponga idealmente a todas ellas, no se deduce, ni mucho menos, que llegue a superarlas de un modo real⁵⁷, y, como cada una destas barreras contradice a su destino [, que es el de ser capital,] su producción se mueve incesantemente en medio de contradicciones constantemente superadas, pero que vuelven a surgir e interponerse también a cada paso. Más aún. La universalidad a la que tiende inconteniblemente [el capital], encuentra límites en su propia naturaleza, que, al llegar a cierta fase de su desarrollo, hacen que él mismo se revele como la más

como em todos os casos, da superação (Aufheben); de manter o suprimido e elevá-lo ao terceiro termo da contradição: a negação da negação como um termo distinto da positividade e negação de dita positividade. Aqui, o termo ‘superação’ corresponde sempre ao alemão ‘Aufheben’, de clara procedência hegeliana (MARX, 1985, I: 275). Daí Marx dizer “ainda que esta superação... apareça meramente como uma inerte nivelção”, já que ela representa a elevação da contradição a esferas cada vez mais altas. Até que finalmente, por meio de revoluções, estas contradições são superadas. (Ver “Manuscritos Econômico-Filosóficos – Terceiro Manuscrito”. MARX, 1974: 07-54), especialmente a última parte sobre a crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral. Esta é, em última, a base sobre a qual ergueu-se o pensamento de Marx; o qual define seu método de estudo, SUA concepção sobre a natureza, o homem, a sociedade e a história. Daí se depreende também porque Marx, filósofo por formação, empreende grande parte de seus estudos sobre economia política, assim como, é claro, o método utilizado (o seu ponto de partida – que é, ao contrário de Hegel, não a idéia, não é esta que é a original, e sim o material, o concreto). Este ponto é de extrema importância para se analisar os limites da produção capitalista, que consiste em se determinar a contradição fundamental da produção capitalista, bem como seu movimento (ou seja, sua forma de manifestação). Se trata, em última instância, de se definir o conceito de capital, não meramente quanto ao conteúdo (pois instrumentos de produção, dinheiro e mercadoria existiram em outras formas de organização social) e sim à forma, ou seja, o capital não simplesmente quanto coisa, e sim, o capital enquanto relação social.

⁵⁵ O espaço e as profundezas da terra.

⁵⁶ Bem se sabe que muitos objetos produzidos hoje em dia põe a prova nosso entendimento quanto ao que se possa considerar “útil”, de qualquer maneira ao capitalista pouco se lhe importa se seu produto é útil ou não (e nem, é claro, os efeitos decorrentes de seu consumo e de sua produção, ou seja, se é utilizado como um instrumento de morte ou se é capaz de poluir o ambiente ao ponto de impedir a reprodução da vida), o que lhe importa pura e simplesmente é se com ele pode obter um lucro ou não, tudo o mais é sentimentalismo.

⁵⁷ Isto é, as contradições reais, efetivas (que não são mero fruto da imaginação das pessoas), sob as quais ergue-se o modo de produção capitalista não podem ser superadas de modo puramente ideal, e sim de um modo real, efetivo, o que pede uma ação (depois de criadas certas condições) prática, ativa e não meramente interpretativa, uma ação que venha a transformar o mundo.

poderosa de las barreras [que se interponen ante] esta tendencia y que, por tanto, la empujan a su propia abolición” (MARX, 1985, I:278-279).⁵⁸

A forma principal de manifestação dos limites a que se vê sujeito a produção sob o capital é a superprodução, que tem como consequência necessária as crises que de tempos em tempos irrompem, trazendo consigo paralização dos negócios, queda geral dos preços e aumento da massa de desempregados. Toda a discussão sobre as possibilidades de crises de superprodução gira em torno da lei de Say a qual diz: “*toda a oferta cria sua própria demanda*”, ou seja, para todo valor criado na produção, cria-se automaticamente, dado os gastos com salários, meios de produção, etc., os contra valores necessários. As crises, assim, são decorrentes de causas externas (más colheitas, por exemplo). E se porventura houver excesso ou falta de oferta de um determinado produto, as próprias leis da oferta e procura se encarregam de ajustar as proporções de maneira que se estabeleça o equilíbrio.⁵⁹

“Toda la disputa acerca de si, dentro del marco del capitalismo, es posible y necesaria la superproducción, gira en torno a un punto, a saber: si el proceso de valorización del capital en la producción crea directamente su valorización en la circulación [o] si la valorización [que resulta] en el proceso de producción es la valorización real” (MARX, 1985, I:279).

O capital procura converter mercadoria em dinheiro, não lhe importando aqui o valor de uso e sim o valor propriamente dito, isto é, o dinheiro, não como simples meio de circulação, e sim dinheiro como capital (D-M-D’), um valor que se valoriza. Assim, qualquer limite a essa valorização aparece como uma barreira que tem de ser vencida.⁶⁰

⁵⁸ A questão é estabelecer e determinar no que consiste a barreira limite ao capital (que aqui, segundo Marx, é o próprio capital mesmo, sua relação social) mas também o seu modo de atuação, para que se possa depreender as condições sob as quais ele (o capital) será abolido.

⁵⁹ “Otros, como Mill, de un modo más agudo (y que, al plagiarlo, Say hace caer en la insulsez) sostiene la identidad de la oferta y de la demanda, razón por la cual ... tienen que coincidir. [De acuerdo con esto,] la oferta es la demanda, y ésta se ajusta al volumen de aquélla. [Se manifiesta] aquí una gran confusión: 1) la oferta sólo se identifica con la demanda y se mide por el volumen de ésta en la medida que es valor de cambio = a una determinada cantidad de trabajo objetivado. En este sentido, por lo que se refiere al valor, sí es la oferta la medida de la propia demanda. Pero sólo se realiza como valor al cambiarse por dinero, y 2) en cuanto objeto de cambio por dinero, depende de su valor de uso y, como tal, del volumen de necesidades con respecto a ella, de su demanda” (MARX, 1985, I:280).

⁶⁰ Assim, ao se deparar com uma barreira imposta pela capacidade de consumo da sociedade, por exemplo, o capital utiliza de todos os meios para eliminá-la, utilizando-se do crédito, por exemplo. O crédito, como não elimina as causas, expande a produção além dos limites naturais impostos pela capacidade de consumo da sociedade. O dinheiro, porém, não funciona aqui como mero meio de circulação, e sim com capital que pede portanto um rendimento. Quando este não vem, ou vem a um nível menor que o esperado, sobrevêm a contração súbita do crédito e, com ele, a crise. Daí que as crises advindas da superprodução apareçam como

O capital em seu movimento insaciável pelo dinheiro e lucro, tende a romper qualquer proporcionalidade que possa ser considerada adequada. A própria concorrência com os outros capitais leva-o a romper todos os limites adequados às proporções em que se deve manter a produção.

“Por último, la proportionate production (fórmula que aparece ya en Ricardo) sólo se da cuando el capital tiende a distribuirse en proporciones adecuadas; pero, en la realidad, el capital tiende necesariamente a romper todas las proporciones, puesto que aspira, rompiendo todo freno, a obtener un plustrabajo desmesurado, una productividad sin límites, un consumo sin barreras, etc., echando por tierra toda la proporción” (MARX, 1985, I:281).

Os limites postos à produção capitalista encontram-se já em seu conceito mesmo de capital. Há, assim, um limite posto não pela produção em geral, e sim pela produção fundada sob o capital, sob a produção capitalista. Há, portanto, uma limitação específica à produção capitalista. Essa limitação específica, é claro, só pode dizer respeito ao caráter específico da produção capitalista, ao conceito mesmo de capital, e o que o diferencia dos modos de produção anteriores, à sua determinabilidade. Todas as formas de produção determinadas trazem consigo as relações sociais de produção correspondentes⁶¹; e assim a produção fundada sobre o capital. A sua limitação específica, portanto, só pode advir das relações sociais específicas sob as quais ergue-se o modo de produção capitalista. Isto é, a relação entre capital e trabalho assalariado, ou seja, entre trabalho passado e trabalho presente, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho objetivo e subjetivo, entre a coisa e o homem.⁶²

“Aquí, baste com señalar que el capital, por oposición a su tendencia general - que contradice a su tendencia general de saltar por encima de todos los límites -, encierra una limitación específica de la producción, que tiene su fundamento en la superproducción, contradicción fundamental del capital, una vez desarrollado. Y hemos de ver, asimismo, que el capital no es,

carestia de dinheiro, como produção insuficiente deste. Afirmar que não se produz bastante dinheiro equivale, em realidade, a afirmar que a produção não coincide com a valorização; em outras palavras, que existe superprodução, ou, o que é o mesmo, produção não suscetível de converter-se em dinheiro, de transformar-se em valor; em suma, que a produção não se faz valer na circulação. “Eis a ilusão em que concorrem os malabaristas do dinheiro... ao sustentar que a carestia de dinheiro provoca a escassez de meios de circulação e que, [portanto] o que há que fazer é criar artificialmente mais dinheiro” (MARX, 1985, I:280)

⁶¹ Isto é, as forças produtivas materiais determinando as relações sociais de produção e a consciência dos indivíduos.

⁶² Salta aos olhos desde já o fetichismo imanente a essa relação, à humanização da coisa e a coisificação do homem; isto é, é claro, uma total inversão. É o capital que subsume trabalho vivo e não o contrário.

aunque crean outra cosa los economistas, la forma absoluta para el desarrollo de las fuerzas productivas. (...) No cabe duda de que el capital, bien entendido, condiciona el desarrollo de las fuerzas productivas, en la medida en que éstas necesitan de un acicate externo, que las impulsa al mismo tiempo que las frena. Pero, cuando alcanzan cierto nivel de desarrollo, esta disciplina resulta superflua y entorpecedora, exactamente lo mismo que en su tiempo los gremios feudales, etc. Los límites necesarios [a que nos referimos] son los siguientes:

1) El trabajo necesario, que marca el límite del valor de cambio de la capacidad de trabajo vivo o del salario de la población industrial;

2) la plusvalía, que señala el límite del plustiempo de trabajo y, en relación con el plustiempo de trabajo relativo, el límite al desarrollo de las fuerzas productivas;

3) expresado en otros términos, la transformación en dinero o el valor de cambio en general, como límite de la producción; el cambio basado en el valor o el valor basado en el cambio, como límite con que tropieza la producción. Lo que

4) vale tanto como decir que la limitación de la producción de valores de uso se da mediante el valor de cambio; es decir, que la riqueza real, para poder convertirse, en general, en objeto de producción, debe asumir una forma determinada, diferente della” (MARX, 1985, I:283).

A produção capitalista é produção de valores de troca. Assim, na produção capitalista, o trabalho não é nunca um valor de uso direto para o trabalhador, e sim um valor de troca e criador de valores de troca; o trabalho, portanto, na produção capitalista, é trabalho assalariado.

Cada capitalista vê no pagamento dos salários de seus trabalhadores uma perda e não um ganho; sabe que seus trabalhadores não enfrentam a ele (ao capitalista) como os consumidores frente ao produtor, e trata por isso de reduzir ao mínimo o gasto com os trabalhadores, reduzindo ao mínimo seus salários (e, com isso, a capacidade de consumo dos trabalhadores). Em troca, como é natural, deseja que os trabalhadores dos outros capitalistas sejam os melhores consumidores de sua mercadoria. Porém as relações de cada capitalista com seus próprios trabalhadores são, em geral, as relações essenciais que mediam entre o capital e o trabalho. Prevalece, pois, a relação imanente entre capital e trabalho.

Cada trabalhador só é útil ao capital na medida em que cria mais-valia, na medida em que crie sobretrabalho em relação ao trabalho necessário, pois só assim pode o capital valorizar-se. O capital constrange os trabalhadores a criar mais-valia, a despender

sobretabalho. Daí que os aumentos da produtividade tem por base a criação e o aumento do sobretabalho o que implica, por outro lado, na diminuição da capacidade de troca dos trabalhadores.

As crises são, antes de mais nada, fenômenos dos valores de troca, e não dos valores de uso. As crises são manifestações das contradições entre a produtividade, o trabalho necessário e o plustrabalho; ou seja, servem como meio para desvalorização do capital que, ao valor anterior, impossível era valorizar-se. A superprodução se refere sempre à valorização e somente a ela. O volume de dinheiro enquanto meio de circulação nada tem a ver com as dificuldades que o capital encontra para realizar-se, isto é, para valorizar-se. O lucro provém não da troca entre a mercadoria do capitalista e o dinheiro dos consumidores, e sim da troca entre seu capital por trabalho vivo.

“La superproducción general no depende de que los obreros o los capitalistas no consuman bastante mercancías, sino de que se produce demasiado de unas y otras; es decir, demasiado no para el consumo, sino para mantener las proporciones adecuadas entre el consumo y la valorización; demasiado para los efectos de la valorización” (MARX, 1985, I:310).

A superprodução, é em última instância, superprodução de capital que, como valor, pretende valorizar-se. O capital procura não só manter o valor já criado como valorizar-se. Com a superprodução, torna-se impossível não só a valorização do capital, mas até mesmo a manutenção do valor já criado. Com a superprodução advém a crise. Esta implica na destruição do capital e dos valores já criados, possibilitando com isso que se estabeleça novamente as proporções adequadas ao desenvolvimento das forças produtivas, adequadas, enfim, à proporção entre o trabalho necessário e o sobretabalho; e é esta proporção a base sobre que descansa a produção capitalista.

“En las crisis generales, esta desvalorización se extiende hasta la capacidad de trabajo vivo. Según hemos visto más arriba, la destrucción de valor y de capital que las crisis traen consigo corresponde a un crecimiento general de las fuerzas productivas, o tiene la misma significación, aunque ello no se deba a un incremento efectivo de la productividad del trabajo, sino al resultado que de esto se deriva, [es decir,] a la baja de valor de las materias primas, las máquinas y la capacidad de trabajo. (...) Del mismo modo, y por otra parte, el repentino incremento general de las fuerzas productivas devalúa relativamente todos los valores existentes producidos a un nivel más bajo de la productividad del

trabajo y destruye [una parte del] capital, al igual que de la capacidad de trabajo existente. La crisis provoca, además, una disminución real de la producción y del trabajo vivo, con el fin de restablecer la proporción adecuada entre el trabajo necesario y el plustrabajo, que es, en definitiva, la base sobre que descansa [toda la producción capitalista]" (MARX, 1985, I:313).

CAPÍTULO 4

O CRÉDITO E AS CRISES

4. O CRÉDITO E AS CRISES

Dinheiro, ao poder ser transformado em capital e assim produzir lucro (ou seja, extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-valia), adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Como um meio para produzir lucro (seu valor de uso) torna-se mercadoria, ou o capital enquanto capital se torna mercadoria. Na relação entre produtores e consumidores estes adquirem mercadoria como mercadoria e não como capital. Aqui, o capitalista não vende a mercadoria como capital ao comprador, embora para ele esta represente capital, ou aliena dinheiro como capital ao vendedor. Aliena mercadoria como mercadoria e dinheiro como dinheiro (meio de compra de mercadoria).

Em D-D' ou M-M' é que o capital se apresenta no processo de circulação como capital (no processo de produção: subordinação do trabalhador ao capitalista e produção de mais-valia). *“O capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho”* (MARX, 1988: 244). A coisa é diferente com o capital portador de juros, esta diferença é o seu caráter específico. Dinheiro tornado mercadoria como capital, para o prestamista e para o mutuário; entregue como capital: valor que possui o valor de uso de criar mais-valia, lucro. Dinheiro, à medida que é emprestado como capital, o é como soma de dinheiro que se conserva e se multiplica, é despendido como capital.

Em uma venda não é alienado o valor (este apenas muda de forma: M-D), mas sim o valor de uso da mercadoria, a mercadoria como valor de uso. Assim, o prestamista aliena ao mutuário o valor de uso do dinheiro que este possui pelo fato de poder ser transformado em capital, de produzir lucro médio. No consumo do capital tem-se a multiplicação deste (de seu valor e de seu valor de uso).

“É esse valor de uso do dinheiro como capital - a capacidade de produzir o lucro médio - que o capitalista monetário aliena ao capitalista industrial pelo período em que cede a este a disposição sobre o capital emprestado (...) O valor de uso do dinheiro emprestado consiste em : poder funcionar como capital e em produzir, como tal, sob circunstâncias médias, o lucro médio ” (MARX, 1988:250).

Em geral, nos períodos de prosperidade, em que a produção, o consumo e os pagamentos fluem regularmente, reinam baixas taxas de juro. A subida do juro marca a

linha separatória entre a prosperidade e a sua inversão, e, com a crise, o juro chega ao seu máximo. Marx refere-se a tendência à queda da taxa de juros, independente da taxa de lucro, por duas razões: 1) com o desenvolvimento da riqueza de um país cresce a classe dos *rentiers* (e assim a oferta de capital monetário); 2) o desenvolvimento do sistema de crédito com o qual toda a massa de capital monetário da sociedade é captado e se apresenta em bloco para oferta. A taxa de juros é dada a cada momento pela procura e oferta de capital monetário, não existindo, assim, uma taxa “natural” de juros. Assim, da separação, da concorrência entre capitalistas monetários e capitalistas industriais é que se origina a taxa de juros. *“A transformação de todo capital em capital monetário, sem haver pessoas que comprem e valorizem os meios de produção, em cuja forma existe todo capital, abstraindo a forma relativamente pequena deste, existente em dinheiro - isso naturalmente é um absurdo”* (MARX, 1988: 268). Com a transformação excessiva de capitalistas industriais em capitalistas monetários sobreviria uma imensa desvalorização do capital monetário e uma imensa queda da taxa de juros, com o que voltariam a ser capitalistas industriais.

No capital portador de juros, a relação-capital atinge a sua forma mais alienada e mais fetichista. O resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe a uma coisa (dinheiro, mercadoria, valor), inerente a ela mesma, e não como resultado de um processo social de produção, como fruto do trabalho da sociedade.

“Distorce-se também isso: o juro é apenas parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista extorque do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório aditivo que lhe advém no processo de reprodução. Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada” (MARX, 1988,pg. 279).

Com a separação temporal entre a venda da mercadoria e sua realização surge a função do dinheiro como meio de pagamento e uma relação de credor e devedor entre fornecedores e consumidores. À medida que essas promessas de pagamento, enquanto não vencem, circulam, ou seja, são utilizadas para liquidar outros débitos ou realizar outras compras, elas funcionam como meio de pagamento, constituindo-se no dinheiro comercial propriamente dito. Quando, por fim, essas promessas se anulam mutuamente por compensação entre crédito e débito, não sendo transformadas em dinheiro, dispensando-se a utilização deste, funcionam absolutamente como dinheiro. Assim, esses

adiantamentos recíprocos formam a base do crédito e essas promessas de pagamento ou, de forma geral, essas letras de câmbio formam a base do dinheiro de crédito. Não se trata, dessa maneira, de empréstimos de capitais monetários ociosos à procura de aplicação (o que ocorrerá com a intervenção do crédito bancário), mas sim de letras de câmbio substituindo dinheiro em espécie e tornando-se a forma originária do dinheiro de crédito.

Junto com o desenvolvimento do comércio de mercadorias desenvolve-se o comércio de dinheiro. Os comerciantes de dinheiro, a partir das funções de tesouraria (pagamentos, cobranças, guarda dos fundos de reserva, etc.), passam a exercer a função de administradores do capital monetário, do capital portador de juros. Passam a exercer a função de intermediários entre os verdadeiros prestamistas e os mutuários, seu negócio: tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo a outrem. Seu lucro provém da diferença a maior da taxa de juros a qual empresta o dinheiro em relação àquela a qual toma emprestado. Os bancos passam a concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável. Esse capital afluí-lhes: primeiro, através da administração do fundo de reserva para pagamentos/recebimentos, e, segundo, através de pagamento de juros sobre os depósitos, com o que todo o dinheiro inativo momentaneamente e as poupanças de dinheiro de todas as classes são depositadas nos bancos.

A articulação entre o crédito comercial e o crédito bancário dá-se através do desconto das letras de câmbio, com o que são convertidas em notas bancárias. Estas notas, ao saírem da mera circulação comercial para a circulação geral, funcionam como dinheiro. Sendo estas notas bancárias apenas letras de câmbio contra o banqueiro, torna-se visível que aquilo que o banqueiro negocia é o próprio crédito, já que as notas bancárias são signos circulantes de crédito. Com o desenvolvimento do sistema bancário, cria-se a possibilidade de uma mesma quantia de dinheiro, mediante uma série de transferências, multiplicar-se formando uma soma indeterminável de depósitos, possibilitando que a existência destes não passe de simples registros na contabilidade dos bancos. Esse processo, ao mesmo tempo que desenvolve as possibilidades do comércio, desenvolve também a especulação e as possibilidades de crise. Sejam elas estritamente monetárias, decorrentes de fraudes, especulações, etc. onde a intervenção do Banco Central permite não só estancar a crise como manter a credibilidade do dinheiro de crédito (dispensando inteiramente a circulação de ouro em espécie), desempenhando assim a função de prestador de última instância. Sejam as crises de caráter estrutural, onde, com a ampliação do sistema de crédito, amplia-se também a base de produção do sistema capitalista para além da capacidade de consumo,

impossibilitando a valorização do capital, onde a crise monetária é apenas uma das manifestações. Nesse caso, Marx ressalta o caráter inevitável dessas crises que, assim sendo, nenhuma legislação bancária consegue evitar.

O crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial (tarefa histórica do modo de produção capitalista), ao mesmo tempo que acelera as crises. O sistema de crédito limita cada vez mais o número dos que exploram a riqueza social; por outro lado, constitui a forma de passagem para um novo modo de produção - *“essa duplicidade é que dá aos principais arautos do crédito ... seu agradável caráter híbrido de embusteiro e profeta”* (MARX, 1988: 318).

O capital bancário se compõe de: dinheiro em espécie, ouro e notas; e títulos de valor (títulos comerciais e títulos portadores de juros). Este capital bancário divide-se em capital de investimento próprio do banqueiro e depósitos que formam seu banking capital ou capital emprestado. O capital emprestado ao Estado a tempo foi despendido, não representa capital produtivo, ativo; o capital da dívida pública é puramente fictício. A formação do capital fictício chama-se capitalização. *“Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza a si mesmo se consolida”* (MARX, 1983b: 11). A riqueza da nação é exatamente do mesmo tamanho tanto antes quanto depois da valorização ou desvalorização destes capitais fictícios. Grande parte do capital bancário é investido nesses papéis portadores de juros.

“A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictícia. (...) Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e as vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse ‘capital monetário’ é puramente fictícia” (MARX, 1983b: 14).

No circuito do crédito comercial a liquidação desses débitos recíprocos depende do refluxo do capital. Esse sistema não elimina a necessidade de pagamentos monetários em espécie. Os limites são representados pela disponibilidade de capital de reserva e pelo próprio refluxo do capital. O máximo de crédito é aqui igual à mais plena ocupação do capital industrial, à ativação extrema de sua força de reprodução, sem preocupação com os limites de consumo, que são ampliados pela própria ativação do processo de reprodução (ampliação tanto do consumo individual como do consumo

produtivo). Enquanto o processo de reprodução mantém a fluidez (e com isso o refluxo de capital) esse sistema de crédito perdura e segue se expandindo, e sua expansão se baseia sobre a expansão do próprio processo de reprodução. *“Tão logo ocorre uma estagnação, em consequência de refluxos retardados, mercados saturados ou preços em queda, há excesso de capital industrial, mas numa forma que não pode desempenhar sua função”* (MARX, 1983b: 23). A massa existente de mercadorias torna-se invendável, e as massas de capital fixo ficam em grande parte desocupados. Segue-se a contração do crédito: 1) devido ao capital estar paralisado numa das fases de sua reprodução; 2) devido também a quebra da confiança na fluidez do processo de reprodução; 3) e pela diminuição da procura por esse tipo de crédito. Na crise o que há não é a falta de capital produtivo, mas sim excesso, em parte em relação à reprodução e em parte em relação ao consumo paralisado.

“A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite” (MARX, 1983b: 24).

Na base da crise estão as compras e vendas reais que ultrapassam de longe as necessidades sociais, daí segue a aparência de origem da crise na falta de crédito. Esse sistema artificial de expansão forçada de reprodução não pode ser curado através da intervenção de um banco central, nem que este venha a dar a todos os caloteiros, em seu papel, o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais (MARX, 1983b: 28). Com relação à importação e exportação a crise demonstra que todos os países importaram e exportaram demais (ou seja não se trata de malogro nas colheitas, por exemplo, mas de crise geral), *“... isto é, superprodução, promovida pelo crédito e pela inchação dos preços que a acompanha”* (MARX, 1983b: 30).

A economia capitalista tende a desenvolver-se, portanto, através de ciclos, em que se alternam períodos de prosperidade e de refluxos regulares do capital, juntamente com expansão do crédito e da produção até seus limites, com períodos de crise e paralisação geral dos negócios, com conseqüente contração do crédito, elevação das taxas de juros e diminuição do consumo (individual e produtivo). Assim:

“Do exposto segue que o capital-mercadoria perde, em tempos de crise e de paralisação dos negócios, em grande parte sua capacidade de representar capital monetário potencial. O mesmo

se aplica ao capital fictício, aos papéis portadores de juros, na medida que estes mesmos circulam na Bolsa como capitais monetários. Com o juro em ascensão cai seu preço. Ele cai, além disso, pela escassez geral de crédito, a qual obriga seus proprietários a lançá-los em massa no mercado, para arranjar dinheiro. Ele cai, finalmente, no caso das ações, em parte pela diminuição dos rendimentos a que dão direito, em parte devido ao caráter fraudulento dos empreendimentos que com tanta freqüência representam. Esse capital monetário fictício fica nas crises enormemente reduzido, e com ele o poder de seus proprietários de levantar dinheiro sobre ele no mercado. A diminuição do nome monetário desses papéis de crédito no boletim da Bolsa nada tem a ver com o capital real que representam, muito, porém, com a solvência de seus proprietários” (MARX, 1983b: 31).

Em tempos de negócios prósperos a maior parte das funções de circulação efetua-se através de transferência de créditos, sem intervenção de dinheiro metálico ou papel. O capital de empréstimo acumula-se à custa dos capitalistas industriais e comerciais, e é transformado em capital monetário emprestável. O próprio desenvolvimento do sistema de crédito e a concentração do capital monetário emprestável na mão dos grandes bancos acelera a acumulação do capital emprestável como forma distinta da acumulação real. A acumulação do capital de empréstimo, embora seja rebento da acumulação real, já segue, considerando-se apenas os próprios capitalistas monetários, banqueiros, etc., como acumulação desta classe especial de capitalistas. E ela tem de crescer cada vez que o sistema de crédito se expande, assim como acompanha a ampliação real do processo de reprodução. Todos os rendimentos assumem, por certo tempo, a forma de rendimento monetário, com o que podem ser transformados em depósitos (e capital de empréstimo). A expansão da parte do rendimento que é destinada ao consumo apresenta-se como acumulação de capital monetário, tendo vez um momento da acumulação do capital monetário diferente da acumulação real do capital industrial. O mesmo dinheiro (que representa o rendimento), que serve como simples mediador do consumo, exerce temporariamente a função de dinheiro emprestável, de capital monetário.

“Sob esse aspecto, a acumulação do capital monetário tem de refletir sempre uma acumulação de capital maior que a existente na realidade, pelo fato de a expansão do consumo individual, por ser mediada por dinheiro, aparecer como acumulação de capital monetário, porque ela fornece a forma-dinheiro para a acumulação real, que inaugura novos investimentos de capital” (MARX, 1983b: 41).

Assim, na falta de novas esferas de investimento (produtivo ou financeiro), havendo saturação dos ramos de produção e oferta excessiva de capital de empréstimo, essa plethora de capital monetário emprestável mostra os limites da produção capitalista, os limites em que o capital pode valorizar-se como capital.. A ampliação do capital monetário emprestável pode, em parte, ser resultado da acumulação real, em parte resultado de momentos que, embora a acompanhem, são totalmente distintos dela, e podem ser, ainda, em parte resultado de paralisações da acumulação real.

“Já porque a acumulação de capital de empréstimo é inchada por tais momentos independentes da acumulação real, mas que a acompanham, tem de haver em certas fases do ciclo, constantemente plethora de capital monetário, e essa plethora tem de se desenvolver com o aperfeiçoamento do crédito. E simultaneamente com ela tem de desenvolver-se a necessidade de impelir o processo de produção além de seus limites capitalistas: supercomércio, superprodução e supercrédito. Ao mesmo tempo, isso tem de ocorrer em formas que provocam uma reação” (MARX, 1983b: 43).

O dinheiro confronta a mercadoria como forma autônoma do valor, como mercadoria geral. Em tempos de aperto o dinheiro figura como o único meio de pagamento. O próprio dinheiro de crédito só funcionará como dinheiro à medida que, no montante de seu valor nominal, representar absolutamente o dinheiro real. Uma vez que uma desvalorização do dinheiro de crédito abalaria todas as relações existentes, sacrifica-se o valor das mercadorias para assegurar a existência fantástica e autônoma desse valor no dinheiro. *“Enquanto o caráter social do trabalho aparecer como existência monetária da mercadoria e, por isso, como uma coisa fora da produção real, as crises monetárias, independentemente como crises reais ou como seu agravante, são inevitáveis”* (MARX, 1983b: 49). Acrescente-se a isso a enorme centralização de recursos nas mãos de banqueiros e usurários em geral possibilitada pelo sistema de crédito, e que dá a esta classe de capitalistas um poder fabuloso não só de dizimar periodicamente os capitalistas industriais, bem como de intervir perigosamente na produção real.

A riqueza da sociedade, em vez de ser encarada como fruto de um processo social, das relações sociais, do trabalho humano, etc., que permite o desenvolvimento das forças produtivas materiais, aparece como inerente a uma coisa, objeto, mercadoria. O capital fictício acaba por ocultar o processo de produção onde o capital e o trabalho se

enfrentam, o capital portador de juros aparece como o original, com o poder de produzir, em virtude de uma qualidade inata e secreta, como um puro autômato, mais-valia. Está consumada a concepção do fetiche-capital. Está livre o caminho para a ditadura do capital fictício.

CAPÍTULO 5

A RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO

5. A RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO

A produção sob o modo de produção capitalista é eminentemente produção de mercadorias. As mercadorias, trazem consigo uma dupla determinação: como valores de uso e de troca. A determinação do valor de troca das mercadorias só pode ter por base o elemento comum a todas elas: a de serem fruto do trabalho humano. A grandeza de seu valor é medida, então, pelo seu tempo de trabalho gasto em sua produção. Como cada produtor necessita agora trocar toda sua produção, com o que seu produto aparece agora como mercadoria, o dinheiro surge como equivalente geral e elo de ligação entre todos os produtores; constitui-se, assim, o seu nexos social. Todas as relações pessoais diretas aparecem intermediadas pelo dinheiro, como relações monetárias. A gênese da produção capitalista está em se transformar toda produção em produção para a troca, em produção de mercadorias; em se transformar todas as relações em relações monetárias, intermediadas pelo dinheiro⁶³; e, principalmente, ao transformar a força de trabalho em mercadoria. Uma mercadoria que como as demais, tem seu valor determinado pelo tempo necessário à sua produção. Seu valor se mede, portanto, pelo valor das mercadorias necessárias para o consumo do trabalhador a fim de que possa dispor de sua força de trabalho. Vimos como a força de trabalho deve estar livre em dois sentidos. O trabalhador deve dispor dela e vendê-la ao capitalista por um determinado tempo, pois caso a vendesse para sempre funcionaria como um escravo e não como um trabalhador assalariado. A força de trabalho deve também se apresentar livre de seus meios de objetivação; o trabalhador deve aparecer⁶⁴ separado dos meios de produção, separados de todos os meios e objetos de trabalho, de todo objeto exterior. Para que o trabalho apresente-se separado dos meios para sua objetivação, reduzindo, portanto a mera subjetividade, à mera potencialidade, tem de ter havido originariamente uma acumulação desses meios de produção e objetivação do trabalho nas mãos de uns poucos, para que possam estes enfrentar aos trabalhadores como independentes frente a esses meios de produção. O primeiro suposto, portanto, da relação capital e trabalho é que ambos se relacionem como figuras independentes entre si, alheios um ao outro.

⁶³ Isto é, todas as relações pessoais aparecem agora como relações entre coisas. Este é o caráter fetichista da mercadoria e do dinheiro.

⁶⁴ O processo histórico através do qual surgiu essa separação é um processo realizado pela força, aqui se esconde a origem e o segredo da produção capitalista.

Como valores de troca, um e outro (capital e trabalho), tem seu valor determinado pelo tempo de trabalho gasto em sua produção. O capital, porém, representa trabalho objetivado, passado, e acumulado nas mãos do capitalista e que enfrenta ao trabalhador como possuidor da capacidade de trabalho, ou seja, o capital, enquanto trabalho objetivado, passado, enfrenta ao trabalho vivo enquanto potencialidade, enquanto subjetividade. Isto porque o trabalho vivo só realiza sua potencialidade (que é a de criar valor) ao materializar-se nos meios e objetos do trabalho. O trabalhador, como mero possuidor da força de trabalho, da capacidade de trabalho, não possui valor; ou, o que é o mesmo, o trabalho reduzido à sua subjetividade não possui valor.

“El divorcio de la propiedad y el trabajo constituye una ley necesaria del cambio entre capital e trabajo. (...) El trabajo vivo se abstrae, pues, de los elementos de su propia realidad (es, por consiguiente, un no-valor); esta total privación de objetividad reduce el trabajo a pura subjetividad.

El trabajo es la pobreza absoluta, no sólo porque carece de riqueza material, sino porque [además,] se halla [plenamente] excluido dela. Dicho de outro modo, el trabajo no posee valor; es, portanto, un valor de uso plenamente objetivo que, por carecer de mediador, no puede ser otra cosa que esta objetividad vinculada a la persona y que coincide con la persona [física] del trabajador. Y al ser puramente inmediatista, esta objetividad es también una no-objetividad inmediata. Dicho en otros terminos, el individuo carece de objetividad, fuera de su propia existencia inmediata”(MARX, Karl.1985,I: 178).

O trabalho, em si e para si, é trabalho ainda não-objetivado, ao mesmo tempo em que é a fonte viva do valor, mesmo que, por si mesmo, não tenha valor. Esta contradição, entre, de um lado, o trabalho como pobreza absoluta e, de outro, como possibilidade geral da riqueza deriva da essência mesma da relação entre capital e trabalho.⁶⁵ O trabalho é a possibilidade geral da riqueza pois é através do trabalho que um

⁶⁵ “(...) ambas cosas se derivan de la esencia [misma] del trabajo, en cuanto premisa del capital, como antítesis de él, como existencia antitética del capital mismo que, a su vez, presupone el capital como existencia antitética suya” (MARX, 1985:179). Trabalho, aqui, na sua forma geral, isto é, trabalho humano abstrato. E é ao enfrentar o capital enquanto tal, como trabalho na sua forma geral, torna o capital de direito e de fato, capital propriamente dito. Ao se trocar a força de trabalho por dinheiro some todas as suas determinações úteis, o trabalho agora é apenas trabalho assalariado; e o modo de produção é, agora, o capitalista. Quanto mais perca o trabalho seu caráter específico e de arte, quanto mais abstrato e indiferente, quanto mais apareça o trabalho como atividade geral tanto mais se desenvolverá de um modo puro e adequado a relação entre o capital e o trabalhador. Daí que, ao chegar a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas (ou seja, com a mecanização e a grande indústria), as categorias capital e trabalho adquirem plena verdade. Isto é, o fim do trabalho artesanal e das corporações e a passagem aos “Tempos Modernos” (de Charles Chaplin). Representa, também, o caráter cego da produção capitalista, o produzir por produzir.

ser humano realiza seu metabolismo com a natureza, cria os mais diversos valores de uso ao mesmo tempo que se desenvolve a divisão social do trabalho, ou seja, ao mesmo tempo que fortalece o nexos social dos indivíduos que, sem a sociedade, já não pode mais se desenvolver, ou até mesmo sobreviver. E é também a pobreza absoluta, pois separado totalmente dos seus meios de objetivação, de todo objeto exterior não contém mais do que a privação⁶⁶; já que em si e para si não passa de potencialidade, desvinculada de todos os meios para sua realização. Sua única possibilidade reside na sua relação com o capital. E só no consumo do trabalho pelo capital que reside sua objetividade, seu caráter útil. O trabalhador só existe enquanto trabalhador assalariado, só enquanto puder vender sua força de trabalho ao capitalista é que se lhe possibilita sua existência, ou seja, conter momentaneamente sua pobreza absoluta, do contrário estará fadado ao pauperismo.

O capital por sua vez só entra em relação com a capacidade de trabalho vivo na medida em que esta possibilite não só manter o capital como um valor real e eficiente e sim também que possa valorizá-lo, que possa ter seu valor aumentado. Ao capital, portanto, o trabalho só interessa como criador de valores, como possibilidade de sua valorização. O capital se apropria do trabalho fazendo com que este infunda vitalidade fecundadora a objetos que se limitam a existir, e que são, de per si, mortos. O capital se apropria, portanto, do trabalho (pois a riqueza na sociedade capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, ou seja, a riqueza tem como base o valor de troca, o tempo de trabalho, ou ainda, o dinheiro - e não escravos ou terras) e não do trabalhador; e o faz não de modo imediato, senão imediatamente por meio da troca⁶⁷. O produto do capital é o lucro, e é só na medida em que o trabalho realizado na produção pelo trabalhador represente um valor maior do que o gasto na manutenção e reposição da sua capacidade de trabalho o capital irá empregá-lo; ou seja, só na medida em que o trabalho produza uma mais-valia sobre seus custos de produção, sobre, portanto, os gastos com salário é que o capital continuará a empregar a força de trabalho.

⁶⁶ E é exatamente sobre essa privação que se ergue a riqueza da sociedade capitalista. Enquanto houver esta privação de um lado e o capital do outro a sociedade capitalista, o modo de produção capitalista mantém-se e se expande. A única possibilidade de por fim à esse sistema é com o fim do trabalho humano criador de valores de troca, ou seja, com o fim do trabalho assalariado, isto é, a partir do momento em que o trabalho humano, em seu consumo, não mais acresça valor ao capital. Aí chegará a hora em que este poderá retirar-se. Mais, adiante.

⁶⁷ Daí a confusão quanto à origem do lucro. Com o dinheiro como intermediário mascara-se a relação entre o capitalista e o trabalhador. Na produção escravista, por exemplo, o sobretabalho realizado pelos escravos acima do trabalho gasto pela sua manutenção era por demais evidente. Assim também no sistema servil.

“Para el capital, no se condición de la producción el trabajador mismo, sino solamente el trabajo. Si puede hacer que trabajen las máquinas o que trabaje el aire, tant miex” (MARX, Karl. 1985, I: 355).

O que importa ao capital é encontrar na circulação uma mercadoria que, em seu consumo, produza mais valor do que originariamente gasto em sua compra, que produza, portanto, um lucro. Daí que as máquinas só sejam empregadas na medida em que representam uma economia de tempo de trabalho, para que se possa utilizar esse tempo economizado como sobretrabalho, ou seja, na criação de mais-valia. O capital em seu aspecto material refere-se à circulação simples. Considerado quanto à forma trata-se fundamentalmente de um processo de valorização. Considerado quanto ao aspecto material o capital existiu em todas as formas de organização social anteriores. Considerado simplesmente como meio de produção atende-se exclusivamente à matéria do capital, fazendo caso omissa da forma. Assim, qualquer objeto simples pode ser considerado capital, desde as pedras utilizadas pelo nativo, até seus braços. Se olvida, dessa maneira, precisamente seu caráter concreto, específico ao modo de produção que lhe é correspondente⁶⁸. Se olvida, portanto, que o capital é, enquanto tal, uma relação social⁶⁹. Uma relação entre o capitalista, enquanto possuidor dos meios de produção, e o trabalhador, possuidor de sua força de trabalho que, como vimos, separada dos meios para sua efetivação, fica reduzida à condição de potencialidade, mas que enquanto tal, em si e para si, não possui valor algum. Essa redução da força de trabalho ao “status” de mercadoria é fruto de um desenvolvimento histórico, o processo pelo qual o trabalhador se transforma em trabalhador livre⁷⁰ é um processo que se desenvolve no tempo é, portanto, um processo histórico. Dessa transformação é que se ergue a base sob a qual sustenta-se o modo de produção capitalista, donde se formam as relações sociais de produção que lhe é correspondente: a relação entre capital e trabalho assalariado. A separação mesma da propriedade e do trabalho constitui uma lei necessária da troca entre capital e trabalho. A propriedade sobre o produto do trabalho alheio é idêntica ao divórcio entre o trabalho e a propriedade.

⁶⁸ “Desde el momento que hacemos caso omiso de lo que específicamente distingue a un algo concreto de su expresión abstracta, nos atenemos exclusivamente a la abstracción” (MARX, 1985, I:140).

⁶⁹ “Claro está que, si se hace caso omiso de la forma específica del capital para fijar-se solamente en el contenido que hace de el un momento necesario de todo trabajo, nada más fácil, naturalmente que demostrar que el capital es una condición necesaria en toda producción humana (...) el capital es concebido [así] como una cosa, e no como una relación” (MARX, 1985, I:147).

⁷⁰ Isto é, não pertencendo seu corpo a alguém, e não possuindo os meios de produção.

“Como hemos visto, en la circulación simple...la acción de unos individuos sobre otros, considerando su contenido, sólo tiende a la satisfacción recíproca e interesada de sus necesidades...por donde también aquí se postula la propiedad como apropiación del producto del trabajo por el trabajo y el producto del trabajo ajeno por el trabajo propio, encuanto que el producto del trabajo propio es comparado con el trabajo ajeno.(...) En el desarrollo ulterior del valor de cambio, éste se transformará, e, por último se demostrará que la propiedad privada sobre el producto del trabajo propio es idéntica al divorcio de trabajo y propiedad, de tal manera que trabajo = creación de propiedad ajena y propiedad = poder de disposición sobre el trabajo ajeno” (MARX, 1985, I: 128).

Os produtos do trabalho representam para o trabalhador criação de propriedade alheia. O produto do trabalhador aparece ao trabalhador como um ser alienado, como força independente do produtor. No ato da produção, o trabalho assalariado não cria apenas bens, ele também produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria. *“A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo produto, o capital” (MARX apud FROMM, 1970: 91).*

O capital se apresenta como alheio ao produtor, o produto deste, que pertence ao capital, também, e assim torna-se o trabalhador cada vez mais alienado das condições e dos meios para realização do trabalho vivo, para sua consubstanciação. O lucro e a reprodução ampliada do capital só pode significar, dessa maneira, o reforço do caráter alienado do trabalhador. Vimos como o capital traz em sua essência a formação do mercado mundial, com que transforma todo o produto do trabalho em trabalho alienado, toda a propriedade em direito sobre trabalho vivo. A força de trabalho só pode sair, nesse processo, empobrecida, e não enriquecida, já que, em relação ao capital, ao trabalho objetivado, aos valores existentes, sua desposseção aumenta.

“El producto fundamental del proceso de valorización del capital es la producción de [patrones] capitalistas y trabajadores asalariados. La economía política. ... no se fija en esto, pues su atención se concentra exclusivamente en los objetos producidos.”⁷¹

⁷¹ A economia somente consegue diferenciar mercadoria e dinheiro, e mesmo assim sob aspecto muito mais limitado em relação ao de Marx. Não há, portanto, para ela capital, este não é mais que uma coisa. Tudo o que existe são as leis econômicas naturais que, como tais, são “eternas”. “portanto, nenhuma de las categorías de la economía burguesa – ni siquiera la primera de ellas, que es la determinación del valor – se realiza gracias a la libre competencia...Lo que se considera [aquí] como la libertad individual, es en realidad la supresión de toda libertad, la sujeción total de la individualidad a condiciones sociales que adoptan la forma

Como en este proceso del trabajo objetivado se postula al mismo tiempo, como la no-objetivación del trabajador, como objetivación de un sujeto contrapuesto al trabajador y propiedad de un voluntad ajena, el capital es al mismo tiempo, necesariamente, el capitalista. (...) El capital es, esencialmente, el capitalista, pero es también, al mismo tiempo, un elemento distinto deste: el capital es [así] la producción en general. El capital es, por tanto, evidentemente, una relación, y no puede ser sino una relación de producción” (MARX, 1985, I: 368-369).

A mais-valia criada no processo produtivo e medida em relação ao capital global é o lucro. Como todo o capital utilizado no processo de produção entra integralmente na produção e só formalmente pode se distinguir as diferentes partes que o compõem⁷², o lucro aparece como decorrente por igual a todas as suas partes. Do mesmo modo que cada capital reclama a sua cota parte na mais-valia global produzida de acordo com o capital investido no processo produtivo, e não de acordo com a força de trabalho por ele empregada. O produto mesmo do capital só pode ser agora o lucro, como algo natural e que lhe cabe de direito.⁷³ E o capital aparece como a fonte absoluta da riqueza (e não o trabalho). Incorpora, assim, a capacidade de criar, de por si, o lucro. O trabalhador por sua vez, não pode produzir sem as condições objetivas do trabalho. E como estas aparecem alienadas e independentes frente ao trabalhador é só na medida em que consiga realizar a troca com o capital é que pode romper esta alienação e produzir em troca de um salário, com o qual adquire os meios para sua subsistência. Aquele que realmente se opõe ao capital é o trabalho, e aquele que realmente se opõe ao capitalista, é o trabalhador.

“Lo único que se opone al trabajo objetivado es el no objetivado, lo contrario del trabajo objetivo es el trabajo subjetivo. O, por oposición al trabajo ya pretérito en el tiempo, pero que existe en el espacio, en trabajo que existe en el tiempo, en trabajo vivo. Y, como tiempo de trabajo no objetivado existente en el espacio, (y, por tanto, no objetivado), el trabajo sólo puede existir como potencialidad, posibilidad, facultad, como capacidad de trabajo del sujeto vivo. Lo opuesto al capital como el trabajo objetivado sustantivo atendido a si mismo sólo puede ser la misma capacidad de trabajo vivo, razón por la cual el único cambio por medio del cual puede dinero convertirse en capital es el cambio entre el

de potencias objetivas, más aún, de objetos todo poderosos, de objetos independientes de los individuos interesados” (MARX, 1985, II: 70).

⁷² Já que representam simples somas de valor.

⁷³ A questão, porém, é se determinar a “taxa natural de lucro”; para isto nem a economia clássica (Smith, Mill, Ricardo) nem muito mesmo a neoclássica oferecem resposta. Em Marx não há é claro uma taxa material de lucro, essa expressa, sim, o grau de exploração da força de trabalho.

poseedor de capital y el poseedor de la capacidad de trabajo, es decir, el trabajador” (MARX, 1985, II: 457).

5.1 Trabalho produtivo e improdutivo. Produtividade do capital

Ao vender sua força de trabalho ao capitalista o trabalhador entrega a este o direito de dispor de seu trabalho vivo; e o faz de maneira que este incorpore-se às mercadorias produzidas permitindo ao capitalista obter, na venda destas, um lucro. O trabalho vivo, portanto, na forma de trabalho assalariado, é incorporado ao capital como propriedade sua que lhe pertence de direito e de fato. Com o advento da grande indústria as forças produtivas aparecem como forças produtivas sociais. Uma vez, porém, que o trabalho vivo se incorpora ao capital, todas as forças produtivas do trabalho social passam a desempenhar o papel de forças produtivas do capital, “...do mesmo modo que a forma social geral do trabalho aparece no dinheiro como propriedade de uma coisa (...) Eis aí, mais uma vez, a relação pervertida, que, ao tratar do dinheiro, chamamos de fetichismo” (MARX, 1987: 384-385). Vimos como o trabalhador, separado dos meios de produção, transforma-se em capacidade de trabalho, que só mediante o intercâmbio com o capital poderá realizar-se. É o capital, portanto, que emprega e que consome a força de trabalho, o trabalho vivo, isto é, o capital (a coisa) é que se apropria da energia vital da massa de trabalhadores assalariados. Ele aparece, assim, perante estes como algo estranho, como um objeto externo que os domina e que lhes impede de fugir de seus efeitos. É o capital que emprega o trabalho, ele é que o subsume, e não o contrário. “Em sua simplicidade, essa relação já é uma perversão, personificação da coisa, e coisificação da pessoa” (MARX, 1987: 385). Isto representa o poderio do trabalho materializado sobre o vivo. Assim, também a ciência e as forças naturais aparecem como forças produtivas do capital.

O capital no processo de produção assume várias formas : matéria-prima, força de trabalho, instrumentos, etc. Em todas elas representa um valor, aparece como uma mercadoria. Assim, o capital, enquanto mercadoria, possui duplo caráter: 1) como valor de troca, como uma soma de dinheiro, à diferença, porém, que representa um valor que se valoriza, isto é, que se apropria de mais-valia. 2) como valor de uso, junto com o trabalho, o capital absorve também as combinações sociais do trabalho e o desenvolvimento de seus meios. Daí, portanto, ser o capital produtivo. Ele é produtivo por forçar a execução do

trabalho excedente, ou seja, por fazer o trabalhador despendar sua força de trabalho até criar mais-valia, a realizar um trabalho além do trabalho necessário para reposição de sua força de trabalho, realizando assim um trabalho excedente, um sobretrabalho. O capital é produtivo também porque ele absorve as forças produtivas do trabalho social e as formas produtivas sociais gerais, como a ciência, e delas se apropria (personificando-as).

A força de trabalho, por sua vez, é produtiva pela diferença entre seu valor e o valor que gera. No sistema de produção capitalista, segundo Marx, só é produtivo o trabalho que se transforma em seu contrário, isto é, em capital. *“Este, o primeiro ponto a elucidar: trabalho que produz mais-valia ou que é força que permite ao capital criar mais-valia, assumir a figura de capital, de valor que cresce por si mesmo”* (MARX, 1987: 388). O segundo ponto é que as forças produtivas sociais e gerais do trabalho são forças produtivas do capital.

“Mas essas forças produtivas só concernem ao processo de trabalho ou só dizem respeito ao valor de uso. Representam propriedades inerentes ao capital como coisa, seu valor de uso. Não influenciam diretamente o valor de troca. Trabalham 100 pessoas em conjunto ou cada uma delas de per si, o valor de seu produto é igual a 100 jornadas, seja qual for a quantidade de produtos em que se represente, isto é, não importa a produtividade do trabalho” (MARX, 1987: 388).

A produtividade do trabalho influi no valor de troca em se tratando de mesmos ramos de produção, ou seja, em relação ao tempo socialmente necessário para produção da mercadoria. Onde a maquinaria não se desenvolveu, 12 horas produzem tanto valor quanto 12 horas em ramos em que a maquinaria tem desenvolvimento máximo. *“Por conseguinte, o trabalho que produz valor continua sempre a ser trabalho do indivíduo, mas se expressa na forma de trabalho geral. O trabalho produtivo... confronta por isso, o capital sempre na forma de trabalho da força de trabalho individual”* (MARX, 1987: 389).⁷⁴ Por fim, se

⁷⁴ Este ponto é importante. Isto quer dizer que o valor da força de trabalho não é dado pela produtividade do trabalho, o salário não é calculado com base nas mercadorias produzidas pelo trabalhador. Estas pertencem ao capitalista e nada tem a ver com o trabalhador, o que o capitalista paga ao trabalhador é o valor de sua força de trabalho que, assim, é dado pelo valor dos meios de subsistência necessários para o mantimento do trabalhador, e de sua força de trabalho. Por isso que o valor do trabalho de 12 horas (ou seja, o salário pago por 12 horas de trabalho) onde a produção é rudimentar pode ser o mesmo que o valor de 12 horas onde a maquinaria tem desenvolvimento máximo. (Um exemplo claro sobre isso nos é dado pelas unidades de fabricação de produtos montados pela Nike na Ásia, onde não só podem pagar um salário de subsistência, como podem até pagar um valor menor que esse, isto é, utilizando-se de trabalho feminino. A utilização do trabalho feminino e infantil pelo capital já havia sido observado por Marx em seu tempo; e, é claro, sempre se fez presente ao longo da produção sob o capital, e assim será, enquanto este perdurar). Para isto, basta que o capital possa encontrar, sempre e quando lhe aprouver, no mercado a força de trabalho livre.

parece ser propriedade natural do capital extorquir trabalho excedente, ao revés, parece ser propriedade material do trabalho gerar as próprias forças produtivas sociais como forças produtivas do capital e a mais-valia autovalorização do capital.

“É mister desenvolver agora esses três pontos e daí inferir a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo (...) Quanto ao primeiro ponto, a produtividade do capital consiste em contrapor-se ele ao trabalho convertido em trabalho assalariado, e a do trabalho, em contrapor-se aos meios de trabalho convertidos em capital” (MARX, 1987: 377).

Dinheiro aplicado na compra de meios de trabalho e força de trabalho, para produção de mais-valia, torna-se capital. O trabalho vivo transforma em capital ao reproduzir o salário e ainda gerar mais-valia. Uma parte só pode transformar-se em capital variável, quando outra se transforma em capital constante. *“Só em virtude dessa conversão direta de trabalho em trabalho materializado pertencente não ao trabalhador e sim ao capitalista é que o dinheiro se converte em capital” (MARX, 1987: 390).* Antes o dinheiro é capital apenas em si (virtualmente, potencialmente, em essência⁷⁵). É trabalho produtivo o trabalho que transforma dinheiro ou mercadoria em capital, isto é, que conserva e acresce o valor do capital.

“Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção. (...) Trabalho produtivo portanto, é o que –no sistema de produção capitalista - produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital.”⁷⁶

Assim, ao falar de trabalho produtivo, falamos de trabalho socialmente definido, trabalho que envolve relação bem determinada entre o comprador e o vendedor do trabalho”⁷⁷ (MARX, 1987: 391).

⁷⁵ Da mesma forma que o trabalho, separado de todo objeto exterior, é apenas trabalho em potencial, subjetivo (um não valor). E, enquanto assim for, o dinheiro continuará aparecendo como capital em potencial, bastando apenas realizar a troca com a força de trabalho para se tornar capital em si e para si, capital de direito e de fato. Capital e trabalho é, portanto, relação entre objetivo e subjetivo, entre trabalho enquanto pura objetividade e trabalho enquanto pura subjetividade.

⁷⁶ Este, o segundo ponto. Trabalho que produz seus objetos como alheio ao produtor, como pertencente ao capitalista (e não ao trabalhador, assim o valor de sua força de trabalho não é determinada pela quantidade de produtos que este produz).

⁷⁷ Aqui, o terceiro ponto, a mais-valia é trabalho dado pelo trabalhador ao capitalista sem receber nada em troca, é o trabalho que cria a mais-valia, o capital apropria-se dela, porém não a cria, não por si mesmo.

O fato de que dinheiro (ou meios de produção) sejam capital em si deve-se à forma autônoma com que confrontam a força de trabalho, lhes dá comando sobre o trabalho.

A troca entre capital e trabalho apresenta duas fases, as quais são distintas em sua essência. A primeira troca entre trabalho e capital é um processo formal onde o capital se configura em dinheiro e a força de trabalho assume a forma de mercadoria. Troca entre trabalho materializado e trabalho vivo, a relação aqui entre capital e trabalhador aparece como uma relação entre comprador e vendedor de mercadoria. Essa compra se dá somente porque a força de trabalho é capaz de produzir além de seu valor, ou seja, de criar mais-valia.⁷⁸ A segunda nada tem a ver com a primeira, não é troca absolutamente. O dono do dinheiro funciona agora como capitalista; consumindo a mercadoria que comprou. O capital detém, portanto, o trabalho. “*Nesse período o trabalho se materializa de maneira direta, transforma-se de imediato em capital, depois de já se ter incorporado ao capital, formalmente, pela primeira transação*” (MARX,1987:395). Nesse processo se dá a apropriação de mais-valia. O trabalho que se materializou no produto é maior que o trabalho materializado na força de trabalho. Assim, é o trabalho que transforma dinheiro em capital. Ocorrem portanto, duas espécies de troca entre trabalho e capital: a compra da força de trabalho, e a materialização do trabalho vivo como realização do capital.

O trabalho para que possa produzir mercadoria (valores de uso) tem de ser trabalho útil (produtor de valores de uso). O que constitui seu valor de uso específico para o capital não é o seu caráter útil particular, e sim o seu caráter como elemento criador de valor de troca, como trabalho abstrato. “*Só é produtivo o trabalho que capacita o trabalho materializado, na troca por ele, representar-se em quantidade maior de trabalho materializado*” (MARX,1987:395). O processo capitalista de produção não consiste apenas na mera produção de mercadorias; é um processo que absorve trabalho não-pago.

⁷⁸ Caso contrário, não seria realizada a compra, pois, se ao comprar meios de produção e força de trabalho, o capital reproduzisse apenas o valor adiantado, o processo reduzir-se-ia simplesmente à D-M-D, troca de dinheiro por mercadoria e desta por dinheiro (com o mesmo valor que no começo do processo), troca de valor de uso pelo mesmo valor de uso, e de determinada quantidade de valor pela mesma quantidade de valor, com o que, é claro, a produção careceria de qualquer sentido. Isto não quer dizer que o capital, enquanto tal, tenha de necessariamente, começar por D-M-D', pode-se ver esse processo sob qualquer ângulo, ou seja, como M ... P... M' – D (isto é, M-D-M') ou P... M'-D-M... P (ou, resumidamente, P...-M'-P'). (Sobre isto ver Marx, Karl. O Capital – Livro segundo: O Processo de circulação do capital). O lucro em sua essência, aqui, não se deve a salários de administração e nem a alguma vantagem comparativa (pode até ser o caso, mas aí, transferência de um lucro, de um valor já criado), ele não é fruto da relação entre capitais. A vantagem comparativa é que o capitalista detém os meios de produção e o trabalhador não, daí o lucro.

Na mera troca de dinheiro por trabalho, sem produzir e sem ser, portanto, produtivo, compra-se o trabalho como serviço. Na compra de serviços não se contém a relação específica entre trabalho e capital. Assim, não importa o conteúdo, o caráter concreto, a utilidade particular do trabalho. A diferença entre trabalho produtivo e improdutivo deriva meramente da alternativa de o trabalho se trocar por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital. Os cortesãos e camponeses aparecem como vendedores de mercadorias, e não de trabalho. Eles exploram a si mesmos já que possuem os meios de produção, assim, é por força de propriedade destes que se apoderam do próprio trabalho excedente. Sua produção, na sociedade capitalista, não está subsumida a este modo de produção. A tendência, porém, é a de transformarem-se em capitalistas ou trabalhadores assalariados.

A sociedade capitalista é uma sociedade produtora de mercadorias. Pode-se supor que o mundo inteiro das mercadorias, da produção de riqueza material, estão sujeitos ao modo de produção capitalista (e, assim, desenvolve-se ao máximo as forças produtivas do trabalho). *“Pode-se então caracterizar os trabalhadores produtivos ... pela circunstância de seu trabalho se realizar em mercadorias, em produtos do trabalho, em riqueza material”* (MARX,1987:403).

CAPÍTULO 6

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO AVANÇO TECNOLÓGICO

6. CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO AVANÇO TECNOLÓGICO

Com o progressivo aumento das forças produtivas sociais o trabalho vivo aplicado na produção direta dos produtos é reduzido a um mínimo. O trabalho vivo que antes funcionava como força de trabalho aplicada diretamente sobre os produtos, moldando-os e transformando-os na forma útil desejada, aparece agora como simples controlador do processo de produção que, graças ao sistema automático de máquinas, é capaz de por si realizar o trabalho sem necessidade de intervenção direta do trabalho humano.

“El medio de trabajo, asimilado con el proceso de la producción capitalista, sufre diversas metamorfosis, la última de las cuales es la máquina, o, mejor dicho, un sistema automático de maquinaria (el sistema de la maquinaria, pues la máquina automática no es más que la forma más acabada y más adecuada de la misma, con la que la maquinaria se convierte en sistema), puesto en movimiento por un mecanismo automático o fuerza motriz que se mueve por sí misma” (MARX, 1985, II:107).

O que antes era simples meio de produção do trabalhador, instrumentos de trabalho deste, que transferiam a energia do trabalhador ao produto, aparecem agora como independentes ao trabalhador, as máquinas aparecem revestidas por si mesma de habilidade e força, e o trabalhador como mero apêndice desta, sendo, portanto, suas atividades reguladas pelos movimentos da máquina, ao contrário do que acontecia anteriormente. A ciência é posta a serviço deste sistema automático de máquinas a fim de lhe dar o movimento adequado, esta ciência está subsumida nesse sistema⁷⁹ e não pertence à consciência do trabalhador, não é dominado por este, ao contrário, aparece como algo estranho, como um poder exterior a ele e que o domina.⁸⁰

“El proceso de producción [aquí] ha dejado de ser un proceso de trabajo, en el sentido de que el trabajo sea su factor único y dominante (...) Como sabemos, la tendencia natural del capital es aumentar la productividad del trabajo y negar al máximo el trabajo necesario. La realización de esta tendencia es la transformación del medio de trabajo en máquina. (...) además, el valor objetivado en las máquinas aparece como una condición a la vista de la cual la fuerza valorizadora del trabajo individual desaparece como un factor insignificante (...) La acumulación del

⁷⁹ Portanto, no capital, ou mais especificamente, no capital fixo.

⁸⁰ Mais uma vez a coisa dominando o ser humano, o ser humano sendo dominado pelo produto de seu próprio trabalho, sem sequer ter consciência disto (isto é, o fetichismo da mercadoria, do dinheiro, do capital e que tem por origem a alienação).

saber y de la destreza, de las fuerzas productivas generales del cerebro social, se ve también absorbida por el capital, erigido frente al trabajo: se revela [aquí] como una cualidad del capital, para decirlo más exactamente, del capital fijo, en cuanto que éste entra en el proceso de la producción como medio de producción propiamente dicho. Portanto, la maquinaria se revela como la forma más adecuada del capital em general” (MARX, 1985, II:108).

As forças produtivas sociais e a ciência aparecem subsumidas pelo capital, na forma de capital fixo. Por ele é que se mede, então, o grau de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Por outro lado, isto não implica que as máquinas ou os instrumentos de produção em geral percam seu valor de uso se deixarem de atuar como capital. O capital enquanto tal diz respeito muito mais à propriedade dos meios de produção e dos produtos de trabalho. Nada impede que possa ser utilizado como propriedade dos trabalhadores associados, por exemplo. O capital, enquanto tal, tem por objetivo a valorização, e não a construção de máquinas ou outra forma qualquer de capital. Ele se utiliza das máquinas e as desenvolve exatamente com o objetivo de aumentar o sobretrabalho em relação ao trabalho necessário. Por isso, é que o capital é uma relação social e uma condição histórica necessária para o desenvolvimento das forças produtivas.

Capital aqui deve-se entender como uma relação social de produção, em que ele aparece como objetivado, alienado em relação aos trabalhadores, e isto como uma condição mesma da produção. O capital, assim, transforma a força de trabalho humana em mercadoria e o trabalho humano abstrato em elemento determinante da produção. O trabalho, como criador do valor de troca, é consumido pelo capital para, posteriormente, após materializado nas mercadorias, ser transformado em dinheiro. O processo, então, é um processo de transformação de energia humana abstrata em dinheiro, não com fins ao valor de uso e sim ao valor de troca, à valorização do capital.

“En la medida en que el volumen de tiempo de trabajo – la simple cantidad de trabajo – es postulado por el capital como el único elemento determinante [de la producción], el trabajo directo y su cantidad desaparecen como principio determinante de la producción – de la creación de valores de uso – o quedan reducidos cuantitativamente a una proporción menor, a la par que, cualitativamente, se convierten en un momento, sin duda indispensable, pero subalterno con respecto al trabajo científico en general, al empleo tecnológico de las ciencias naturales y de la productividad general que emana de la organización social del conjunto de la producción, revelada como un don natural del

trabajo social . El capital trabaja así por su propia disolución como la forma dominante de la producción” (MARX, 1985, II:110).

O capitalismo, na sua origem, não tinha por base um sistema automático de máquinas. Este sistema é, portanto, fruto do trabalho humano e do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Esse sistema surge sob o modo de produção baseado no valor de troca, ou seja, no tempo de trabalho humano como medida do valor e, portanto, da riqueza. Sob um sistema, enfim, em que o trabalho está separado de seus meios de objetivação e que necessita realizar a troca com o capital para objetivar-se, ou seja, sob um sistema em que o trabalho é trabalho assalariado⁸¹, e que, como tal, reproduz-se.

“El capital fijo, en su determinación como medio de producción, cuya forma más adecuada es la maquinaria, produce solamente valor, es decir, aumenta el valor del producto [pero] solamente en los dos siguientes sentidos: 1) siempre y cuando él tenga valor, es decir, que él mismo sea producto de un trabajo que encierre cierta cantidad de trabajo bajo una forma objetivada; 2) en cuanto que, aumentando la proporción del plustrabajo con respecto al trabajo necesario, incrementa la productividad a fin de crear en menos tiempo un volumen mayor de productos necesarios para el mantenimiento de la capacidad de trabajo vivo. Cae, pues, en el colmo de lo absurdo la fraseología burguesa según la cual el trabajador reparte con el capitalista⁸² la facilidad y abreviación del trabajo (...) La realidad es que el capital se vale de las máquinas con la sola y única finalidad de que el trabajador consagre al capital una parte mayor de su tiempo, de que trabaje más tiempo para el capital, de que una parte cada vez mayor de su tiempo deje de pertenecerle al obrero. Por medio de este proceso, se reduce al mínimo la cantidad de trabajo necesaria para producir un objeto (...) El primero destes dos aspectos tiene su importancia, ya que el capital - sin consciencia alguna de ello - reduce al mínimo el trabajo humano e el esfuerzo del hombre. Cosa que [llegado el día] beneficiará ao trabajo emancipado y hará posible [asímismo] su emancipación. Por lo expuesto, se ve cuán absurda es [la idea de] Lauderdale, quien pretende hacer del capital fijo una fuente independiente de valor, al margen del tiempo de trabajo. Sólo es esta fuente de valor siempre y cuando él mismo sea tiempo de trabajo objetivado que postula plust tiempo de trabajo” (MARX, 1985, II:111).

⁸¹ “A burguesia é a primeira classe dominante para quem o trabalho é um valor” (DEBORD, op. cit.).

⁸² Que detém o capital fixo, que é, por sua vez, produto de trabalho alheio apropriado pelo capital.

O capital traz consigo, em sua essência, a ânsia de lucro, busca sempre valorizar o valor já criado. Assim é que qualquer limitação aparece como uma barreira que tem de ser suplantada, utilizando-se para isso todos os meios existentes e por haver para realizar o seu intento; e, ao realizá-lo, prova seu domínio.

"El concepto mismo del capital implica que, al aumentar la productividad del trabajo, disminuya la fuerza propia de éste, aunque incrementando la fuerza exterior a él. El medio de trabajo hace al trabajador independiente, lo postula como propietario. La maquinaria - como capital fijo - lo postula como privado de independencia, como apropiado. Para producir este efecto, la maquinaria tiene que ser capital fijo, y sólo lo es por cuanto el trabajador se comporta hacia ella como trabajador asalariado e por cuanto que el individuo activo es, con respecto a ella, simplemente un trabajador" (MARX, 1985, II:112).⁸³

Com o advento da grande indústria o capital passa a reunir sob seu comando uma enorme quantidade de trabalhadores. A medida que se desenvolve a divisão do trabalho as tarefas desempenhadas por estes passam a ser cada vez mais simples, perdendo todo o caráter de arte e de habilidade específica. A qual aparece agora incorporada no próprio instrumento de trabalho, sob a forma de capital fixo. O próximo passo é transformar estas operações sociais desempenhadas pelos trabalhadores em operações mecânicas desempenhadas pelas próprias máquinas.⁸⁴ Esse processo representa uma economia de energia humana, cada produto agora aparece cada vez menos fruto do trabalho vivo e cada vez mais como fruto das forças sociais de produção objetivadas sob a forma de capital fixo. A capacidade de trabalho vivo, porém, se deprecia nesse processo, já que aparece como uma base miserável frente ao poder dos fatores postos em ação pela força de trabalho, esses fatores, porém, aparecem como uma força estranha, exterior a ele que não só não lhe pertence como também o resultado da produção. Ele se encontra sempre irremediavelmente separado dos meios de produção, e quanto mais cresce a independência deste frente ao trabalho vivo, mais a capacidade de trabalho se vê depreciada, ao mesmo tempo que o capital procura medir essas forças sociais com base no trabalho direto empregado na produção e o tempo de trabalho como medida da riqueza.

"El cambio del trabajo vivo por trabajo objetivado o, dicho de otro modo, la determinación del trabajo social en cuanto forma de la

⁸³ A alienação. Este é o conceito que cada vez mais toma importância para que se determine o capital enquanto capital, enquanto relação social, seu caráter específico e, assim, histórico.

⁸⁴ Pode-se visualizar melhor este processo como a passagem da simples divisão de tarefas descrita por Adam Smith, à linha de produção de Henry Ford, à utilização de robôs na linha de montagem de automóveis.

antítesis de capital y trabajo asalariado, constituye el último darrollo de la relación de valor y del sistema de producción basado en él. Su premisa es y no puede dejar de ser el volumen de tiempo de trabajo directo, la aplicación de trabajo empleado, como factor decisivo de producción de la riqueza. Pero a medida que se desarrolla la gran industria, la creación de la riqueza real depende menos del tiempo de trabajo y de la cantidad de trabajo invertido que de la potencia de los agentes puestos en movimiento durante el tiempo de trabajo y cuya power full effectiveness⁸⁵ no guarda a su vez relación alguna con el tiempo de trabajo directo que ha costado su producción, sino que depende más bien del estado general y del progreso de la tecnología o de la aplicación de esta ciencia a la producción. (El desarrollo de esta ciencia, especialmente de las ciencias naturales, y con ellas el de las demás, guarda a su vez relación con el desarrollo de la producción material⁸⁶). (...) El trabajo ya no se revela tanto como contenido en el proceso de producción, sino que el hombre se comporta ahora más bien como guardián y regulador de este proceso de producción mismo (...) No es el obrero el que se interfiere como objeto natural modificador, como eslabón intermedio entre el objeto y él mismo, sino que [es] el proceso natural, convertido por él en un proceso industrial, [el que se interfiere] el que se desliza entre él como medio y la naturaleza inorgânica de que se apodera. El obrero [a hora] aparece junto ao proceso de producción en vez de ser su agente principal. En esta transformación, lo que aparece como el gran pilar fundamental de la producción e de la riqueza no es ya el trabajo directo que el hombre mismo ejecuta, ni el tiempo durante el cual trabaja, sino la apropiación de su fuerza productiva general, su capacidad para comprender la naturaleza y dominar-la mediante su existencia como cuerpo social, en una palabra, el desarrollo del individuo social. El robo de tiempo de trabajo ajeno, en el que descanza la riqueza actual, se revela como un fundamento miserable, al lado de este otro, creado y desarrollado por la gran industria, tan pronto como el trabajo en forma directa deje de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo dejará y tendrá que dejar necesariamente de ser su medida y con ello, el valor de cambio [a medida] del valor de uso. El plustrabajo de la masa dejará de ser condición para el desarrollo de la riqueza general, lo mismo que la ausencia de trabajo de los pocos dejará de ser condición para el desarrollo de las potencias generales de la cabeza del hombre. Con ello se vendrá por tierra la producción basada en el valor de cambio y el proceso directo de la producción material se despojará de su forma y de sus contradicciones miserables" (MARX, 1985, II:113-115).

⁸⁵ "Poderosa efectividad" (Nota do tradutor espanhol).

⁸⁶ Isto é, as forças produtivas materiais determinando a forma de consciência dos indivíduos.

Com o fim do caráter de contradição e penúria⁸⁷ sob a qual ergue-se a produção capitalista o tempo de trabalho não mais poderá servir de medida geral da riqueza, assistir-se-á à passagem a uma nova base sob a qual assentar-se-á a riqueza da sociedade. Esta base será exatamente o contrário da anterior: o tempo disponível aparece agora como medida da riqueza da sociedade. Assim se depreende novamente porque o capitalismo é uma condição essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ao se colocar o trabalho humano abstrato como a base e a medida da riqueza e ao se separar os meios de produção dos trabalhadores, permite-se ao capital (sob o comando da classe capitalista) desenvolver ao máximo as forças produtivas do trabalho, criando um rico sistema de necessidades (e os meios para satisfazê-la) e um tempo disponível para toda a sociedade, reduzindo, por conseguinte, o trabalho necessário da sociedade ao mínimo.

"La reducción del tiempo de trabajo necesario que ya no beneficiará al plustrabajo, permitirá [entonces] el libre desarrollo de la individualidad, los ocios y los medios puestos al alcance de todos haran que la reducción al mínimo del trabajo social necesario favorezca el desarrollo artístico, científico, etc., de cada cual. El capital es la contradicción puesta en movimiento⁸⁸: tiende a reducir al mínimo el tiempo de trabajo, al mismo tiempo que hace de él la fuente única y la medida de la riqueza. Disminuye así el tiempo de trabajo bajo su forma necesaria para acrecentarlo bajo su forma superflua, haciendo del trabajo superfluo, en medida creciente, la condición - question de vie ou mort - del tiempo de trabajo necesario. De una parte, el capital pone en marcha todas las fuerzas de la ciencia y de la naturaleza, estimula la cooperación y el intercambio social para hacer a la creación de riqueza (relativamente) independiente del tiempo de trabajo; pero, de otra parte, trata de medir en tiempo de trabajo las inmensas fuerzas sociales así creadas, condenandolas con ello a mantenerse dentro de los límites necesarios para mantener como valor el valor ya creado. Las fuerzas productivas y las relaciones sociales - dos aspectos distintos del desarrollo del individuo social - no son ni significan para el capital otra cosa que simples medios para que pueda mantenerse sobre su estrecho fundamento.⁸⁹ Se trata, en realidad, de las condiciones materiales que harán saltar los fundamentos del capital. 'Una nación es verdaderamente rica cuando en ella se trabaja 6 horas em vez de 12. Welth no es disponer de plustiempo de trabajo (riqueza real), sino de disposable time para cada individuo y para toda la sociedad, fuera

⁸⁷ O caráter de contradição e penúria representa exatamente a transformação do trabalho em não valor por um lado (separado de toda a objetividade) e, por outro, na medida e fonte geral da riqueza. Esse caráter contraditório tem origem na propriedade privada dos meios de produção, ou seja, no caráter alienado da produção capitalista.

⁸⁸ Contradição que, como tal, pede resolução.

⁸⁹ A força de trabalho como mera mercadoria e seu possuidor como simples trabalhador.

del empleado en la producción directa' [The Source and Remedy, etc. 1821, p. 6]" (MARX, 1985, I:115).

Este tempo disponível criado para cada indivíduo e para toda sociedade aparece sob o capital de forma contraditória já que este logra reduzir o trabalho necessário a um mínimo para aumentar em contrapartida o sobretrabalho. Como cada capitalista vê no pagamento de salários uma perda, pretendem por um lado, reduzir o consumo dos seus trabalhadores ao mínimo, por outro, estender a jornada e a intensidade do trabalho ao máximo. Com o que, estende-se a produção além dos limites permitidos pelo processo de valorização dada a capacidade de consumo da sociedade. Cedo ou tarde, a cadeia de créditos e débitos se rompe e a crise torna-se eminente, e, às vezes, inevitável. O capital utiliza, assim, de todos os meios para aumentar o tempo de sobretrabalho, já que sua finalidade é o valor, e não o valor de uso; criando, com isso, contudo, tempo disponível para toda sociedade.

As máquinas só são empregadas na medida em que elas representam uma economia de tempo. Essa economia de tempo, porém, para o capital só interessa na medida em que possa ser transformado em sobretrabalho, ou seja, na medida em que represente um aumento no tempo de sobretrabalho em relação ao tempo de trabalho necessário. Caso contrário, o emprego da maquinaria não representaria um aumento da força produtiva; representaria, nesse caso, do mesmo modo que os outros custos de circulação inecessários, falsos custos da produção. O emprego de capital fixo, portanto, não constitui nunca, na produção do capital, um fim em si, e sim um meio para se aumentar a mais-valia, ou seja, para se aumentar o tempo em que o trabalhador tem de trabalhar para o capitalista com fins a valorizar o seu capital em relação ao tempo de trabalho em que o trabalhador tem de produzir o valor de seu salário.

Com o crescente avanço das forças produtivas cresce também a composição orgânica do capital, ou seja, a proporção em que se divide o capital em forma de capital constante e capital variável.⁹⁰ Vimos que esse processo implica numa redução progressiva do capital empregado na compra de trabalho vivo em relação ao capital utilizado na compra de meios de produção na forma de trabalho objetivado, de trabalho passado, que tem, portanto, seu valor já determinado. Isto é, a proporção em que se divide o capital global em capital constante apresentará crescimento em relação à parte variável em que se divide o capital global, o que, dada a taxa de mais-valia, representa uma tendência

crescente à queda da taxa de lucro. Daí a necessidade do capital em aumentar a mais-valia produzida, seja através da forma absoluta (extensão da jornada de trabalho) ou relativa (diminuindo o tempo de trabalho necessário à reprodução do valor da forma de trabalho). Ora, o próprio aumento da mais-valia relativa implica na criação de tempo disponível para o indivíduo em particular e para a sociedade como um todo. O capital, porém, tende a diminuir o trabalho necessário a um mínimo criando assim tempo disponível, mas não para ser utilizado livremente pelo indivíduo e sim para ser utilizado na forma de sobretrabalho, na criação de mais-valia. Esse aumento da produtividade, porém, implica no aumento do valor do capital posto em movimento pela mesma força de trabalho o que é o mesmo que um aumento na composição orgânica do capital, o que é o mesmo que um aumento nas forças produtivas. Ao chegar a determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas o capital estará empregando uma quantidade de trabalho vivo insuficiente para poder valorizar a massa de capital empregado, chegando ao ponto em que acabará por suprimir sua autovalorização no lugar de postulá-la. Esse processo se desenvolve na forma de crises e convulsões. As crises, vimos, são manifestações das contradições entre a produtividade, o trabalho necessário e o sobretrabalho, servindo como meio para restabelecer a proporção adequada. Poder-se-ia supor, portanto, que com as crises a força de trabalho sairia fortalecida, teria seu valor aumentado com o que, mesmo sob o capital, deixaria de se apresentar frente a este de modo subordinado, subalterno, e o equilíbrio entre a distribuição dos meios de produção e de renda na sociedade poder-se-ia ser estabelecido através dos mecanismos postos pelo próprio mercado. A questão porém é que às fases de crises sobrevém muito mais um processo de centralização e concentração de capitais do que uma diluição do mesmo entre todos os indivíduos da sociedade, ou melhor, do que uma melhor distribuição entre os membros desta. Às fases de crise sobrevém fases de altas taxas de desemprego, assim, a força de trabalho vê-se em piores condições e a massa de trabalhadores livres vê-se aumentada, por outro lado, o capital estará concentrado cada vez mais em um menor número de mãos. A desigualdade na distribuição dos meios de produção e, portanto, das fontes de renda, tende sempre, no sistema capitalista de produção, a aumentar e não a diminuir. Por isso é que o sistema de produção é capitalista, por isso é que o capital é o senhor todo poderoso da sociedade, e por isso é que seus possuidores, os capitalistas, são a classe dominante. Assim é que chegará um ponto da produtividade do capital em que ele não mais conseguirá valorizar-se, tornando-se, assim,

⁹⁰ Relembrando, $COC=cc/cv$.

de incentivo à barreira ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Barreira essa existente devido à contradição inerente ao conceito do capital mesmo, que faz com que o tempo disponível apareça ao trabalhador como tempo que não lhe pertence, como uma existência contraditória. A única forma de se acabar com essa contradição é fazendo com que os trabalhadores mesmo se apropriem desse tempo disponível. Como esse tempo disponível possui forma contraditória exatamente pelo fato de que os meios de produção, e os produtos do trabalho, se apresentam à classe trabalhadora como objetos alheios, de propriedade alheia, ela se encontra, então, alienada das condições de trabalho. Essa é a condição sob a qual se origina o capitalismo, essa é a condição histórica que forma a base para seu desenvolvimento. E que será também a condição a ser superada, suprimida⁹¹. Essa supressão, no entanto, só pode ser feita a partir de uma base diferente em relação a qual desenvolveu-se a produção capitalista, isto é, essa supressão implica o fim do capital e do trabalho assalariado.

“Así las cosas, contando con la productividad material ya existente y adquirida bajo la forma de capital fijo, con las conquistas de la ciencia, el auge de la población, etc., en una palabra, con las inmensas riquezas y las condiciones de su reproducción, de las que depende el más alto desarrollo del individuo social y que el capital ha ido creando en el curso de su historia, vemos que al llegar a cierto punto de su productividad el capital mismo se encarga, en vez de postularla, de suprimir su auto valorización. A partir de cierto punto, el desarrollo de las fuerzas productivas se convierte en una barrera para el capital y el régimen capitalista; por tanto, en una barrera para el desarrollo de las fuerzas productivas del trabajo. Al llegar a este punto, el capital, es decir, el trabajo asalariado, ocupa con respecto al desarrollo de la riqueza social y de las fuerzas productivas la misma posición que [en su día] el régimen gremial, la servidumbre y la esclavitud, con lo que necesariamente tiene que ser desechado como un límite. Es abatida así la última forma de avasallamiento que adopta la actividad del hombre, la del trabajo asalariado, de una parte, y el capital, de otra, y ello como resultado del mismo modo de producción capitalista; las condiciones materiales y espirituales de la negación del trabajo asalariado son por si mismas resultado del proceso de producción capitalista. En contradicciones absolutas, en crisis y convulsiones, se manifiesta la creciente incongruencia de la relación del desarrollo productivo de la sociedad y las relaciones de producción vigentes. Destrucción violenta de capital no por causas exteriores a él, sino como condición para su propio mantenimiento; tal es la forma más tajante en que se le aconseja que se largue, desando sitio a um

⁹¹ Isto mostra o caráter histórico da produção capitalista.

estado más elevado de producción social. (...) Puesto que este descenso de la ganancia equivale al descenso relativo de trabajo inmediato en relación con el volumen de trabajo objetivado que reproduce y crea, el capital hará todos los esfuerzos habidos y por haber para contrarrestar la pequeñez de la proporción del trabajo vivo con respecto a la magnitud del capital en general y también, por tanto, de la plusvalía expresada como ganancia con respecto al capital invertido reduciendo la parte reservada al capital necesario y extendiendo aun más la cantidad de plustrabajo en relación con el trabajo total ampliado. De ahí que el más alto desarrollo de la productividad, junto con la mayor expansión de la riqueza existente, coincida con la depreciación del capital, la degradación del trabajador y el más intenso agotamiento de sus fuerzas vitales. Estas contradicciones conducen a explosiones, cataclismos, crisis en las que la suspensión momentánea de trabajo y el aniquilamiento de gran parte del capital llevará a éste, violentamente, al punto en que podrá retirarse” (MARX, 1985, II:152-153).

As crises mostram que a contradição sob a qual fundamenta-se a produção capitalista não só é real como se faz sentir de tempos em tempos de forma aguda e violenta. As crises representam queda na taxa de lucro e mostram como o capital não pode continuar produzindo sem ver nas barreiras impostas à valorização do capital um limite a ser superado. Daí que o capital desenvolva as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta da sociedade constituísse seu limite. Ora, o lucro, vimos, só pode ser criado no processo produtivo, que é onde se produz a mercadoria, caso contrário ter-se-ia que demonstrar como o capital é capaz de criar algo do nada. Pois se os salários representam o valor total do produto agregado por cada trabalhador com seu trabalho impossível seria a exploração da classe capitalista sobre os trabalhadores assalariados. O lucro só pode surgir de uma troca entre não-equivalentes. As crises e a súbita queda na taxa de lucro significam, em verdade, superacumulação de capital de um lado, e superexploração dos trabalhadores de outro. Assim é que, nas crises, ao invés de se ter uma distribuição mais igualitária dos meios de produção tem-se, pelo contrário, uma maior concentração deste e, com isso, amplia-se a massa de trabalhadores passíveis de serem explorados. O capital tende, portanto, por um lado, diminuir ao mínimo a massa de trabalho vivo empregada, ou seja, a população trabalhadora empregada e por outro lado, em concentrar ao máximo os meios de produção no menor número possível de capitalistas, deixando a todo o resto da população na condição de trabalhador assalariado e na dependência do capital. Considerar que a

maquinaria enquanto tal por atuar como força produtiva é um elemento criador de valor é o mesmo que afirmar, como os fisiocratas, que a terra é o único elemento criador de valor. Esquecendo-se que as máquinas são produtos do trabalho humano e que como tais são produzidas e trocadas; do mesmo modo que a terra, no seu estado original, só possui valor ao ser transformada em propriedade privada, e como tal é utilizada na produção dos valores de uso.

"La maquinaria no crea valor porque supla al trabajo, sino solamente por cuanto que es un medio para aumentar el plustrabajo, y solamente esto es tanto la medida como la sustancia de la plusvalia creada con ayuda de las máquinas y, por tanto, del trabajo en general" (MARX, 1985, II:169).

A jornada de trabalho representa a criação dos valores de troca, a criação da riqueza em geral. O trabalho necessário representa tempo de trabalho para criação dos valores de uso, das mercadorias que o trabalhador consome para seu sustento. O simples prolongamento da jornada de trabalho, aumento da exploração pela mais-valia absoluta, aumenta os valores de uso criados na mesma proporção simples que os valores de troca. Essa forma de exploração é encontrada tanto nos regimes escravista como no servil, em que o objetivo principal é muito mais a produção de valores de uso, assim como na produção capitalista, que visa diretamente à produção de valores de troca e só indiretamente valores de uso. Daí a importância, para a produção capitalista, que a produção seja produção de mercadorias (valores de troca), do dinheiro como equivalente geral e, principalmente, do trabalho como trabalho assalariado. Com o desenvolvimento da produção de valores de troca sob base capitalista criam-se as condições para que o aumento das forças produtivas se traduzam em aumento de sobretrabalho e da mais-valia apropriada pelo capitalista. O aumento da mais-valia relativa diminui o trabalho necessário e, assim, a população trabalhadora necessária. O que o capital faz, assim, é diminuir continuamente a força de trabalho empregada, o que tem por consequência a diminuição de suas chances de valorização em relação ao capital global empregado. Este processo ocorre, pode-se dizer como se capital, por seus próprios meios, acabasse com sua "galinha dos ovos de ouro" até o ponto em que não mais poderá valorizar-se.

"Bajo la segunda forma de la plusvalia, la de la plusvalia relativa que [presupone ya] el desarrollo de la fuerza productiva del trabajador, con respecto a la jornada de trabajo como disminución del tiempo de trabajo necesario y, con respecto a la población, como disminución de la población trabajadora necesaria, aparece

(y esta es la forma antagonica) inmediatamente, bajo esta forma, el caracter industrial y decididamente histórico del modo de producción capitalista" (MARX, 1985, II:171).

Em seu movimento em busca da autovalorização o capital procura, estender a jornada de trabalho ao máximo e a multiplicar todo o possível as jornadas de trabalho simultâneas, com o que ele não só reduz o trabalho necessário ao mínimo, bem como o número de trabalhadores necessários. *"Este postulado contraditório, que se desarrollará bajo diversas formas en [los fenómenos] de la superproducción, etc., se impone bajo la forma de un proceso en el que las determinaciones contradictorias van sucediéndose en el tiempo"* ⁹² (MARX, 1985, II:171). Ao mesmo tempo em que se tem uma maior multiplicação possível dos valores de uso do trabalho. Assim, de um lado o capital tende a desenvolver ao máximo a intensidade da força produtiva do trabalho e, de outro, a ilimitada diversidade dos ramos de produção, isto é, *"... la omnilateral riqueza de contenido y de forma de la producción que somete a ella todos los aspectos de la naturaleza"* (MARX, 1985, II:172).

Esse mesmo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, levam consigo as condições que fazem com que esse desenvolvimento apresente-se como indispensável à autovalorização do capital, isto é, a produção com base no valor de troca e no trabalho assalariado. Assim, o conceito do valor desenvolve-se plenamente até se tornar elemento determinante da produção e medida geral da riqueza ao se desenvolver as bases da produção capitalista. É só através do conceito do valor que se pode compreender o conceito mesmo de capital e os limites da produção capitalista.

"En el curso de nuestra exposición, hemos visto cómo el valor, que se presentaba como una abstracción, sólo puede darse a partir del momento en que existe el dinero; por otra parte, la circulación monetaria conduce al capital y, en consecuencia, sólo puede desarrollarse plenamente sobre una base capitalista, del mismo modo que sólo sobre esta base puede la circulación extenderse a todos los momentos de la producción. En nuestra exposición se revela, pues, no sólo la determinación histórica formal que, como

⁹² Isto é, na forma de um movimento dialético em que, as contradições vão sendo superadas, sem no entanto, serem superadas realmente, efetivamente. A única maneira para sua efetiva superação é a transformação da base, da essência deste movimento contraditório. No capitalismo, esta transformação significa em se por fim à separação entre os meios de produção e a força de trabalho, isto é, em se por fim à propriedade privada dos meios de produção, em se por fim, portanto, ao capital e ao trabalho assalariado. Essa transformação, porém, necessita de que se desenvolva determinadas condições históricas, condições estas que representam um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais, e, com ela, um determinado estado de consciência correspondente.

el capital, pertenece a una época histórica determinada, sino también conceptos como el del valor, que parecen puramente abstractos y que manifiestan así la base histórica de la cual se abstraen y sin la cual, por tanto, no podrían comprenderse en esta abstracción; y [asimismo] conceptos que, como el dinero por ejemplo, pertenecen plus ou moins,⁹³ a todas las épocas, pero que muestran las modificaciones históricas a que están sujetos. El concepto económico del valor no se encuentra [arraigado] entre los antiguos. El valor, a diferencia del pretium⁹⁴, era un concepto puramente jurídico empleado contra los abusos, etc. El concepto del valor es en todo una creación de la economía de los últimos tiempos. En el concepto del valor se esconde el secreto del capital" (MARX, 1985, II:177).

Se a produção é produção de mercadorias o valor tem de, necessariamente, impor-se como medida e como elemento determinante da produção, pois só podemos medir as mercadorias sempre e quando possuam entre si uma unidade, e esta é o tempo de trabalho que se contém em ambas. Assim é que a unidade de medida tenha que ser uma certa quantidade de uma mercadoria em que objetive uma determinada quantidade de trabalho. O dinheiro pode se transformar em signos de valor, em medida puramente ideal exatamente porque se parte do suposto de uma proporção já dada, de que as mercadorias são já de antemão magnitudes comensuráveis. A unidade real é o tempo de trabalho objetivado nelas, porém o tempo de trabalho mesmo como algo geral.

"El proceso por medio del cual, dentro del sistema monetario, los valores son determinados por el tiempo de trabajo escapa ya al concepto mismo del dinero o cae fuera de la circulación; se halla tras della, como causa eficiente y como premisa" (MARX, 1985, II:197).

O trabalho na forma de trabalho assalariado implica na separação dos meios de produção da força de trabalho. O capital enfrenta a força de trabalho, ou ainda, o trabalho vivo como força estranha e dominante, aparece-lhe como trabalho objetivado e de propriedade alheia. Ao se valorizar, o trabalho objetivado se torna cada vez independente em relação ao trabalho vivo. Por isso é que a separação, a alienação é o alfa e o ômega do sistema capitalista o qual a desenvolve até sua superação. O capital, no entanto, leva esta contradição até os seus limites. A superação dessa contradição representa o fim da alienação, o que só pode ser feito pondo-se fim à propriedade privada dos meios de

⁹³ Mais ou menos

⁹⁴ Preço

produção, colocando-os sob uma nova base, sob uma base diretamente social, como condições de vida de toda a sociedade.

"Afirmar que, al desarrollarse las fuerzas productivas del trabajo, las condiciones objetivas del trabajo, el trabajo objetivado aumenta necesariamente en relación con el trabajo vivo, constituye, en realidad, una afirmación tautológica, pues productividad creciente del trabajo significa, en rigor, que se requiere menos trabajo inmediato para crear un producto mayor y que, por tanto, la riqueza social se expresa cada vez más en las condiciones de trabajo creadas por el trabajo mismo. Desde el punto de vista del capital, [el desarrollo] no se manifiesta de modo que uno de los momentos de la actividad social - el trabajo objetivado - se convierta en cuerpo cada vez más poderoso del otro momento del trabajo subjetivo, vivo, sino de tal modo que - y isto es importante para el [estudio] del trabajo asalariado - las condiciones objetivas del trabajo asumen una independencia cada vez más gigantesca, que se expresa en su very extent⁹⁵ frente al trabajo vivo y en la que la riqueza social se enfrenta al trabajo en proporciones cada vez más imponentes, como una potencia extraña y dominante, lo que da la tónica no es la objetivación, sino la enajenación, el estar-enajenado, el estar-entrañado, el hecho de que la inmensa potencia objetiva no pertenezca al trabajador, sino a las condiciones [mismas] de producción personificadas, es decir, al capital, de que el trabajo social se enfrente a si mismo como uno de sus momentos. A partir del punto en que, a base del capital y del trabajo asalariado, se opera la creación de este cuerpo objetivo de actividad por oposición a la fuerza de trabajo vivo - proceso de objetivación que, desde el punto de vista del trabajo se manifiesta in fact como un proceso de enajenación o, desde el punto de vista del capital, como un proceso de apropiación de trabajo ajeno - esta inversión y este trastrocamiento son reales, y no puramente imaginarios, como si sólo existieran en la mente de los trabajadores y los capitalistas. Pero este proceso de inversión sólo es evidentemente una necesidad puramente histórica, simplemente una necesidad para el desarrollo de las fuerzas productivas desde un determinado punto de vista histórico, a partir de una determinada base histórica, pero no, ni mucho menos, una necesidad absoluta de la producción [en general]; [se trata] lejos de ello, de algo llamado a desaparecer y el resultado y el fin (inmanentes) de este proceso consiste [precisamente] en la cancelación tanto de esta misma base como de esta forma del proceso" (MARX, 1985, II:234-235).

Partindo-se do trabalho livre surgido ao se dissolver a servidão da gleba, ou do trabalho assalariado, as máquinas só podem aparecer como propriedade alheia a ele e hostil

⁹⁵ Grande extensão

a ele, ou seja, na forma de capital. As máquinas só deixariam de ser agentes de produção capitalista com o fim de seu caráter alienado e hostil com o qual o capital se apresenta ao trabalho. Para isto deve-se partir de uma diferente base de produção, de uma nova base criada pelo processo histórico.

Esta base é dada por um lado, pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais ao ponto em que a produção aparece como ilimitada. Desenvolvimento de todas as necessidades e das condições para sua satisfação. Por outro lado, esta nova base é dada por uma nova forma de consciência, que surgirá como resultado mesmo do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e, portanto, da riqueza. Quando o escravo deixou de se ver como tal é que passou a lutar pela sua liberdade. Do mesmo modo o trabalhador assalariado quando este deixar de se ver como simples trabalhador, como simples capacidade de trabalho reduzido à uma mercadoria, e passar a se ver como um indivíduo social e as condições para sua reprodução como condições sociais, e que não podem portanto, apresentar-se a ele como um objeto externo, alienado e que o domina que deve portanto por fim a sua condição de trabalhador assalariado, pondo fim, portanto, ao capital e ao sistema capitalista de produção.

"La limitación del capital se halla en el hecho de que todo este desarrollo tiene un carácter antagónico que hace que la eclosión de las fuerzas productivas, de la riqueza general, etc., del saber, etc., se manifieste de un modo que el individuo trabajador se enajene a sí mismo, se comporte ante las condiciones de que ha sido despojado, no como ante condiciones de su propia riqueza, sino de la riqueza ajena y de su propia pobreza. Pero esta forma antagónica es, a su vez, transitoria, [es decir,] tiende a desaparecer y crea las condiciones reales para su desaparición. Resultado [de este proceso] es la tendencia... al desarrollo general de las fuerzas productivas - de la riqueza general - en cuanto fundamento, lo mismo que a la universalidad del intercambio y, por tanto, al mercado mundial. Y este resultado, brinda la posibilidad de un desarrollo real y universal del individuo, partiendo del cual se abren los horizontes de una superación constante de sus limitaciones, de las que se tienen conciencia y que no se consideran ya como sagradas. La universalidad del individuo deja de ser una universalidad simplemente ideal, imaginaria para convertirse en una universalidad [viva] en sus relaciones reales e espirituales. El individuo a partir de ahora, se adueña de su propia historia como de un proceso y cobra conocimiento de la naturaleza (conocimiento que es a la vez un poder práctico sobre ella) como su propio cuerpo real. El proceso

del desarrollo mismo es postulado y conocido como premisa de esta tomada de conciencia" (MARX, 1985, I:393).

CAPÍTULO 7

TRABALHO E PROPRIEDADE

7. TRABALHO E PROPRIEDADE

O trabalho é condição de existência do ser humano ao longo de toda a sua história. Mas ele não se realizou sempre sob as mesmas condições históricas, essas vieram se transformando e com elas as relações entre os produtores e a sociedade como um todo. O trabalho realizado sobre o regime de servidão apresenta características específicas que lhe permitem diferenciá-lo do trabalho realizado sob o regime capitalista de produção, essa diferença representa a essência mesma de um regime e de outro. Para se analisar o regime capitalista importa determinar as condições sob as quais o trabalho é realizado, a sua relação com o objeto no qual irá materializar-se. Na produção, os homens não atuam somente sobre a natureza, e sim também uns sobre os outros. As relações sociais de produção dependem, portanto, das condições em que o trabalho se realiza, ou o que é o mesmo, do estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao se transformar e se desenvolver os meios materiais de produção, ou seja, as forças produtivas do trabalho, tem de, necessariamente, se transformar as relações sociais de produção, o modo como os indivíduos da sociedade produzem e intercambiam o resultado da produção. Para que um meio de produção seja considerado capital determinadas condições são necessárias. A principal delas é que o meio de produção enfrente ao trabalho vivo como propriedade alheia, que a força de trabalho se ofereça ao capital portanto, como força de trabalho livre, como uma mercadoria. Estas condições, é claro, são resultado de um processo histórico, isto significa, que nem sempre a força de trabalho há sido uma mercadoria, e nem o trabalho, trabalho assalariado. Estas condições dizem respeito assim, a um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas sociais que engendram as relações sociais de produção que lhe são adequadas, bem como a forma de consciência que lhe é correspondente. A propriedade privada dos meios de produção é premissa e resultado da propriedade dos produtos do trabalho, do mesmo modo que é premissa e resultado da desposseção do trabalhador.

Deve-se aprender a ligação real entre todo esse sistema de alienação (propriedade privada, competição, separação entre capital e trabalho) e o sistema do dinheiro. Ao avançar a produção de valores de troca e o conseqüente aumento da divisão social do trabalho, avança necessariamente o poder transcendental do dinheiro. Parte-se do fato do trabalhador ficar mais pobre à medida que produz mais riqueza. O trabalhador, reproduz a si mesmo como uma mercadoria. Assim, o produto do trabalho aparece ao

trabalhador como um ser alienado, como força independente ao produtor. A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital (MARX, 1970: 91). Todas essas consequências decorrem do fato de o trabalhador ser relacionado com o produto de seu trabalho como um objeto alienado. *“O trabalhador põe sua vida no objeto, e sua vida, então, não mais lhe pertence, porém ao objeto”* (MARX, 1970: 91). Não só o produto do trabalho mas os meios para sua objetivação, para sua efetivação aparecem ao trabalhador como objeto alienado, estranho a ele e que o domina. *“O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensorial. Este último é o material em que se concretiza o trabalho”* (MARX, 1970: 91). A economia política oculta a alienação, pois não examina a relação direta entre o trabalhador e a produção.

A alienação se dá também no processo de produção, na forma de alienação ativa. Assim, o ato de alienação pode ser visto sob dois aspectos: 1) a relação do trabalhador com o produto do trabalho como um objeto estranho que o domina; 2) a relação do trabalhador com sua própria atividade humana como algo estranho e não pertencente a ele mesmo (auto-alienação). Outro aspecto ainda, a universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo orgânico. O homem é um ente-espécie. O trabalho alienado o aliena da espécie. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais. *“O trabalho alienado inverte a relação, pois o homem, sendo um ser auto-consciente, faz de sua atividade vital, de seu ser, unicamente um meio para sua existência”* (MARX, 1970: 96). O trabalho alienado aliena o homem do seu próprio corpo, da natureza extrínseca, de sua vida mental e de sua vida humana. O homem é alienado por outros homens. O trabalho alienado pertence a outro homem, ao não-produtor. Assim, a propriedade privada é o produto, resultado necessário, do trabalho alienado. A propriedade privada é, antes, consequência do trabalho alienado; depois a influência é recíproca.

O trabalhador tem o infortúnio de ser um capital vivo, como tal está sujeito às variações na oferta e procura. Para o homem enquanto trabalhador suas qualidades só existem em proveito do capital que lhe é estranho.

“Como trabalho e capital são estranhos um ao outro, e por isso relacionados unicamente de maneira acidental e externa, esse caráter de alienação, tem de aparecer na realidade. Logo que ocorre ao capital... não existir mais para o trabalhador, ele não mais existe para si mesmo: ele não tem trabalho, nem salários, e,

como existe exclusivamente como trabalhador e não como ser humano, pode perfeitamente deixar-se enterrar, morrer à mingua, etc. O trabalhador só é trabalhador quando existe como capital para si próprio, e só existe como capital quando há capital para ele” (MARX, 1970: 103).

A produção produz o homem como mercadoria, e o faz como um ser (mental e fisicamente) desumanizado.⁹⁶

Se a economia política, desde Adam Smith, parte do fato da propriedade privada, não o explica, é porque reconhece o trabalho como princípio e este como essência subjetiva da propriedade privada, e, assim, não mais reconhece a propriedade privada como um estado exterior ao homem.⁹⁷ Se a essência subjetiva da propriedade privada é o trabalho e este é por sua vez a essência subjetiva do próprio homem, tem-se que o próprio homem aparece como a essência da propriedade privada. Mas isto é muito mais a conseqüente negação do homem. *"O que antes era ser-exterior-a-si, exteriorização real do homem converteu-se apenas no fato da exteriorização, em estranhamento"* (MARX, 1974:10). O homem agora só o é enquanto trabalhador, enquanto estiver no local de trabalho realizando o mesmo, objetivando sua energia vital. Transformou-se, assim, a essência mesmo do homem na propriedade privada e se desenvolve de modo unilateral o trabalho como a única essência da riqueza.

"Ao converterem em sujeito a propriedade privada em sua figura ativa, ao mesmo tempo fazem tanto do homem uma essência (Wesen), como do homem um não-ser (Unwesen) uma essência de modo que a contradição da realidade corresponde perfeitamente à essência contraditória tomada como princípio" (MARX, 1974:10).

Se o trabalho é a essência geral da riqueza, então ele não pode ser um trabalho determinado; deve ser, portanto, trabalho em geral, isto é, trabalho humano abstrato. E a propriedade privada, que representa direito a trabalho alheio, pode exercer plenamente seu domínio e tomar o que lhe pertence: *el mundo*. *"Vemos como somente agora a propriedade privada pode complementar seu domínio sobre o homem e converter-se, em sua forma*

⁹⁶ "Em geral, o movimento deve triunfar da imobilidade, a baixeza franca e autoconsciente sobre a barreira disfarçado e inconsciente... e o dinheiro sobre outras formas de propriedade privada" (MARX, 1970:108)

⁹⁷ Ora, com isso oculta-se a alienação e se permite desenvolver uma ciência para mostrar o caráter universal e natural da produção capitalista. O trabalho posto como original e como essência da propriedade privada mascara, com isso, exatamente as condições históricas em que o trabalho se realiza, mascara-se que a distribuição é antes distribuição dos meios de produção, e que é exatamente essa distribuição que permite tornar o trabalho como elemento determinante da produção e como essência e medida da riqueza em geral. Por isso é que essa economia política deve ser considerada um produto da energia real e do movimento da propriedade privada.

mais geral, em um poder histórico mundial" (MARX, 1974:12). Por outro lado, a relação capital e trabalho, ou seja, as relações sociais de produção do sistema capitalista, traz em seu núcleo uma contradição. Contradição esta que será constantemente desenvolvida, superada até a sua superação real e efetiva, isto é, até que se elimine a contradição em sua essência.

"Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade, e o capital, trabalho objetivo como exclusão do trabalho, é a propriedade privada como relação desenvolvida da contradição e por isso uma relação enérgica que tende para sua resolução" (MARX, 1974:12).

A superação real, efetiva desta contradição só pode ser a superação da propriedade privada, isto é, o comunismo. No primeiro momento a superação positiva da propriedade segue o mesmo caminho que a auto-alienação, a determinação do trabalhador não é superada, mas estendida a todos os homens. Esse comunismo grosseiro *"...ao negar por completo a personalidade do homem, é justamente a expressão conseqüente da propriedade privada, que é esta negação"* (MARX, 1974:13). Posteriormente, o comunismo se conhece como superação da auto-alienação do homem, mas sem ainda aprender a essência positiva da propriedade privada. Por fim, a compreensão do homem enquanto ser social, ou seja, humano. Na produção social, o indivíduo passa, então, a se compreender como homem social, como ente-espécie, que se produz a si mesmo enquanto tal e que cobra, portanto, conhecimento de si como indivíduo social, assim como sua relação com a natureza.

"O comunismo como superação positiva da propriedade privada, enquanto auto-alienação do homem, e por isso como apropriação efetiva da essência humana através do homem e para ele; por isso, como retorno do homem a si enquanto homem social, isto é, humano; retorno acabado, consciente e que vem a ser no interior de toda a riqueza do desenvolvimento até a presente. Este comunismo é, como acabado naturalismo = humanismo, como acabado humanismo = naturalismo, é a verdadeira solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a resolução definitiva do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se conhece como esta solução" (MARX, 1974:14).

A superação positiva da propriedade privada é a superação efetiva da alienação, retorno do homem, da religião, do Estado, etc. , ao seu modo de existência humana, isto é,

social. Tanto o material de trabalho como o homem enquanto sujeito são resultado e ponto de partida desse movimento e no fato de que têm de ser este ponto de partida reside justamente a necessidade histórica da própria propriedade privada.

A apropriação sensível pelo homem e para o homem da essência e da vida humanas, de suas obras, na forma global, como homem total, isto é, como ser humano, que mesmo isolado atua enquanto homem, com a consciência de si enquanto um ser social. E é enquanto ser social é que objetivismo e subjetivismo, espiritualismo e materialismo, etc., deixam de ser contrários. *"Pensar e ser são pois, na verdade, diferentes, mas, ao mesmo tempo, formam um conjunto, uma unidade"* (MARX, 1974:16). A propriedade privada posta como negação do homem, postula o comunismo como negação da negação, como momento efetivo e necessário para o movimento histórico seguinte, pois, em geral, o movimento deve triunfar da imobilidade. *"O comunismo é a configuração necessária e o princípio energético do futuro próximo, mas o comunismo não é como tal, o objetivo do desenvolvimento humano, a configuração da sociedade humana"* (MARX, 1974:22). Para se suprimir a propriedade privada efetiva, deve-se ter uma ação comunista efetiva, prática. Pensar isso corresponde a antever, a desvelar o processo histórico, uma consciência que o ultrapassa.

Para Marx, Hegel coloca-se ao lado da economia política ao considerar o trabalho como a essência do homem que se afirma a si mesma, só vê, nesse caso, o lado positivo do trabalho, esquece-se do negativo, sem o qual não se pode compreender nem o trabalho, nem as estruturas da sociedade. As transformações nessa estrutura, portanto, nas relações sociais de produção, devem ser buscadas não como produto da cabeça dos homens, como produto do desenvolvimento geral do espírito humano; ao contrário, refletem apenas o estágio alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais. As causas últimas das transformações sociais, de todo desenvolvimento da sociedade, enfim, de toda a história da humanidade, devem ser buscadas não na filosofia, mas na economia das épocas de que se trate. Assim Marx expõe sua concepção materialista da história (pedimos desculpas por citar um grande trecho desta passagem):

"O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a

estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegara à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Daí que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana" (MARX, 1974:135-136).

A etapa determinada do desenvolvimento das forças produtivas materiais e que corresponde à solução do antagonismo posto sob a produção com base no capital é atingida com o pleno desenvolvimento de um sistema automático de máquinas como o que, como vimos, a força de trabalho aparece como uma força miserável e desprezível frente a esse sistema, e que não pode mais, portanto, ser posta, na forma de mercadoria, como elemento determinante da produção e o trabalho humano abstrato como essência geral da riqueza, em oposição ao trabalho objetivado na forma de capital, de objeto alienado e dominante, de propriedade privada.

CAPÍTULO 8

OBJETO E MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA

8. OBJETO E MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA

8.1 Objeto da Economia Política

A ciência econômica, como todas as demais, é uma ciência histórica. Surge, assim, em um estágio de desenvolvimento da sociedade humana determinado. Mas ela é histórica também porque o seu objeto de estudo, a produção e o intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade humana, muda de acordo com as transformações nas forças produtivas materiais da sociedade e das relações sociais de produção que lhe são correspondentes.

“La economía política es, en su más amplio sentido, la ciencia de las leyes que rigen la producción y el intercambio de los medios materiales de vida en la sociedad humana. Producción e intercambio son dos funciones distintas. La producción puede tener lugar sin intercambio, pero el intercambio (...) no puede existir sin producción. (...) Las condiciones en las cuales producen e intercambian productos los hombres son diversas de un país a outro, y en cada país lo son de una generación a otra. La economía política no puede, por tanto, ser la misma para todos los países y para todas las épocas históricas. (...) La economía política es, por tanto, esencialmente una ciencia histórica” (ENGELS, Anti-Dühring⁹⁸).

Ao recuarmos na história podemos ver a produção sendo feita pelos membros de uma família e depois, como uma extensão desta, pelos membros de uma mesma comunidade. A distribuição dos produtos é feita, nesse estágio, de maneira mais ou menos homogênea. Com o crescimento das comunidade cresce também as disparidades na distribuição dos produtos entre os membros da comunidade. Como toda ação pede uma reação⁹⁹ ao crescer a desigualdade na distribuição dos produtos na sociedade aumenta os conflitos internos em dita sociedade, planta-se, assim, o germe para sua dissolução.

“Pero con la diferencia en la distribución aparecen las diferencias de clase. La sociedad se divide en clases privilegiadas y perjudicadas, explotadoras y explotadas, dominantes y dominadas, y el Estado ... asume a partir dese momento, con la misma intensidad, la tarea de mantener coercitivamente las condiciones

⁹⁸ Este material foi retirado da internet, o endereço é: www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/78ad/78AD.htm.

⁹⁹ Por mais demorada que ela seja.

vitales y de dominio de la clase dominante respecto de la dominada" (ENGELS, op.cit.).

A própria distribuição atua por sua vez sobre a produção e o intercâmbio. Na sociedade capitalista a distribuição é, antes de tudo, distribuição dos meios de produção.

Ao se falar em produção, deve-se ter em mente o grau determinado do desenvolvimento social, ou seja, o estágio em que se encontra desenvolvida as forças produtivas sociais e as relações sociais de produção que lhes são adequadas. Uma máquina, é claro, não perde seu valor de uso caso seja disposta ao uso em uma comunidade indígena, nem tampouco, deixe, ela, de ser capital. O sistema de produção em que esta tem aplicação máxima, porém é no sistema capitalista de produção. As relações sociais de produção sob o capitalismo são, a um só tempo, adequadas ao grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais, assim como, são engendradas por estes¹⁰⁰. Assim, ambos se condicionam e se engendram reciprocamente. Da mesma maneira, não se pode considerar capital todo instrumento de produção utilizados ao longo das diversas fases históricas, pois do contrário o capital aparece como uma relação material, universal e eterna. *"Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o 'instrumento de produção' 'trabalho acumulado' em capital"*. (MARX, 1974: 111).

Para produzir, o indivíduo tem de entrar em relação com objetos externos, tem de realizar seu ato de produzir na forma de exteriorização, de metabolismo entre seu corpo orgânico e a natureza. Como produtor, o indivíduo realiza seu ato de produção sobre o objeto com o intuito de dar-lhe uma forma desejada. Assim, *"...toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de determinada forma de sociedade"* (MARX 1974: 112). Isto não quer dizer que a única forma de produção só pode ocorrer com base na propriedade privada; esta é, como as demais, apenas uma forma determinada de propriedade, mas não é a forma absoluta. Às formas de produção determinadas surgem com elas suas formas de governo, de relações de direito correspondentes.

Na sociedade capitalista, vimos, a distribuição dos produtos é condicionada pela distribuição dos meios de produção. A distribuição surge para o indivíduo isolado como uma lei natural, condicionando-lhe sua posição no interior da produção (precede-a, portanto). *"Originariamente o indivíduo não tem capital nem propriedade de terra. Logo*

¹⁰⁰ Não podemos esquecer que a violência também é uma potência econômica.

ao nascer é constrangido ao trabalho assalariado pela distribuição social” (MARX, 1974: 119). E o indivíduo nasce despossuído e constrangido ao trabalho assalariado exatamente porque o capital e a propriedade aparecem a ele como existência autônoma e independentes de sua vontade. Assim, segundo Marx, considerar a distribuição dos produtos sem ter em conta a distribuição dos instrumentos de produção é abstração vazia de sentido.

“A produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição reparte-os segundo leis sociais; a troca reparte de novo o que já tinha sido repartido, mas segundo as necessidades individuais; no consumo, enfim, o produto evade-se desse movimento social, torna-se diretamente objeto e servidor da necessidade individual, que satisfaz pela fruição” (MARX, 1974: 113).

8.2 O Método da Economia Política

Ao se transformar a base sob a qual produzem e intercambiam os membros de uma sociedade terá de, necessariamente, se transformar o modo pelo qual se reproduziam, sob a forma de pensamento, esse processo concreto de produção e intercâmbio na mente das pessoas; isto é, para uma nova fase de desenvolvimento das forças materiais e das relações sociais de produção ter-se-á uma nova forma de consciência. O nascimento da Economia Política com “A Riqueza das Nações” de Adam Smith em 1776 marca a consolidação de um processo de transformação histórica que vinha se desenvolvendo desde o século XV, marca a derrocada do sistema feudal e a consolidação do sistema capitalista de produção. Assim, primeiro houve a transformação na base real da produção e do intercâmbio, depois a representação do concreto no pensamento. O problema, porém, consiste em que dá-se a essa representação o caráter de leis eternas e universais; e isto precisamente por-se tomar a realidade como algo natural, universal e imutável (e, assim, as idéias a seu respeito). Não se vê a realidade, portanto, como fruto de transformações históricas, como um processo de evolução da natureza dos homens e da sociedade. Assim é que os economistas burgueses (Smith, Ricardo, Mill e outros), como chama Marx, vêm nas formações históricas anteriores a forma burguesa de produção. Deve-se partir para

análise do processo de produção e intercâmbio das determinações mais simples para, a partir delas, chegar às determinações mais complexas.

“Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestadamente o método científicamente exato” (MARX, 1974: 122).

Isto não quer dizer que a única forma de produção só pode ocorrer com base na propriedade privada dos meios de produção; esta é, como as demais, apenas uma forma determinada de propriedade, mas não é a forma absoluta, e sim, apenas a forma de propriedade, de relações de direito e de formas de governo correspondentes à um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas e às relações sociais de produção dominantes.

Porém, ao se analisar as categorias econômicas de suas determinações mais simples às mais complexas, isto não quer dizer que seja este o processo de gênese e desenvolvimento do concreto, ou seja, da realidade econômica. Este é apenas o método correto para se depreender, através do pensamento, as reais determinações do concreto para que, a partir daí, se possa estudar e analisar sua gênese e o processo evolutivo anterior que lhe deu origem.

"Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move em si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica,

suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados. O valor troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado" (MARX, 1974: 122-123).

E o valor de troca adquire plena validade exatamente no modo de produção em que o trabalho aparece como a fonte principal da riqueza, como elemento determinante da produção e o tempo de trabalho a sua medida.

Cada época histórica do desenvolvimento da sociedade aparece para os membros desta como a forma absoluta. Como se houvesse história, mas agora, a partir dela, não há mais. Para se empreender uma autocrítica da sociedade em que se vive deve-se aprender as relações dominantes e as subalternas. Ao se estudar a sociedade burguesa deve-se compreender o capital em sua origem, em sua essência para que, a partir daí, se possa relacioná-lo com as demais categorias econômicas e se estudar suas relações recíprocas.

"Seria, pois, impraticável e errônea colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico" (MARX, 1974:128).

CAPÍTULO 9

CONSIDERAÇÕES FINAIS

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Marx congrega vários aspectos da vida humana (econômico, político, social, filosófico, culturais, etc.). A economia aparece como o eixo em torno do qual gravitam esses aspectos. A economia é a força originária e dominante da sociedade. Na sociedade capitalista essa força se faz sentir em sua máxima potencialidade. A liberdade aparece como uma liberdade ao capital. A sociedade é dominada assim pelos produtos que ela mesma criou. Nada de realmente importante existe para além do mercado, e isto não só em relação aos trabalhadores assalariados, mas a toda a sociedade. O caráter cego da produção se mostra ainda na degradação ambiental que começa a atingir proporções ao ponto de se por em risco a sobrevivência da própria raça humana. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento tecnológico começa a criar a base efetiva para uma produção praticamente sem limites. As possibilidades que se apresentam diante desse novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas são: contínuo e indeterminado avanço tecnológico sob as bases capitalistas de produção, com o que deve-se refutar a análise de Marx, e se aceitar a configuração da sociedade capitalista como a configuração universal e natural da sociedade. Ou, por outro lado, com base em dois dos principais conceitos extraídos da análise marxiana (o conceito de alienação e o de trabalho humano abstrato como elemento determinante da produção sob o capital) pode-se afirmar que a produção capitalista é, como as demais, uma condição histórica do desenvolvimento da sociedade humana, mas de maneira alguma a forma absoluta, e sim uma forma de organização social fadada a desaparecer.

Todo grande pensador possui uma característica comum em relação a suas idéias: a coerência. O pensamento de Marx apresenta uma coerência e unidade lógica que o tornam, por isso, uma ferramenta poderosa para se compreender o homem enquanto indivíduo social, sua relação com a natureza e com a sociedade, e extrair daí as forças sociais dominantes que presidem seu movimento, isto é, a história da humanidade. Marx possibilita, portanto, tratar do presente como história. A dificuldade para se compreender e aceitar as idéias de Marx está exatamente no conceito de valor desenvolvido por ele. Como demonstrar hoje em dia que o valor dos produtos tem por base o tempo de trabalho humano contido neles? Esse é o grande desafio para aqueles que querem compreender plenamente as idéias desenvolvidas por Marx. De qualquer maneira, a história continuará seu curso e porá a prova as idéias de Marx. É de se crer que, dado não só o grau de desenvolvimento

das forças produtivas sociais já alcançadas, mas também as grandes possibilidades que se afiguram para um futuro próximo, não vamos ter de esperar muito para saber a resposta.

*“Por críticas que possam ser as situações e as circunstâncias em que te encontres, não desesperes; é nas ocasiões em que tudo é temível, que nada há que temer; é quando se está rodeado de todos os perigos, que não há que temer nenhum; é quando se está sem nenhum recurso, que há que contar com todos; é quando se está surpreendido, que é preciso surpreender o inimigo”.*¹⁰¹

¹⁰¹ Sun-Tzu. A Arte da Guerra. In: DEBORD, Guy. *Comentários sobre A Sociedade do Espetáculo*. (Endereço eletrônico: www.geocities.com/Paris/Rue/5214/comentarioses.htm).

CAPÍTULO 10

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Endereço da página na internet: www.geocities.com/Paris/Rue/5214/debord.html.
2. DEBORD, Guy. *Comentários sobre A Sociedade do Espetáculo*. Endereço da página na internet: www.geocities.com/Paris/Rue/5214/comentarioses.htm
3. ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Endereço da página na internet: www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/78ad/78AD.htm.
4. ENGELS, Friedrich. *El papel del trabajo en la transformación del mono en hombre*. Endereço da página na internet: www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/oe3//mrxe308.htm.
5. MARX, Karl. *Conseqüências Sociais do Avanço Tecnológico*. 1. ed. - São Paulo: Edições Populares, 1980.
6. _____. *Contribuição à crítica da economia política*. - 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1983a..
7. _____. *Lineamentos fundamentales para la crítica de la economía política. 1857-1858. (Grundrisse)*. - 1. ed. - México: Fondo de Cultura Económica, 1985, vol. I e II.
8. _____. *Manuscritos Econômico - Filosóficos e outros textos escolhidos*. - 1. ed. - São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, vol. XXXV).
9. _____. *Manuscritos Econômicos - Filosóficos*. In: FROM, Erich. *Conceito Marxista do Homem*. - 8. ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1970.
10. _____. *O Capital, livro I*. - São Paulo: Nova Cultural, 1996.

11. _____. *O Capital, livro 3.* - São Paulo: Abril Cultural, 1983b, tomo 2, vol. III.
12. _____. *O Capital, livro 3.* - 3. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1988, tomo 1, vol. IV.
13. _____. *Teorias da mais-valia.* - 2. ed. - São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, v. 1.